

Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande**

INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu de um projecto de estudo da comunidade da Marinha Grande após a revolução de 1974, com particular incidência nos aspectos relativos à cultura operária. Cedo verifiquei, contudo, ser indispensável um conhecimento do seu passado. E, pouco a pouco, fui sendo atraída por novos tempos e problemas. Dada a riqueza e diversidade do material recolhido, decidi limitar-me a um período de tempo, tendo acabado por centrar a investigação na análise dos fundamentos do poder operário no imediato após-guerra, tópico que, durante o estudo, se viria a revelar particularmente interessante.

Aliás, contrariamente ao que de início imaginara, muitos dos vidreiros contemporâneos não são descendentes da *élite* vidreira tradicional. Se a comunidade operária se manteve coesa durante um longo período da sua história, sofrera profundas alterações e rupturas. Durante as décadas de 1920 e 1930, a indústria do vidro espalhou-se para além das fronteiras tradicionais. Por outro lado, nos anos 60 haviam-se verificado alguns fluxos migratórios importantes: enquanto velhos artesãos do cristal emigravam para a Alemanha, a garrafaria mecânica atraía, além dos proverbiais camponeses vizinhos, muitos rurais alentejanos e transmontanos. A comunidade operária tradicional que me interessara analisar desaparecera para sempre com a mecanização e a deslocação espacial da indústria.

Mantive, no entanto, a escolha feita, quanto ao grupo e local, por três razões fundamentais: em primeiro lugar, os vidreiros eram um dos poucos grupos de proletários com várias gerações de trabalhadores industriais atrás de si; em segundo, constituem um caso indiscutível de trabalhadores qualificados; por último, é deles uma conhecida tentativa revolucionária, o 18 de Janeiro de 1934. Pareceu-me, por conseguinte, que um estudo monográfico sobre os vidreiros ilustrava particularmente bem a situação das aristocracias operárias. Se o enquadramento temporal se alterou, a perspectiva teórica básica manteve-se: interessou-me sempre mais o quotidiano dos vidreiros no local de produção e na comunidade do que a luta política ou a análise dos aparelhos partidários.

* Gabinete de Investigações Sociais e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Este artigo insere-se numa obra mais vasta sobre a formação da classe operária portuguesa. Na recolha de algumas fontes foi preciosa a colaboração da Dr.ª Aida Valadas de Lima. Gostaríamos ainda de agradecer a todos aqueles que, na Marinha Grande, se prestaram de boa vontade a dar-nos informações.

Pretendi neste estudo responder às seguintes questões: como reagiu este grupo de operários à evolução industrial e, em particular, como se comportou em fases de expansão e recessão económica? Qual a importância da vivência em comum numa vila de província? Qual o papel das associações de classe? Quais os factores explicativos da revolta de 1934? Qual a génese e modalidades do seu poder?

As lutas pelo «controlo operário» ressuscitaram, em Portugal, após o 25 de Abril. Houve quem o tentasse pôr em prática. E quem o rotulasse de utopia. Eis uma razão adicional para analisar um exemplo histórico concreto, para debater as razões deste particular episódio e para reflectir um pouco sobre o que, neste caso, existe de arcaico e de moderno.

A ideia de uma classe-sujeito, formada por produtores associados, capaz de gerir a produção e a sociedade, surgia naturalmente a partir da experiência destes trabalhadores de ofício exercendo um real poder no local de trabalho. Detinham conhecimentos técnicos insubstituíveis, que os colocavam, na oficina, no topo da hierarquia. Existia assim um poder operário de raiz técnica, paralelo ao poder social e económico do capital, capaz de a ele se opor e de pensar a sua supressão. Esse poder não era o de todos os operários agrupados; pelo contrário, pertencia aos profissionais que, ajudados e assistidos pelos trabalhadores auxiliares, ocupavam o cume de uma hierarquia operária, independente e concorrente da hierarquia social global. Esta sua posição permitiu-lhes certamente forjar uma cultura autónoma e uma escala de valores própria¹.

Este artigo vem na sequência de um estudo, já publicado, sobre uma outra aristocracia operária: os chapeleiros dos finais do século XIX. Aí se analisaram, em particular, duas temáticas: a reacção à mecanização e as atitudes em face da polémica sobre o protecçãoismo².

A preocupação central actual será a caracterização sociológica de uma aristocracia operária e o estudo dos fundamentos do seu poder. Para tal objectivo escolhemos o caso dos vidreiros da Marinha Grande, no período que vai da instalação da fábrica de Stephens, em 1769, à supressão do sindicalismo livre, em 1934.

I — O VIDRO E OS SEUS OPERÁRIOS

A) PROCESSOS DE TRABALHO

Desde o século XVIII até aos princípios do século XX, o ofício de vidreiro permanece substancialmente idêntico. Os vidreiros da Marinha Grande não serão sujeitos a profundas transformações no processo de fabrico: em termos europeus, a mecanização viria muito tarde, ocorrendo, de início, fora da Marinha Grande³.

¹ De entre a bibliografia mais recente ver A. Gorz, *Adieu au Proletariat*, Paris, Galilée, 1980, e D. Montgomery, *Workers' Control in America*, Cambridge University Press, 1979.

² M. Filomena Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», in *Análise Social*, n.º 60, de 1979.

³ A grande fábrica mecanizada do sector da vidraça nascerá em Santa Iria da Azoia, em 1938: a Covina. Ver *Indústria Portuguesa*, n.ºs 160 e 161, de 1941. Para a intervenção do Estado Novo na reorganização do vidro ver *II Congresso*

A unidade central do trabalho era o grupo fortemente hierarquizado («a obragem»). No topo, o mestre, fixando o ritmo e a qualidade de trabalho, recrutando e treinando os jovens e determinando até as condições de promoção. O pessoal das equipas mantinha-se o mesmo durante longos anos, o que permitia o desenvolvimento de relações muito íntimas. Uma vez que frequentemente os aprendizes eram filhos de mestres, a hierarquia do trabalho vinha, na maior parte dos casos, reforçar relações familiares, já de si autoritárias.

Em função da respectiva composição, contam-se duas espécies principais de vidro: ordinário e cristal. Os seus componentes essenciais são: os vitrificantes (quase sempre a sílica, proveniente da areia) e os fundentes (permitindo baixar a temperatura de fusão da composição, normalmente soda). Os vidros à base de chumbo, isto é, o cristal, resultam da junção de um silicato de chumbo a um silicato alcalino.

Como combustível para os fornos do vidro podia utilizar-se a lenha ou a hulha, sendo na Marinha Grande, desde sempre, a lenha o combustível preferido, devido não só à proximidade da floresta, mas também ao facto de a lenha resinosa ser particularmente apropriada.

Dentro da indústria do vidro existem três grandes sectores: a vidraça, a garrafaria e a cristalaria. A unidade básica do trabalho era o grupo, hierarquicamente estruturado e funcionalmente organizado. Embora a mão-de-obra tivesse desde sempre pretendido manter-se cantonada dentro da sua especialidade, a tecnologia não diferia muito. A diversidade dos ofícios tinha como cimento a lógica unitária da matéria-prima comum.

Possuímos diversas descrições do processo de fabrico do vidro. A mais completa é-nos fornecida pelo esplêndido relatório de Sebastião Betâmio de Almeida, relator da comissão criada em 1859 pelo ministro da Fazenda para elaborar um inquérito à Real Fábrica e de que faziam também parte João Andrade Corvo e Manuel José Ribeiro. A partir desta fonte conseguimos obter elementos muito valiosos para o estudo da vidraça, da coparia e do cristal de mesa, produtos tradicionais na Real Fábrica ⁴.

A matéria silicosa usada era a areia duma localidade próxima, a Barrosa ⁵. A fim de a depurar tanto quanto possível da argila ferruginosa, um grupo de mulheres estava encarregado de a lavar. A soda provinha da Inglaterra, embora por vezes fosse nacional, de muito pior qualidade. A Real Fábrica gozava do privilégio tradicional de poder importar as matérias-primas estrangeiras isentas de direitos. No caso da soda, esta ficava-lhe, em 1859, por menos 15 réis por quilograma em relação ao

da *Indústria Portuguesa*, 1957. O sector de garrafaria, mais disperso geograficamente, tinha entretanto introduzido alguns melhoramentos tecnológicos, mas fora da Marinha Grande.

⁴ Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860; ver ainda *Actas das Sessões de Inquérito da Comissão Encarregada de Estudar a Exposição Internacional do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, *Inquérito Industrial de 1881 e de 1890 e Relatórios e Catálogos da Exposição Industrial Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

⁵ No caso do cristal fino importava-se areia da Inglaterra ou França. O quartzo de Mangualde, usado para substituir esta areia especial, ficava, depois de transportado, calcinado e moído, mais caro do que a areia francesa, devido ao elevado preço do transporte nacional. Ver A. Calazans Duarte, «A indústria vidreira: aspectos gerais», in *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, Lisboa, IAC, 1944.

preço pago por outras empresas. A mistura das matérias-primas era feita à pá em caixas abertas, antes de entrar nos fornos. O combustível, a lenha do pinhal de Leiria, era obtido em condições excepcionalmente favoráveis pela Real Fábrica, que não pagava senão o transporte.

O fabrico da vidraça era, de longe, o trabalho mais violento e que maior robustez física exigia do operário. De pé num estrado, debruçado sobre uma vala seca aberta no soalho, um vidreiro ia soprando através da «cana», tubo de ferro com cerca de 1,50 m de comprimento⁶, até conseguir um balão cilíndrico de aproximadamente 2 m, sendo o vidro constantemente aquecido ao mesmo tempo que soprado e agitado dentro da vala, num movimento cadenciado de pêndulo. Ao atingir a grossura desejada, o ajudante adicionava um pedaço de massa vítrea na extremidade candente e fazia-lhe um orifício. Com mais um sopro do operário que detinha a «cana», o orifício alargava-se e, com o auxílio da tesoura, era rasgado. A extremidade junto à «cana» era cortada, ficando então o cilindro perfeito. Com um ferro frio era-lhe depois passado um traço de alto a baixo, a fim de o abrir. Os cilindros abertos eram então transportados até uma estufa e pouco a pouco aquecidos até que o vidro ficasse de novo maleável. Pela boca da estufa, um dos vidreiros ia tentando estendê-lo até o transformar em chapa. Sob a pressão do calor e do rolo, o cilindro deformava-se até ficar plano. Para além da «sopragem», comum a todos os tipos de vidro, havia aqui a «estenderia», que consistia em aplanar o vidro.

Na maior parte da cristalaria utilizavam-se fundamentalmente os mesmos ingredientes que na vidraça⁷. No fabrico do cristal propriamente dito empregava-se também o carbonato de potassa e, na coparia vulgar, os sulfatos e cloretos impregnados de uma solução mista de carbonato de potassa e potassa cáustica⁸.

Na cristalaria, o oficial trabalhava sentado numa cadeira especial⁹, à boca do forno, com os ajudantes à volta. Um aprendiz colhia, com a «cana», o vidro do pote, passando a outro aprendiz, que o arranjava sobre a «marma»¹⁰. No caso de um copo, os vários ajudantes faziam

⁶ Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit.

⁷ Na cristalaria não se inclui apenas, como o nome parece indicar, o fabrico de peças de cristal, mas quaisquer objectos de uso doméstico: jarras, copos, figuras decorativas, etc.

⁸ O Relatório de 1859, ao apreciar as condições de fabrico e as matérias-primas, chama a atenção para a qualidade deficiente da areia da Barrosa e particularmente da soda nacional, enquanto salienta a boa qualidade do quartzo do Porto e da cal. A apreciação sobre a coparia e o cristal é bastante crítica: tratava-se de duas espécies híbridas, a meio caminho entre o verdadeiro cristal e o vidro ordinário. Sob pena de se estragar, o vidro ordinário tinha de ser manipulado com grande rapidez, pelo que os operários da Real Fábrica, «com tradições e hábitos de fazer as coisas pausadamente, como cumpre a prudentes funcionários», preferiam juntar chumbo à composição, o que lhes permitia intervalar o trabalho com «o resfolegar do cavaco e da competente pitada».

⁹ Ver gravura em extra-texto entre as pp. 316-317.

¹⁰ Note-se que grande parte dos nomes das ferramentas são o aportuguesamento de nomes estrangeiros. Os tubos de que os vidraceiros se serviam para colher o vidro e soprar chamavam-se «canas» (do francês *canne*). Depois de colhido, o vidro era preparado sobre uma placa de ferro, chamada «marma» (do francês *marble*). Do inglês vinha o termo «paipo» (de *pipe*), pequeno tubo de ferro ligeiramente recurvado numa das extremidades, através do qual os vidreiros sopravam. As diversas maneiras de trabalhar o vidro recebiam também adjectivos — «à inglesa», «à alemã» —, que vinham dos mestres originais.

o bojo e o pé, soprando, e os rapazes executavam tarefas menores, cuidavam das «canas», transportavam as peças, etc. O oficial vigiava as operações e procedia depois aos acabamentos mais difíceis. Terminado o trabalho, a obra era transportada nos «pontéis» ou «rocas» para as arcas de tempero, ali permanecendo por algum tempo, recebendo o recozimento necessário até ficar resistente.

Era este o processo de fabrico clássico da chamada «obra feita à boca do forno». Quando se começaram a introduzir moldes de ferro e madeira, a operação simplificou-se. Assim, após arranjado na «marma», o vidro era colocado num molde. O ajudante soprava, ao mesmo tempo que dava um movimento de rotação à «cana», dilatando-se o vidro e tomando a forma do molde. A seguir, o ajudante passava a «cana», com o copo ou a peça que se desejava fabricar, ao oficial que lhe fazia os acabamentos, servindo-se dos ferros, das pinças e «palmatórias»¹¹. Depois, o cristal era escolhido, seguindo uma parte para a «roça» e outra para a lapidação, onde era polido e ornamentado. Os cristaleiros eram o subgrupo que mais pessoal auxiliar possuía: lapidários, escolhedores, rolhistas, fosquistas, pintores, gravadores, etc.¹²

O vidreiro *stricto sensu*, uma minoria privilegiada dentro da força laboral, distinguia-se por soprar o vidro. Vidreiros eram apenas os homens do forno, enquanto os outros para eles preparavam a matéria-prima ou faziam os acabamentos nas peças produzidas.

A produção de garrafas em série não existia tradicionalmente na Marinha Grande. A primeira grande fábrica de garrafas nasce, em 1888, no concelho do Seixal¹³. Só posteriormente, durante os primeiros anos deste século, começaram a aparecer na Marinha Grande fábricas de garrafaria.

Tradicionalmente, os garrafeiros trabalhavam em pé, em cima de uns estrados de madeira ou alvenaria que existiam à volta do forno. A «cana» era aquecida no forno, após o que um dos rapazes mergulhava no pote a extremidade oposta à embocadura, volteando-a. Quando verificava que a porção de vidro desejada estava agarrada à «cana», retirava-a. Depois entregava a «cana» ao ajudante, o qual, através de um movimento rotativo, ia distribuindo o vidro de uma forma regular — operação feita sobre a «marma». O vidro era de novo metido no forno, tomando então a forma de uma pêra. Quando estava suficientemente pastoso, o ajudante soprava na «cana», dando-lhe um movimento de oscilação que lhe alterava o formato. O caldeante tornava a aquecer a peça e entregava-a ao ajudante,

¹¹ P. Prostes, *Indústria do Vidro*, Lisboa, Biblioteca de Instrução e Educação Profissional, s. d.

¹² *A Batalha* de 4 de Março de 1924.

¹³ Em 22 de Novembro de 1888, dois ingleses (James e William Gilman) e dois portugueses (Justino Guedes e José Silva Gomes) fazem uma sociedade para a construção de uma fábrica de garrafas na Amora. Esta fábrica começa a laborar em 1889 e interrompe o fabrico em 1890, tendo-se então formado uma companhia anónima, de que era principal accionista António Centeno. É uma fábrica que nasce grande — com 133 operários e uma produção de vários milhões de garrafas. Em 1907, por exemplo, a fábrica vende 10 milhões de garrafas e 100 000 garrafões. A partir de 1911 há vários conflitos sérios entre os garrafeiros da Amora e o patrão, tendo este optado, em 1919, por deslocar a produção para o Porto. Ver o jornal *A Voz da Amora* e *Catálogo da Fábrica de Vidros da Amora*. Além desta, havia ainda outra fábrica de garrafas em Braço de Prata, que pertencia ao grupo Burnay.

que a introduzia então numa forma, soprando com força, enquanto puxava tudo para cima, ficando o objecto com a forma de uma garrafa.

Os acabamentos eram feitos pelo oficial. Tradicionalmente, para fazer o fundo era necessário colocar a peça sobre um tubo com um dos extremos em forma de bola (o «pontel»). O gargalo, particularmente difícil de fabricar, era executado pelo oficial, com uma espécie de saca-rolhas chamado «ferro de tornear»: um dos rapazes enrolava um pouco de vidro («marisar») na extremidade e o oficial moldava então o gargalo¹⁴. Depois de feitas, as garrafas eram levadas, em suportes chamados «rocas», para as arcas de tempero.

B) CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os ritmos de trabalho eram, em grande medida, determinados pela natureza da matéria-prima. A fim de evitar o esfriamento do material, os vidreiros eram obrigados a trabalhar rapidamente. Era o próprio processo de fabrico que lhes impunha a velocidade de trabalho — o que contribuiu para diminuir a necessidade de encarregados. Nas oficinas, o trabalho obedecia principalmente às exigências do vidro e ao talento do «artista» que comandava a sua equipa. Qualquer alteração, quer nos processos técnicos, quer na divisão de tarefas, aparecia aos vidreiros como uma intromissão indesculpável na sua área de competência, uma inútil alteração às leis da natureza.

As condições de trabalho eram muito más. A reacção mais comum por parte de quem entrava nas oficinas era de espanto perante o ambiente tórrido, de admiração pela articulação gestual dos indivíduos que compunham as diversas equipas e de indignação perante a violência e o esforço físico necessários, quer para o sopro, quer para resistir ao horrendo calor dos fornos abertos, em frente dos quais os vidreiros trabalhavam. Na realidade, a robustez física era um traço indispensável para se ser vidreiro: um bom cilindro de vidraça exigia uma excepcional caixa torácica¹⁵.

Mas, de entre as várias oficinas, as mais insalubres eram, de longe, a sala de composição das matérias-primas e a sala dos fornos, por vezes juntas num mesmo espaço. As outras oficinas — a lapidação ou a sala de acabamentos — dispunham de um ambiente mais saudável. Já o Relatório de 1859 qualificava a forma como era feita a composição como «uma verdadeira barbaridade», acrescentando também serem os fornos «uma cratera dirigida contra o operário»¹⁶. Um dos velhos operários por

¹⁴ Posteriormente, todo este processo evoluiu, saindo a garrafa dos moldes já com fundo. Actualmente, este sector encontra-se, tal como o da vidraça, totalmente mecanizado.

¹⁵ Ver nomeadamente as afirmações do comerciante de vidros de Lisboa João José Veríssimo em *Inquérito Industrial de 1881*, lamentando a fraqueza física dos operários portugueses. No que respeita a vidraça, o esforço muscular era particularmente elevado; a violência deste tipo de trabalho é registada em jornais de todos os quadrantes. Veja-se, por exemplo, o artigo inserto em *A Autonomia* (18 de Junho de 1893) a propósito duma visita à Real Fábrica, ou os vários artigos de *A Batalha* sobre as condições de trabalho na indústria do vidro (*A Batalha* de 10 de Outubro de 1923, de 25 de Maio e 22 e 25 de Junho de 1924 e de 12 de Janeiro de 1926).

¹⁶ Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit.

nós entrevistados em 1977 referia que as condições de trabalho pouco ou nada haviam melhorado quando ele ingressou na fábrica. Ainda na década de 1920, as composições eram frequentemente feitas ao lado dos fornos, tendo os operários de usar lenços atados à boca para não comerem o pó. E lembrava que, devido à poluição do ambiente, quando bebiam água — coisa que os vidreiros tinham de fazer constantemente devido ao calor —, aquela lhes sabia horrorosamente mal¹⁷.

Os locais onde muitas das fábricas estavam instaladas eram barracões sem o mínimo de condições. É pela voz do mesmo velho vidreiro que esse ambiente é evocado:

Eram barracões pequenos, baixos, com falta de ventilação, falta de ar. [...] Até o chão: tínhamos de andar com os pés por cima de vidros e terra. Não era cimentado. Eu trazia os calcanhares sempre cheios de vidros. O trabalho da minha mãe era tirar-me os vidros dos pés com um alfinete, à noite. Às vezes, eu queria jogar um bocadito à bola, andar na brincadeira, tocava com os calcanhares nas pedritas do chão, eram dores de morte¹⁸.

Os acidentes verificados não eram, salvo raras exceções, mortais, consistindo a maior parte em queimaduras e ferimentos pequenos¹⁹:

Havia uns moldes de ferro grandes e havia uma celha onde a gente os tinha de meter na água. [...] Muitas vezes puxávamos o molde, púnhamo-lo em cima da celha a escorrer e, para depois o pôr em cima da banca, molhávamo-nos e queimávamo-nos, pois não tínhamos força para ele.

O mais grave eram, contudo, as doenças profissionais. Aos 40 anos, um vidreiro estava incapacitado, sendo as taxas de mortalidade muito elevadas a partir desta idade²⁰. O calor constante, a sede e o pó dentro das oficinas faziam das doenças pulmonares um flagelo. Além disso, como as canas tocavam em várias bocas, o perigo de contágio era grande. Em 1891, o jornal *A Autonomia* referia que os operários das oficinas de vidraça tinham uma vida muito curta, pois o sopro prolongado e o calor dos fornos provocavam inúmeras doenças respiratórias²¹. Nas palavras do mesmo velho vidreiro, «A gente apodrecia alguma coisa ali».

As relações pessoais dentro das oficinas eram hierarquizadas. Os oficiais tinham de manter disciplinado um punhado de homens, além dos garotos, mais difíceis de sujeitar à dureza das tarefas e à disciplina. A brutalidade com que eram tratados os miúdos do vidro surpreende o obser-

¹⁷ Entrevista 1.

¹⁸ Id.

¹⁹ Ver o *Boletim de Previdência Social*, 1916-31.

²⁰ *A Autonomia* de 15 de Outubro de 1893. Os vidreiros que mais cedo envelheciam eram os da vidraça, o que demonstra mais uma vez a violência deste ofício.

²¹ *Ibid.*, de 12 de Julho de 1891. As estatísticas demográficas de 1930 quanto a causas de morte revelam um elevado número de mortes por tuberculose pulmonar e trombose cerebral (*Anuário Demográfico*, 1930). Também em Carmaux, os vidreiros tinham uma alta taxa de mortalidade: J. Wallach Scott, *The Glassworkers of Carmaux*, Harvard University Press, 1974.

vador contemporâneo. Mesmo descontando alguns exageros de quem lembra a infância, eis o que nos disse um velho vidreiro:

Batiam, nesse tempo batia-se muito. O meu irmão era muito raro o dia em que a minha mãe não lhe tivesse que lavar o nariz com sangue a correr das bofetadas que lhe davam ²².

E outro:

Eram bofetadas, eram pontapés, era de qualquer forma, era sempre a andar ²³.

O jornal *A Batalha* por várias vezes se fez eco de agressões feitas a menores — encarregados que esbofeteavam crianças, patrões que davam socos em aprendizes —, lamentando que os pais levassem os filhos para aqueles «matadouros infernais» ²⁴.

A prática da pancada era uma forma de «endurecer» os filhos, uma forma de socialização infantil na vida brutal da fábrica. Além disso, se não fossem os familiares a proceder desta maneira, seriam outros a fazê-lo e de forma mais cruel. A funcionalidade desta dura educação não excluía certamente a angústia dos pais forçados a exercer a repressão ²⁵.

Em tal clima não admira que muitas crianças sonhassem com a fuga. As fábricas eram quase todas muradas (algumas com bocados de vidraça no cimo de altas paredes), sendo assim muito difícil escapar do seu recinto. A única saída era o portão onde um guarda vigiava cuidadosamente os movimentos de entrada e saída. Os castigos com que a mais pequena fuga era punida denotam a apetência pelo acto. Em certas ocasiões, nem a pancada dos pais nem a severidade dos patrões bastavam para domesticar os miúdos. Indignados, batidos e aterrados, estes pequenos proletários desertavam da oficina, mal socializados ainda na disciplina fabril. Mas é preciso não esquecer que o acesso ao ofício de vidreiro era, por si só, um privilégio, sendo pois natural que mesmo os aspectos mais brutais da aprendizagem acabassem por ser esquecidos.

Não eram só os miúdos mais pequenos a serem mantidos numa posição de subordinação. A severidade solene das relações entre oficiais e ajudantes, mesmo em relação ao primeiro-ajudante, era grande. Os oficiais, e em particular o principal, «dominavam a ordem do forno». Um dos entrevistados recorda-se do recado que um dia tivera de dar ao oficial principal:

[...] a gente chegávamos ao pé dele, púnhamo-nos ali em sentido a olhar para ele, ele estava a acabar a peça e eu não lhe podia falar enquanto ele não acabasse ²⁶.

²² Entrevista 1. Sobre as atitudes dos operários adultos em relação aos jovens, ver M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève (1871-1890)*, Paris, Mouton, 1973, pp. 315-316.

²³ Entrevista 1a.

²⁴ *A Batalha* de 14 de Outubro de 1923. Ver também *A Batalha* de 16 de Maio de 1921 e 22 de Junho de 1923.

²⁵ J. L. e Barbara Hammond, *The Town Labourer (1760-1832)*, Londres, Longmans, 1917, e entrevista 1a, em que se referem castigos humilhantes.

²⁶ Entrevista 2.

Mesmo sabendo nós que a natureza da tarefa não permitia interrupções, o relato é significativo. Recordando a sua infância, um vidreiro relembra sobretudo o silêncio:

Não se podia assobiar, não se podia cantar, se uma mosca entrasse, ouvia-se ²⁷.

Se havia pancada, não havia desordem.

Além dos trabalhos que serviam de iniciação, os aprendizes desempenhavam também algumas pequenas tarefas subalternas. Antes de os oficiais chegarem à oficina costumavam arear as ferramentas com areia fina, «ficando tudo limpinho, brilhava tudo e os oficiais chegavam ali, agarravam e [...] parecia prata, escorregava nas mãos deles» ²⁸.

Os vidreiros trabalhavam por turnos. Não é fácil, através dos *Inquéritos Industriais de 1880 e de 1890*, avaliar com rigor quais os horários tradicionais. O primeiro afirma que as horas de trabalho rondariam as 10; o segundo, que o horário normal na Real Fábrica era de 10 horas no Verão e de 9 horas no Inverno, sendo na Fábrica Santos Barosa de 12 no Verão e de 8 no Inverno. Mas este horário deve referir-se sobretudo aos trabalhadores auxiliares, não sendo clara a forma como os vidreiros propriamente ditos dividiam o dia de trabalho. Sabemos, por outras fontes, que estes últimos trabalhavam por turnos, ou «velas». O Relatório de 1859 explica que as «velas» eram geralmente de 6 horas, intervaladas com 6 horas de descanso. Ao que parece, as equipas então em funcionamento na «estenderia» da vidraça revezavam-se de 6 em 6 horas. Devido ao calor e à violência da tarefa, estes trabalhadores tinham de descansar ao fim de um período relativamente curto. Este esquema rotativo era também determinado pelo tempo de fundição nos fornos a potes. Mais tarde, alguns sectores, v. g. os manipuladores de vidraça, conseguiram encurtar não só as horas dos turnos, como os dias de trabalho por semana. Na década de 1920, enquanto os cristaleiros ainda tinham três turnos de 8 horas, os manipuladores já só trabalhavam por turnos de 4 horas por dia ²⁹.

No estado actual da investigação sobre a classe operária em Portugal, o capítulo dos salários, e em particular a evolução dos salários reais, é de tratamento bastante difícil. Não é só a diversidade dos critérios que presidiram à recolha da informação disponível, ou a dificuldade — imensa — de se construírem índices de custo de vida regionais, que contribuem para que este tópico seja dos mais nebulosos. É, antes de tudo, a dificuldade em se apurarem vencimentos dos trabalhadores pagos de empreitada. A variedade dos tipos de remuneração dentro dos ofícios tradicionais, correspondente à hierarquia interna da profissão, era grande e muito diversa da homogeneidade dos salários modernos. O salário não era uma soma fixa que se leva, ao sábado, para casa, mas algo de muito variável, dependente do trabalho existente. Mesmo em condições de informação perfeitas, qualquer série salarial contém uma forte probabilidade

²⁷ Entrevista 1.

²⁸ Id.

²⁹ Entrevistas 1 e 1a.

de erro, se não se conhecerem, com minúcia, as várias posições dentro do ofício e os dias em que efectivamente se trabalhou ³⁰.

Em geral, os vidreiros ganhavam de empreitada. Mas esse privilégio só existia a partir de determinado escalão na hierarquia. Um velho cristaleiro explica-nos como eram pagos os salários no início da década de 1920:

Os que ganhavam à peça era de terceiro-ajudante para cima. Havia um oficial que, por exemplo, tinha \$10 numa peça, depois o primeiro-ajudante tinha 80 % sobre o oficial, havia o segundo-ajudante que tinha 65 % sobre o oficial, havia o terceiro-ajudante que tinha 45 %.

Abaixo de terceiro-ajudante ganhava-se uma soma fixa por dia. Nesta dualidade repousam, em grande parte, a disciplina e a violência exercidas pelos oficiais e ajudantes sobre os aprendizes, que poucos motivos tinham para acelerar o ritmo de produção.

Em termos relativos, possuímos, apesar de tudo, bastantes indicações sobre a estrutura salarial dos vidreiros, frequentemente estudados por funcionários. Sabemos quanto ganhavam os ajudantes de vidraça nos primeiros dias de laboração da Real Fábrica ³¹. Dispomos também de algumas estatísticas salariais para o século XIX: em 1859, um oficial de vidraça ganhava um máximo de 6\$000 réis semanais, ganhando os primeiros e segundos-ajudantes, respectivamente, 2\$400 e 1\$800 réis. Um oficial do cristal tinha um salário inferior ao do seu colega da vidraça: se fizesse 6 «velas» semanais, receberia exactamente metade daquele, isto é, 3\$000 réis ³².

Infelizmente, os dados salariais incluídos no *Inquérito Industrial de 1881* referem-se a salários anuais, pelo que não é possível estabelecer comparações, por ignorarmos o número de semanas que os vidreiros efectivamente trabalharam. É contudo possível verificar a manutenção dos salários mais elevados na vidraça — um oficial da vidraça ganhava 479\$000 réis e um do cristal 240\$000 réis ³³.

Nos depoimentos dos operários ao *Inquérito Industrial de 1859*, os oficiais, quer da vidraça, quer do cristal (alguns deles ainda do tempo dos Stephens), lamentam a deterioração das suas condições de vida, queixando-se, entre outras coisas, da diminuição salarial feita pela administração do conde de Farrobo. É natural que, num inquérito oficial à administração da empresa, os operários aproveitassem para se queixar: mas outras fontes parecem confirmar a tendência para a diminuição salarial. Na década de 1870, para poder concorrer com a produção estrangeira, a Real Fábrica admite ter reduzido os salários ³⁴.

³⁰ Ver E. Hopkins, «Small town aristocrats of labour and their standard of living (1840-1914)», in *Economic History Review*, 28, 1975.

³¹ Na lista de 1769 só aparecem mencionados os salários dos ajudantes de vidraça, que variavam entre \$800 e 2\$000 réis semanais.

³² Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit. Dispomos ainda de uma outra fonte para esta década, que indica salários um pouco diferentes: as *Estatísticas das Fábricas do Distrito de Leiria*, de António de Sousa Macedo, 1855.

³³ Os ajudantes ganhavam na vidraça 204\$000 réis (o primeiro-ajudante) e 80\$000 réis (o segundo-ajudante); no cristal, 134\$750 réis (o primeiro-ajudante), 75\$000 réis (o segundo-ajudante), 46\$000 réis (o terceiro-ajudante) e 28\$000 réis (o quarto-ajudante) (*Inquérito Industrial de 1881*).

³⁴ Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas de Algumas Vilas e Povoações de Portugal*, Lisboa, A. M. Pereira, 1871.

Infelizmente, nenhuma das fontes nos elucida suficientemente e com continuidade. Nada podemos concluir, com segurança, sobre a deterioração do poder de compra dos vidreiros³⁵. Mas os elementos de que dispomos permitem, pelo menos, concluir que a estrutura salarial era altamente hierarquizada: por exemplo, em 1855, enquanto um oficial do cristal ganhava entre 2\$400 e 3\$000 réis semanais, uma empalhadeira ganhava apenas \$400 e \$600 réis. Por outro lado, os salários eram também muito diferentes entre os diversos sectores, como, por exemplo, os vidreiros da cristalaria e os da vidraça.

Os salários dos vidreiros variavam também bastante segundo as regiões, sendo os da Marinha Grande mais elevados do que os de outras localidades. É verdade que algumas fontes oitocentistas referem que os salários da Marinha Grande eram inferiores aos da Fábrica das Gaivotas, em Lisboa. Mas, nesta última fábrica, os vidreiros trabalhavam mais: em vez de 6, faziam 10 «velas» por semana, não admirando pois que os vidreiros preferissem ficar na Marinha Grande a deslocar-se para Lisboa, como ocasionalmente o desejava a empresa arrendatária³⁶. Na realidade, ao contrário do que sucedia noutros países, em que havia uma grande mobilidade geográfica, os vidreiros pouco se movimentavam.

Na década de 1920, a Marinha Grande era, das várias localidades onde se produzia o vidro, aquela onde mais altos salários se pagavam. Em Junho de 1920, os salários masculinos eram, ao nível nacional, os seguintes: Aveiro, 3\$; Marinha Grande, 6\$; Lisboa, 4\$30; Porto, 2\$37. Em 1931, a situação privilegiada da Marinha Grande mantém-se, se bem que atenuada: na Marinha Grande, o salário mensal médio era agora de 20\$, em Lisboa de 16\$ e no Porto de 14\$³⁷.

Uma vez que uma análise dos salários reais dos vidreiros, desde a fundação da fábrica até ao termo do período aqui considerado, não é possível, decidimos restringir por ora tal estudo a um breve período (1920-29), dado que dispomos, para estes anos, de algumas séries estatísticas e de informações contidas nas *Actas* dos garrafeiros, interessantes não só pelas informações que contêm sobre os salários propriamente ditos, mas sobretudo pelo que nos revelam sobre as negociações salariais. Visto não possuímos um indicador da evolução do custo de vida na Marinha Grande³⁸, decidimos utilizar, para o cálculo da evolução dos salários reais, o índice de custo de vida para o continente, apesar das suas óbvias limitações³⁹.

³⁵ António de Sousa Macedo, *Estatísticas das Fábricas do Distrito de Leiria*, cit.

³⁶ Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit.

³⁷ *Boletim da Previdência Social*, 1920-28. Esta variação salarial, que dava um nítido predomínio aos vidreiros da Marinha Grande, não se verificava no caso das mulheres, pessoal não especializado mais fácil de encontrar nos arredores da Marinha Grande do que em Lisboa.

³⁸ Os jornais locais não incluem nenhuma coluna de preços alimentares. Ainda consultámos alguns jornais de Leiria, mas não tivemos mais sorte.

³⁹ Alguns jornais locais queixam-se de que os preços da alimentação são mais caros na Marinha Grande do que em muitas outras localidades. *O Marinhense* (23 de Novembro de 1918) dá os seguintes preços para o quilograma do pão para 1918: Alcobaça, \$24; Lisboa, \$28; Leiria, \$30, e Marinha Grande, 1\$. Estas diferenças parecem-me, no entanto, pouco críveis. Em 1921, os preços do pão de milho eram, em Leiria, em média, um pouco superiores aos de Lisboa (Leiria, \$76; Lisboa, \$70), diferença que se agrava quando se passa para o pão de trigo de 1.ª e 2.ª qualidades, respectivamente a 1\$54 (Leiria) e 1\$06 (Lisboa) e 1\$13

Utilizando este índice, chega-se à conclusão de que, entre 1920 e 1924, o salário real dos vidreiros havia subido 33 %, com um abaixamento relativo em 1922. Sobre o que se passou em 1924-28 nada sabemos, mas em 1928 eram os salários bastante inferiores aos de 1920. No ano seguinte, os salários continuavam a descer, ganhando os vidreiros, em 1929, em termos reais, cerca de metade dos salários de 1924⁴⁰. Dada a fragilidade do índice do custo de vida, as conclusões sobre a quebra nos salários reais tem de ser considerada com muita cautela.

As informações incluídas nas *Actas* dos garrafeiros fornecem-nos uma descrição muito pormenorizada das conversações travadas entre o patronato e os garrafeiros, em Fevereiro de 1920, quando os últimos propõem a aceitação de uma nova tabela salarial⁴¹. Esse relato permite-nos ver, com particular clareza, a tentativa de transformar o arbítrio patronal numa tabela uniforme para todas as empresas. Os patrões opõem-se inicialmente a qualquer tentativa de uniformização, declarando-a economicamente absurda e atentatória da liberdade individual. Não se tratava de uma luta pelo igualitarismo salarial: o leque salarial muito aberto, característico do ofício, jamais é contestado. O que se procurava era a igualdade das condições de pagamento entre empresas.

A garrafa estava a ser paga, no início de 1920, a 10 réis, sendo o aumento salarial então proposto de 100 %. Os patrões contrapõem de início uma tabela de 12 réis. Em Março chega-se a um acordo que inclui não só um preço do trabalho mais elevado (16 réis), como a garantia de 4 «trabalhos» por semana, ou seja 40 000 peças garantidas. Não é, contudo, claro que os patrões tenham aceiteado a segunda cláusula. Os operários tentarão ainda, empresa a empresa, impor os 20 réis originais, mas, na maioria dos casos, não conseguem. Por outro lado, muitos patrões não cumpriam o que prometiam. Recomeçam as negociações, com várias propostas patronais que não são aceites: 15/16/17 réis (conforme o tamanho das garrafas). A Associação de Classe propõe outra tabela: 18/19 réis. Mas depois é a própria Associação de Classe que propõe um preço uniforme de 16 réis, que virá a subir para 18. Alguns patrões cedem, mas um dos mais fortes, Santos Barosa, mantém-se inflexível. A hipótese de retirar o pessoal a este industrial, a fim de lhe paralisar a produção, foi discutida na Associação de Classe (AC)⁴², não se sabendo contudo, se tal ameaça passou ou não à prática.

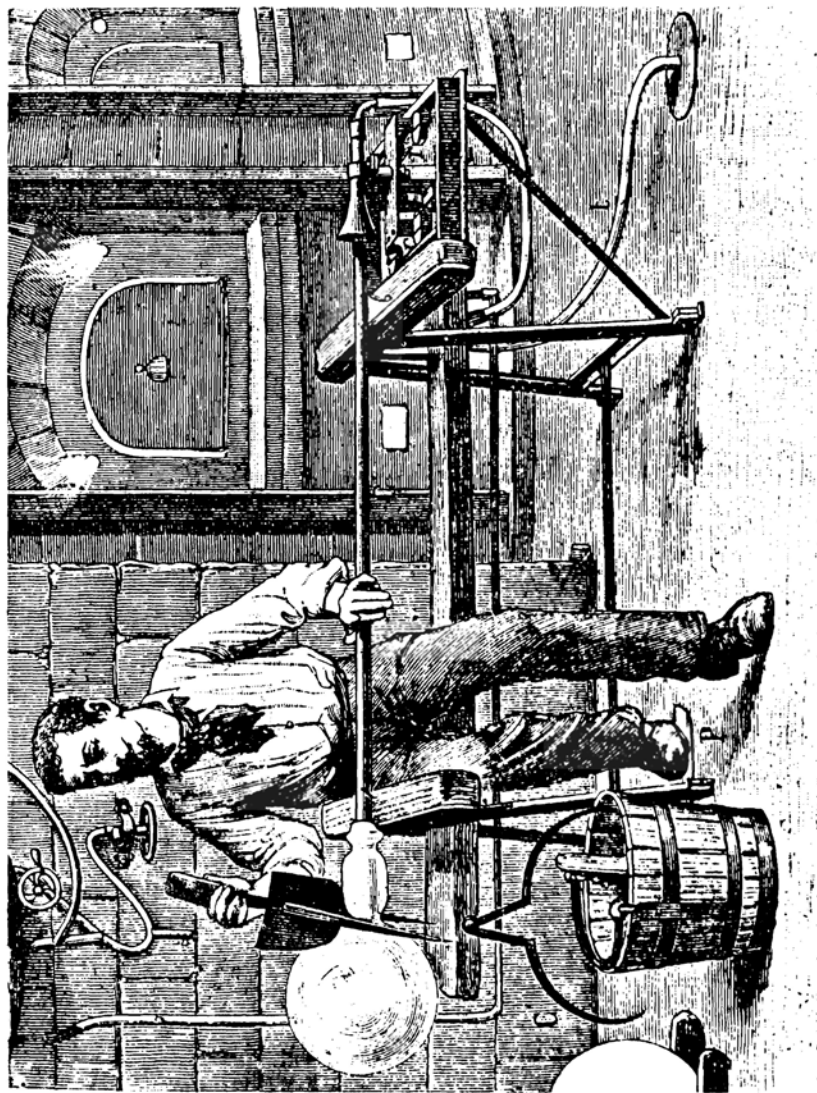
Em Janeiro de 1921, os garrafeiros entram em greve por uma nova tabela. Desta vez obtêm rapidamente o que desejam, tendo-se verificado então um grande aumento. A garrafa passa a ser paga a 22/24/25 réis (de 1/2 l, de 1/2 l a 7 dl e de 1 l), tendo ainda os operários conseguido uma

(Leiria) e \$58 (Lisboa). O *Anuário Estatístico* de 1921 dá-nos os preços dos géneros de primeira necessidade, por distritos, nos meses de Abril, Agosto e Dezembro de 1921. Se compararmos o preço do bacalhau, carne de porco, pão de trigo de 1.ª e 2.ª, verificamos serem de facto mais caros em Leiria do que em Lisboa, situação que se inverte no caso da carne de vaca, feijão branco e peixe miúdo. Ver também *A Batalha* de 26 de Outubro de 1923 e 20 de Março de 1924.

⁴⁰ Ver anexos 10-A e 10-B.

⁴¹ Y. Lequin refere que fora a tentativa de uniformização salarial que motivara a primeira greve geral dos vidreiros de Lião. [Ver Y. Lequin, *Les Ouvriers de la Région Lyonnaise (1848-1914)*, Presses Universitaires de Lyon, 1977, II, p. 129.]

⁴² A partir de agora passaremos a usar apenas as iniciais para designar as associações de classe.



Cadeira de cristaleiro

quantidade de trabalho garantido e um subsídio durante a reparação dos fornos. Além disso, a AC elabora uma tabela estipulando o limite máximo de produção por tipo de garrafas ⁴³:

Tipo de garrafas:	26 réis	25 réis	24 réis	23 réis	22 réis
Número de garrafas permitido:	580	600	630	660	690
E os pirolitos:	27 réis				
	560				

Esta vitória surge num ponto alto do poder dos garrafeiros, quando o mercado estava a absorver toda a produção ⁴⁴. Em Março, orgulhosos da sua vitória, explicam aos cristaleiros como haviam conseguido elevar o preço e, objectivo bem mais difícil, limitar a produção. Até Julho, tudo parece correr bem.

Mas, no Verão de 1921, os patrões tentam de novo baixar os salários. Há incidentes vários. A AC rejeita as propostas patronais (18/20/22 réis) e retira o pessoal aos industriais que não estavam a cumprir o estipulado.

Infelizmente, terminam aqui as notícias desta negociação. Apesar dos seus limites evidentes, pudemos verificar que os garrafeiros conseguem, em Janeiro de 1921, fazer subir substancialmente o preço médio pago por garrafa. Verificámos também que a luta corpo a corpo, empresa a empresa, era mais importante do que os acordos formais. Qualquer vitória tinha de ser renovada quotidianamente. Nada era irreversível. Os salários estavam intimamente ligados à correlação de forças conjuntural.

Durante o imediato após-guerra, em período de expansão do mercado, os vidreiros conseguem oferecer uma resistência organizada que lhes adia as reduções salariais; mas estas não tardarão a verificar-se ⁴⁵. E, quando, em Outubro de 1926, o industrial E. Galo comunica aos cristaleiros que, dada a grave crise de sobreprodução, só poderá manter a fábrica aberta com um corte salarial de 10 %, aqueles são forçados a aceitá-lo ⁴⁶, como já antes o haviam feito os vidreiros da Fábrica Nacional ⁴⁷. Em 1925, o ministro Ramada Curto fazia afirmações que atestam a gravidade da situação. A um jornalista que o interrogava sobre a situação na Marinha Grande responde: «Sim, na Marinha Grande morre-se de fome.» ⁴⁸

Apesar de uma provável redução salarial ao longo de toda a segunda metade do século XIX, os vidreiros eram ainda, neste período do após-guerra, os descendentes dos artesãos que G. Stephens tinha trazido do

⁴³ O numerador refere-se ao pagamento por tipo de garrafa; o denominador à quantidade máxima permitida pela AC.

⁴⁴ O facto de a fábrica de garrafas da Amora ter estado paralisada durante mais de um ano deve ter favorecido a garrafaria da Marinha Grande. (Ver *A Voz da Amora* de 15 de Dezembro de 1918 e *A Batalha* de 15 de Junho de 1919 e de 28 de Outubro de 1921.)

⁴⁵ Ver n' *A Batalha* alguns artigos sobre reduções salariais (por exemplo, *A Batalha* de 5 de Dezembro de 1924); ver também as *Actas*, em particular as dos cristaleiros (Outubro-Novembro de 1924 e Março de 1926).

⁴⁶ *Actas* C de Outubro de 1926.

⁴⁷ *A Batalha* de 30 de Julho de 1925.

⁴⁸ *Ibid.*, de 22 de Fevereiro de 1925.

estrangeiro e que haviam formado aquela primeira geração operária privilegiada que ganhava bem, vestia sobrecasaca e usava chapéu alto⁴⁹. Os vidreiros encontravam-se ainda entre os trabalhadores portugueses mais bem remunerados. Numa lista incluindo os salários médios diários de 24 profissões, em 1914, os vidreiros aparecem em 6.º lugar, com um salário estimado em 720 réis (abaixo do salário de 900 réis dos operários da construção eléctrica, mas bastante acima dos 500 réis diários dos operários da têxtil)⁵⁰. Mesmo quando, após a fase de repentina prosperidade da guerra, os salários começam a descer, a posição dos vidreiros mantém-se indiscutivelmente superior à de muitos outros trabalhadores⁵¹.

Esta imagem do prestígio social dos primeiros oficiais estrangeiros que vieram para a Marinha Grande mantém-se viva ainda hoje. Dizia-nos recentemente um dos vidreiros entrevistados:

Quando eles vieram para aqui, não havia a Marinha nem nada, era uma charneca nesse tempo; havia ali aquele largo onde hoje é a praça; parece que eles saíam ali de *smoking* e de chapéu de coco; aquilo eram personalidades da alta sociedade⁵².

Esse prestígio social, reconhecido pela comunidade a que pertenciam⁵³, criou nos vidreiros uma certa «vaidade», que, se lhes permitia enfrentar o patrão com «dignidade», lhes conferia também uma atitude de sobrançeria em relação aos outros trabalhadores que com eles conviviam diariamente. Veja-se, por exemplo, a maneira como, por alturas da marcha a Leiria em 1908, se recusaram a ir trabalhar na construção de estradas, enquanto sugeriam que os seus colegas não vidreiros o poderiam fazer⁵⁴.

⁴⁹ *O Século* de 19 de Agosto de 1945. Ver também comentários à ostentação dos vidreiros em P. Descamps, *Portugal, la Vie Sociale Actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935, p. 351.

⁵⁰ M. V. Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, Lisboa, Presença-GIS, 1977, p. 111. Esta situação privilegiada era comum aos vidreiros franceses e ingleses. Ver, por exemplo, J. Wallach Scott, *The Glassworkers of Carmaux*, cit., e a tese (não publicada) de T. Matsumura, *The Flint Glassworkers in the Classic Age of the Labour Aristocracy (1850-1880)*, University of Warwick, 1976, e E. Hopkins, *op. cit.*

⁵¹ Bastará comparar os salários que P. Descamps diz estarem os vidreiros a receber, em 1930, com os da maioria dos operários. Os oficiais de cristalaria, garrafaria e vidraça recebiam respectivamente salários médios diários de 15\$, 20\$, 25\$, 60\$, recebendo os ajudantes as correspondentes percentagens (que iam de 10 % a 75 %) sobre estes salários (P. Descamps, *Le Portugal*, cit.).

⁵² Entrevista 1.

⁵³ Veja-se o que, em 1917, escrevia o jornal local *O Mensageiro*:

O operário do vidro não é um operário qualquer que se eduque em alguns anos; o operariado do vidro leva muitos anos a aprender o seu ofício e por isso não está apto para outros serviços, como qualquer outro operário. [Cit. em *A Restauração* de 15 de Junho de 1917.]

⁵⁴ Em Maio de 1908, após um longo período de encerramento da Real Fábrica, os vidreiros vão a Leiria protestar, acompanhados das famílias. O governador civil não sabe o que fazer com a multidão operária (cerca de 200 vidreiros e familiares) e decide alojá-los numa das casernas do quartel local, até receber ordens superiores. O ministro do Trabalho comunica ter tomado a decisão de iniciar a construção de uma estrada entre a Marinha Grande e a Nazaré, mas os vidreiros não aceitam, tendo conseguido, por fim, um subsídio de desemprego, enquanto os jornalheiros se vêem forçados a aceitar o trabalho nas estradas (*O Século* de 3 de Maio de 1908, *O Marinhense* de 9 de Maio de 1908 e *O Século* de 8 de Maio de 1908).

A *Batalha* lamenta a existência destas atitudes, acusando os vidreiros de se julgarem superiores aos seus companheiros.

C) A ESTRUTURA DA MÃO-DE-OBRA E A APRENDIZAGEM

Após esta breve descrição dos processos e condições de trabalho, vejamos qual a composição interna das equipas nos vários ramos do vidro ⁵⁵. Sabemos que, no primeiro dia de laboração da Real Fábrica, a 16 de Outubro de 1769 ⁵⁶, o pessoal propriamente vidreiro era composto por 7 mestres de vidraça, 5 ajudantes e 3 aprendizes. Tratava-se, pois, de uma pirâmide invertida em que numericamente predominava o pessoal especializado. Dos 7 mestres, 2 vinham da antiga fábrica do Coíma e os outros eram estrangeiros. A falta de pessoal especializado fazia-se sentir nesta fase de arranque.

Cerca de noventa anos depois, não contando o pessoal auxiliar, trabalhavam na oficina de vidraça 6 oficiais, 8 primeiros-ajudantes e 8 segundos-ajudantes ⁵⁷. Em 1881 trabalhavam 9 oficiais e um número idêntico de primeiros e segundos-ajudantes, além dos 12 trabalhadores da «estenderia» (oficiais e ajudantes) ⁵⁸. Em 1930, cada equipa da vidraça compunha-se de 1 oficial, 1 primeiro-ajudante e 1 aprendiz, empregando a «estenderia» 1 oficial, 1 primeiro-ajudante e 1 segundo-ajudante ⁵⁹.

A evolução na cristalaria é semelhante. O tamanho das «obragens» dependia do tipo de peças a fabricar (copos, jarras, chaminés, etc.) e da capacidade do pote. Mas, em média, uma «obragem» compunha-se de 5 vidreiros ⁶⁰. Em 1859 havia 8 oficiais de cristal, 6 primeiros-ajudantes, 7 segundos-ajudantes e 19 aprendizes (de 1.^a e 2.^a). Mesmo com um só forno a trabalhar, havia dificuldade em encontrar pessoal especializado em número suficiente, conforme é dito a Sebastião Betâmio de Almeida por ocasião da sua deslocação à Marinha Grande.

⁵⁵ É praticamente impossível saber-se hoje quais os efectivos globais dos três subgrupos em que se dividia a indústria e muito menos fazer-se um estudo das suas alterações ao longo dos anos. Sobre o número de garrafeiros nada se sabe; sobre os cristaleiros, algumas fontes avaliam o seu quantitativo, na década de 1920, na Marinha Grande, em cerca de 250, afirmando que a classe dos manipuladores de vidraça era nesta altura mais reduzida (*Boletim da Previdência Social* de 5 de Dezembro de 1925).

⁵⁶ Nesta data só se fabricava vidraça; o fabrico de cristal só começaria no ano seguinte (C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, II Centenário*, Lisboa, FEIS, 1969, p. 55). Infelizmente não dispomos de quaisquer dados sobre a composição do grupo dos garrafeiros, excepto para 1930. Nesta data, as equipas compreendiam 1 oficial, 4 ajudantes hierarquizados e 3 aprendizes (ver P. Descamps, *Le Portugal*, cit., p. 350). Em França, em 1880, as equipas de garrafeiros eram formadas por 1 mestre (o *souffleur*), 2 aprendizes (o *grand garçon* e o *gamin* ou *petit garçon*) e por 1 auxiliar, que transportava as garrafas (o *porteur*), só se aplicando aos três primeiros a designação de vidreiros. (Ver J. Wallach Scott, *The Glassworkers of Carmaux*, cit., p. 23.)

⁵⁷ Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit.

⁵⁸ *Inquérito Industrial de 1881*.

⁵⁹ P. Descamps, *Le Portugal*, cit.

⁶⁰ P. Prostès dá um número mais elevado, incluindo certamente nele os serventuários (P. Prostès, *A Indústria do Vidro*, cit.). Em Inglaterra, na segunda metade do século XIX, as *chairs* («obragens») eram geralmente compostas, no cristal, por 4 trabalhadores: o *workman*, o *servitor*, o *footmaker* e o *taker-in*.

Posteriormente, quando se começou a trabalhar com duas fornadas por semana, o pessoal passou a ficar composto por 12 oficiais, 12 primeiros-ajudantes e 12 segundos-ajudantes. Em 1881 havia já 18 oficiais, 18 primeiros-ajudantes, 18 segundos-ajudantes, 18 terceiros-ajudantes, 18 quartos-ajudantes e 30 aprendizes. Cada «obragem» era formada por 6/7 vidreiros, notando-se uma tendência para as equipas aumentarem e se distinguirem internamente num maior número de graus. Em 1930, as «obragens» eram compostas por 7 pessoas: 1 oficial, 3 ajudantes hierarquizados e 3 aprendizes ⁶¹.

Em todos os sectores do vidro, a «obragem» dividia-se entre vidreiros «graduados» (acima de segundo/terceiro-ajudante) e aprendizes (de segundo/terceiro-ajudante para baixo). Como já dissemos, o pessoal auxiliar não fazia parte do grupo profissional dos vidreiros, pelo que dele não falaremos.

Desde sempre, o ofício de vidreiro exigiu um longo período de aprendizagem. No alvará da fundação da Real Fábrica, de 1769, diz-se no artigo 3.º:

A fábrica conservará sempre 6 aprendizes portugueses, os quais estarão precisamente cinco anos a aprender toda a qualidade de manufactura relativa a esta fábrica, que os mestres serão obrigados a ensinar-lhes, sem reserva de segredo algum [...], e, sendo acabados os cinco anos, estando aptos para poderem ser examinados, será obrigada a fábrica a ocupá-los no seu serviço por oficiais, pagando-lhes o competente ordenado conforme o merecimento ⁶².

Foi durante o período de gestão dos irmãos Stephens que se formou esta primeira geração portuguesa de vidreiros. À frente deste pequeno grupo inicial de «aristocratas operários», além de uma produção de qualidade, aqueles empresários tentaram também assegurar a «qualidade» da força laboral.

A adaptação da primeira geração de trabalhadores portugueses à fábrica, em particular os não qualificados, não se fez sem penas. Os problemas que se punham quanto aos oficiais ingleses, alemães e genoveses eram mais de adaptação ao local do que ao ofício. Mas já o mesmo se não pode afirmar no que respeita aos camponeses, para quem a manufactura era um mundo desconhecido. Só a existência de dificuldades explica os lamentos do administrador José de Sousa e Oliveira, que recorda os primeiros tempos da fábrica nos seguintes termos:

Pelo que respeita às pessoas empregadas no serviço desta fábrica, teve Guilherme Stephens de lutar com muitos e poderosos obstáculos: encontrou, em grande parte, *homens pouco afeiçoados a um trabalho violento e regular, rixosos, dados ao vinho e a outros divertimentos danosos*; destes, uns, frequentando as tabernas, ou se embriagavam e indispunham para o trabalho nas horas precisas, ou, se acudiam a ele, indo perturbados, cometiam erros nas suas obrigações, e da falta

⁶¹ P. Descamps, *Le Portugal*, cit.

⁶² C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, cit.

de uns e dos casos de outros resultavam gravíssimos prejuízos à fábrica e a eles mesmos⁶³.

A preocupação dos Stephens em «elevar» o nível moral dos seus operários provinha da necessidade de «domesticar» a força laboral que o mundo rural fornecia «em bruto». Assim, e após «tenazes esforços», os Stephens conseguiram que se fechassem todas as tabernas da Marinha Grande e das povoações circunvizinhas, passando o vinho a ser vendido apenas numa taberna anexa à fábrica e por eles controlada⁶⁴. Encerrado esse «club de operários», os dois irmãos tentarão encontrar uma nova forma de entreter os trabalhadores, tendo construído para o efeito um teatro fabril e contratado mestres de música e de dança. Os artífices e os seus ajudantes representam então a *Olimpia*, de Voltaire, concluindo o cronista-administrador que «à custa de muitas despesas conseguiram [os Stephens] formar homens *civilizados, briosos* sujeitos e de hábitos e costumes *regulares*». Como em todo o mundo que se industrializava, paralelamente à aquisição das qualificações técnicas, a pontualidade, a assiduidade e as boas maneiras eram virtudes essenciais que os aspirantes a operários tinham de adquirir⁶⁵.

Segundo a ética tradicional do ofício, a situação normal era a passagem da arte de pais para filhos. O problema da socialização vai pois gradualmente desaparecendo, à medida que os próprios pais iniciam os filhos na vida da fábrica. Os mesmos apelidos sucedem-se nos poucos registos de que dispomos. Os operários declaram, no *Inquérito Industrial de 1859*, que a profissão de vidreiro era usualmente herdada. O contrário era tão aberrante que era até usado como forma de castigar operários rebeldes: a dois lapidários que se haviam queixado da empresa arrendatária é-lhes dado, como castigo, a não admissão dos filhos como aprendizes⁶⁶.

O miúdo que entrava aos 6 ou 7 anos para «abrir o molde» tinha de aguardar muitos anos antes de conseguir ascender a vidreiro «graduado». No Relatório de 1860, um dos oficiais da cristalaria afirma não ser possível formar um bom oficial em menos de 8 anos; normalmente demorava mais⁶⁷. Em geral, só a partir de terceiro-ajudante os vidreiros passavam a ser considerados profissionais e a ser pagos de empreitada. Um velho vidreiro relata o processo de aprendizagem na década de 1920: durante 10-15 minutos, o oficial retirava-se da «obragem» e dava o seu lugar ao primeiro-ajudante, e assim por diante na escala hierárquica, num

⁶³ Citado em Duarte A. Calazans, *A Indústria Vidreira na Marinha Grande*, 1941 (sublinhado meu).

⁶⁴ Um grupo de lavradores e vendedores de vinho protestará contra tal medida (ver *A Autonomia* de 20 de Outubro de 1895).

⁶⁵ A bibliografia sobre o tema é imensa; particularmente interessantes são as obras de S. Pollard, S. Marglin, H. Gutman e E. P. Thompson.

⁶⁶ Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit.

⁶⁷ Id., *ibid.* Nesta fase, os miúdos entravam primeiro para o cristal, passando depois, por vezes, para a vidraça, onde faziam uma nova aprendizagem de, pelo menos, três anos. Em França, em 1894, levava-se pelo menos dez anos até se chegar a oficial de garrafaria. (Ver M. P. Hanagan, *The Logic of Solidarity: Artisans and Industrial Workers in Three French Towns (1871-1914)*, University of Illinois Press, 1980.)

misto de ensaio de como se deveriam passar as coisas uma vez promovidos e de aula destinada a fornecer as técnicas de manipulação do vidro ⁶⁸.

Por lhe retirar tempo de trabalho efectivo e por exigir paciência e motivação, o oficial pago de empreitada poucas razões tinha para ensinar menores que não fossem seus familiares. Pelo contrário, a existência de um elevado número de aprendizes era contrária aos interesses dos oficiais, pois, uma vez formados, os ajudantes far-lhes-iam concorrência no mercado de trabalho. Não são de admirar as queixas, por parte de aprendizes «bastardos», a respeito das resistências dos mestres em os deixarem ir praticando e da falta de vontade em lhes transmitirem a «arte». Por pouco que isso agradasse aos patrões, o sistema era dificilmente alterável enquanto não fossem introduzidas na indústria modificações tecnológicas que destruíssem a base do poder operário que o saber técnico constituía. Excepto quando os patrões eram eles próprios ex-operários, susceptíveis, por conseguinte, de formar vidreiros, pouco podiam fazer para alargar a formação de aprendizes. Foram, por isso, obrigados a recorrer a vidreiros importados em momentos de expansão da indústria e sempre que os vidreiros se recusavam a ensinar ⁶⁹.

Durante o século XIX, a mão-de-obra vidreira trabalhava e reproduzia-se dentro das linhas tradicionais, embora a sua configuração geométrica se fosse lentamente alterando. De início, o grupo recrutado no estrangeiro por Stephens ⁷⁰ funcionou como uma verdadeira escola de vidraria. Admitiam-se poucos alunos, e estes eram cuidadosamente acompanhados pelos seus mestres até se «graduarem».

Como vimos, nos finais do século XVIII, a configuração geométrica da mão-de-obra aproximava-se de uma pirâmide invertida. Um século depois, em 1881, a mão-de-obra assume uma forma diversa — os mestres haviam já formado aprendizes em número suficiente para que a configuração fosse agora a de um rectângulo vertical, sendo o número de oficiais e de ajudantes em cada escalão rigorosamente idêntico. Em 1905, a configuração geométrica da estrutura laboral alterava-se, formando agora uma verdadeira pirâmide: na cristalaria havia, para 94 ajudantes, 29 oficiais; e na vidraça, 46 para 27.

A *ratio* de aprendizes por oficial era cada vez maior, diminuindo o poder dos operários à medida que aumentava a capacidade dos patrões para alargar o ofício. É verdade que as inovações tecnológicas estavam longe de ter atingido a projecção que se verificara noutras indústrias da época. No entanto, haviam ocorrido algumas modificações, não só dentro das fábricas da Marinha Grande, mas sobretudo fora delas. A par da grave crise que o vidro atravessa durante o após-guerra, a deslocação espacial da indústria para fora da Marinha Grande irá permitir ao patrão dispor de uma reserva laboral anteriormente inexistente. Os vidreiros da década de 1930 não têm já poder, no local de produção, para resistir à

⁶⁸ Entrevista 1.

⁶⁹ Os patrões da Amora e de Braço de Prata tiveram de recrutar alemães e belgas para formar os seus aprendizes (*A Autonomia* de 14 de Fevereiro de 1892). O patronato vidreiro do Norte defrontar-se-á mais tarde com semelhantes obstáculos (*O Marinhense* de 12 de Abril de 1919 e *A Batalha* de 10 de Agosto de 1919).

⁷⁰ O número e nacionalidade destes trabalhadores iniciais varia segundo as fontes. Segundo V. Valente (*O Vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950), os mestres iniciais eram ingleses, genoveses e alemães.

decapitação da pirâmide profissional. A garrafaria e a vidraça manuais viviam os últimos dias. Por exemplo, no semiautomático da garrafaria, o topo da profissão era agora ocupado, não já por um oficial, mas por um «colhedor», que podia ser um terceiro-ajudante. A equipa deixara de ser constituída pelo oficial, seus ajudantes e aprendizes hierarquizados, para ficar reduzida a 1 colhedor, 1 maquinista e 1 aprendiz. Mesmo na cristalaria, que se manteria um sector artesanal de luxo, se verificavam alterações na composição interna das «obragens».

Enquanto o sopro exigiu técnicas altamente especializadas, aqueles que as dominavam possuíam uma superioridade clara sobre os outros trabalhadores. O trabalho exigia rapidez, rigor, destreza manual. Se levava apenas uns meros minutos a soprar uma garrafa, levava anos a treinar um miúdo na arte — a avaliar a temperatura e o estado do vidro, a habituar-se a mexer em coordenação com os colegas, a conhecer a necessária transparência e rigidez do material, a lapidar, pintar ou gravar uma peça. Os vidreiros ocupavam um lugar especial, porque a tecnologia exigia uma longa aprendizagem.

Era à complexidade da manufactura que se ficava a dever a força operária no local de produção. A oficina era dos oficiais: ali quem mandava era o vidreiro. É um autêntico controlo operário, tradicional, é certo, e que se fica a dever ao domínio do processo produtivo. Manteve-se enquanto a máquina não retirou ao operário aquilo que lhe dava força: o saber técnico e a possibilidade de o guardar para si e para os seus.

As alterações na composição da mão-de-obra são ilustráveis graficamente: de uma pirâmide invertida, no século XVIII, a uma verdadeira pirâmide, em 1905, passando por um rectângulo vertical, em 1881, depara-se-nos, em 1940, uma mão-de-obra cada vez mais desqualificada, numa estrutura laboral horizontal tornada possível pela mecanização e pelo recrutamento livre. Tais modificações são reveladoras do processo de proletarianização e da diminuição do poder operário. O trabalhador miserável, oprimido, desenraizado e ignorante, típico das grandes fábricas, estava em vias de substituir os orgulhosos artesãos formados pelos Stephens.

II — A INDÚSTRIA DO VIDRO

A) O QUASE MONOPÓLIO DA REAL FÁBRICA

Até 1827, data em que morre João Diogo Stephens, a Real Fábrica atravessa, apesar da interrupção causada pelas Invasões Francesas, um período de prosperidade e de produção contínua⁷¹. Tratava-se de uma fábrica privada, mas fortemente protegida pelo poder real, no que respeita a matérias-primas, pautas, pessoal, mercados, etc. Criada para satisfazer as necessidades em vidraça para a reconstrução de Lisboa após o terramoto, esta manufactura pombalina especializa-se também em produtos de cristalaria, vindo a gozar de uma situação de quase monopólio

⁷¹ Ver, por exemplo, A. Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, 1822.

no mercado português ⁷². As outras fábricas de vidro que existiam no início do século XIX (uma em Vila da Feira e duas em Lisboa) não lhe conseguiam fazer concorrência, dado o volume diminuto da sua produção.

Com a morte de João Diogo Stephens e a doação da fábrica ao Estado abre-se um novo período. Os termos em que o testamento é redigido virão a constituir um dos pontos centrais de conflito entre o Estado, os patrões arrendatários e os operários. Vale a pena recordá-los com algum pormenor. Ao legar a fábrica, João Diogo Stephens estipulara:

Os edifícios, terras, pomares, vinhas e jardins, engenho de água na Marinha Grande e ao que se possa dar o nome de capital fixo do nosso tráfego de vidros, tendo sido convencionado entre mim e o meu lamentado irmão Guilherme Stephens que o mesmo passaria indivisível para os representantes ou sucessores do sobrevivente sócio, a benefício deste reino e das gentes ou famílias empregadas neste estabelecimento [...] dou e deixo à nação portuguesa todos os mencionados bens e estabelecimentos [...] e desta sorte espero firmemente, como assim o desejo, que prosperidade, estabilidade e permanência acompanhem esta útil e bela fábrica, em benefício da Marinha Grande em particular, e utilidade deste Reino em geral e assim para sempre.

E acrescenta:

Dou e deixo à nação portuguesa todos os meus mencionados bens [...] e estabelecimentos, suplicando ao Governo que haja de eleger e nomear uma autoridade para os reger e administrar ⁷³.

Como veremos, a ambiguidade sobre quem deveria beneficiar dos frutos da Real Fábrica acarretará inúmeras complicações ao Estado e aos administradores ⁷⁴.

Com a morte do segundo Stephens encerra-se um período que pode ser considerado o período áureo da fábrica, iniciando-se uma segunda fase em que, já património do Estado, a empresa atravessa uma vida atribulada. Os arrendamentos nem sempre se fazem prontamente e nas melhores condições, as gestões são muitas vezes ineficazes, o Estado permanece distante e desinteressado do andamento dos negócios. Disto mesmo se queixava, em 1895, um seu cronista:

Como os ministros e os seus afilhados têm mais ao pé donde comerem e não comem dela, não cuidam de a conservar e os mais que se aguentem ⁷⁵.

O Estado mantém frequentemente uma atitude de enfado por ter de tomar conta de tão pesado legado. Quando terminam os contratos feitos com os arrendatários, há sempre um momento de indecisão e, por mais de uma vez, consideram os sucessivos governos a hipótese de venderem a fábrica.

⁷² J. Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1977, p. 254.

⁷³ C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, cit.

⁷⁴ Vejam-se, por exemplo, os conflitos ocorridos em 1859, em 1905-08 e em 1919.

⁷⁵ *A Autonomia* de 24 de Novembro de 1895.

Há, no entanto, dois arrendamentos com alguma permanência. O primeiro, o do conde de Farrobo e visconde das Picoas, que vai de 1827 a 1847⁷⁶; o segundo, abrangendo o período de 1864-94, em que a Real Fábrica é arrendada e dirigida pelos viscondes de Azarujinha e da Graça. Todos os outros se limitaram a períodos muito curtos⁷⁷.

Por várias vezes tentaram os vidreiros alugar e gerir a empresa. A primeira tentativa foi em 1857, quando um delegado dos operários, José Bento Fernandes, mestre de música da Real Fábrica, tenta, sem êxito, convencer o Governo a entregar a gestão aos operários⁷⁸. Estas tentativas radicavam no desejo de serem os operários a gerir a produção sem a intervenção dos patrões, aspiração que noutros grupos dera origem a cooperativas de produção.

Apesar dos intervalos e das gestões algo deficientes, a Real Fábrica vai sobrevivendo⁷⁹. A situação de privilégio mantém-se. A fábrica vai produzindo regularmente, mesmo com «operários que interpretam a seu modo as disposições testamentárias, se julgam donos da fábrica e chegam a considerar como intrusos os que vêm dirigi-los»⁸⁰. Além das pequenas oficinas da Rua das Gaivotas e do Covo, em Lisboa, apenas existia a nova fábrica do Cabo Mondego, tendo desaparecido a de Vila da Feira.

No princípio do século XX, a situação de quase monopólio vai desaparecer. Entretanto é o poderoso grupo Burnay que controla a Real Fábrica, não tendo tardado a surgir problemas. Os operários abandonam o trabalho em 1905, ficando desempregados durante cerca de três anos. Depois, de 1908 a 1919, a fábrica será arrendada, entre outros, por António de Bastos Nunes, contactado para o efeito pelos operários, sendo este o último arrendamento feito a particulares. Segue-se uma fase de co-gestão (com representantes do Estado, do Município e dos operários) e, a partir de 1924, altura em que é nomeado o Eng. Calazans Duarte para seu director, o Estado passa a administrá-la directamente.

B) AS NOVAS FÁBRICAS

Como se disse, até ao terceiro quartel do século XIX, a Real Fábrica conhecia uma situação de quase monopólio. A partir da década de 1880

⁷⁶ O entusiasmo pelo negócio não deve ter sido grande: só ao fim de três praças sucessivas e de várias pressões políticas encontra a fábrica quem a queira.

⁷⁷ Ver, no anexo 14, a lista dos arrendatários.

⁷⁸ Em Maio de 1908, os vidreiros enviam de novo às Cortes uma proposta de arrendamento da fábrica a uma cooperativa — a Vitrificadora —, não tendo, no entanto, tido mais sorte que anteriormente.

⁷⁹ Ver *A Autonomia* de 13 de Setembro de 1890 sobre este tipo de patrões-arrendatários:

Os empresários dos estabelecimentos industriais eram de longe, não viviam cá: os seus contratos têm sempre um termo que se lhes aproxima, e por isso nenhum cuidou do futuro remoto dos habitantes da Marinha Grande».

Ver também A. Calazans Duarte, *A Indústria Vidreira na Marinha Grande*, 1941, que vinca sobretudo os aspectos negativos desta fase, em que os patrões queriam explorar ao máximo e rapidamente concessões e privilégios:

[...] arrendamentos sucessivos, e entre os arrendamentos crises mais ou menos prolongadas, uma vida cortada de conflitos e cheia de angústias.

Ver também Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório*, cit.

⁸⁰ A. Calazans Duarte, *A Indústria Vidreira na Marinha Grande*, 1941.

começam a aparecer na Marinha Grande novas fábricas de vidro. Já em 1870 havia quem tivesse tentado montar duas fábricas (uma de cristal, outra de vidraça), mas pouco haviam durado⁸¹. Também no resto do País, as escassas iniciativas nesse sentido não tinham tido êxito.

A primeira fábrica de vidro que irá ter continuidade e desenvolvimento é a de José dos Santos Barosa (fundada em 1889⁷). Nasce de uma sociedade que um ex-vidreiro fizera com um seu irmão, emigrante no Brasil, e mais quatro vidreiros. Com o capital do irmão, depressa José dos Santos Barosa se torna o único proprietário de uma empresa que perdura até hoje⁸². A década de 1890 verá o nascimento de várias outras fábricas. Em 1894, de duas: a do antigo arrendatário da Real Fábrica, o visconde de Azarujinha, denominada Fábrica Nova (que em 1901 passa a fazer parte do grupo Burnay); e a Fábrica Central, de José Ferreira Custódio.

São ainda do século XIX a fábrica da Companhia Industrial Portuguesa, também ligada ao grupo Burnay, e a de R. Santos Galo, oficial de vidraça e antigo sócio de Santos Barosa. Mais tarde, em 1905, surge a fábrica de A. Morais e C.^a e, em 1906, a de um outro ex-oficial de vidraça, Guilherme Pereira Roldão. Ainda antes do surto de fábricas «milianas», surgidas durante a guerra, aparece a Fábrica Marquês de Pombal, também fundada por um ex-operário vidreiro, J. de Magalhães Júnior.

Descendente duma família de vidreiros da Fábrica da Vista Alegre, J. Magalhães trabalhara como florista na Real Fábrica, depois de aí haver desempenhado vários ofícios (serralheiro, carpinteiro e metalúrgico). Em 1867, um mestre francês que se deslocara à Marinha Grande protege-o: tendo-se partido os fornos da fábrica, que haviam sido construídos pela Siemens, é J. Magalhães quem os reconstrói, tendo-se saído particularmente bem de tal tarefa. Entretanto estuda química e vai subindo na hierarquia profissional, chegando, em 1887, a director técnico da Real Fábrica. Após a criação da Fábrica Nova, opta por ir para ali trabalhar, mas acaba por não se dar bem na empresa, desligando-se, por fim, da Fábrica Nova e fundando, em sociedade com 27 outros vidreiros, a Fábrica Marquês de Pombal⁸³.

Nesta fase verifica-se, por um lado, uma lenta, mas constante, expansão da indústria; por outro, estabelece-se um regime de concorrência a que a Real Fábrica não estava habituada. Esta passa a ser alvo de constantes ataques devido aos privilégios tradicionais de que ainda gozava. O mercado, escasso, torna-se alvo duma luta cerrada entre os industriais, o que irá alterar o carácter relativamente estacionário que a indústria conheceu. A velha tradição paternalista ficava para trás. Os novos patrões, muitos deles ex-operários, queriam ganhar dinheiro rapidamente⁸⁴. E, mais fre-

⁸¹ A pequena fábrica de cristal de José Ferreira Custódio, instalada no quintal do seu proprietário e dispondo de um pequeno forno à portuguesa com 5 potes, dura apenas uns meses e a fábrica de vidraça, na Guarda Nova (1874-76), é comprada pela Real Fábrica a fim de evitar a concorrência. Houve também uma tentativa de fabricar vidraça numa fábrica no Engenho (1886-88), mas durou pouco (J. Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, Gráfica de Leiria, 1977).

⁸² *A Marinha Grande* de 18 de Julho de 1964; *O Sindicalista* de 3 de Dezembro de 1911; J. Barbosa, *op. cit.* Ver anexo 8.

⁸³ *A Autonomia* de 13 de Julho de 1890 e *O Marinhense* de 30 de Junho de 1917.

⁸⁴ Muitos dos industriais vidreiros provinham das fileiras operárias, v. g. os Ferreira Custódio, os Santos Barosa, os Santos Galo, os Pereira Roldão.

quentemente do que os Stephens, eram forçados a usar a força para obter o respeito. O clima dentro das oficinas endurece. As relações patrão-operário tornam-se mais tensas.

C) A PROSPERIDADE DA GUERRA E A FUGA DA INDÚSTRIA

Ao afectar os principais concorrentes estrangeiros, a primeira guerra mundial proporcionou à indústria vidreira condições particularmente propícias à expansão. Facto sem precedentes, *O Marinhense* diz, em 1917, que as fábricas de vidro têm tantas encomendas que não conseguem satisfazer todos os clientes⁸⁵. Mesmo quando a opção implicava uma diminuição de qualidade, este sector tinha a rara vantagem de grande parte das suas matérias-primas poderem ser encontradas no mercado nacional, não estando, portanto, totalmente dependente da importação de combustível e de matérias-primas. Enquanto outras indústrias atravessavam severas crises, como, por exemplo, a garrafaria da Amora, paralisada por falta de carvão, o vidro, que utilizava a lenha do pinhal de Leiria, prosperava inesperadamente⁸⁶.

É certo que desde 1890 a indústria se vinha a desenvolver⁸⁷. Mas é a guerra que acelerará o crescimento. O número de operários passa de 1307 trabalhadores em 1907 para 1690 em 1917. Numa dezena de anos haviam sido criados, só na Marinha Grande, 400 novos empregos⁸⁸.

Durante a guerra, a indústria do vidro mantém-se relativamente concentrada na Marinha Grande. Em 1917, dos 2877 trabalhadores do vidro, 1712 são da Marinha Grande. Os restantes núcleos, por ordem decrescente, eram o Seixal (com 627 operários), Oliveira de Azeméis (com 383 operários) e Lisboa (com 155 operários). Mais de metade do operariado do vidro vivia na pequena vila da Marinha Grande⁸⁹.

Algum tempo após o termo da guerra, a situação da indústria na Marinha Grande começa a deteriorar-se. A crise irá afectando sucessivamente os vários sectores. Por um lado aumenta a concorrência do produto estrangeiro; mas, facto mais relevante, assiste-se a uma importante deslocação espacial da indústria para zonas onde a mão-de-obra era mais barata e, sobretudo, estava desorganizada. Há cada vez mais fábricas de

⁸⁵ *O Marinhense* de 16 de Junho de 1917 e *A Batalha* de 18 de Fevereiro de 1926.

⁸⁶ *A Voz da Amora* de 6 de Maio de 1917. Ver V. Pulido Valente, «Portugal e a guerra de 1914-18», in *O Tempo e o Modo*, n.º 33, de 1965, e 34/35, de 1966. Ver também, do mesmo autor, «Estudos sobre Sidónio Pais», in *Estudos sobre a Crise Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980. Ver ainda *A Restauração* de 29 de Abril de 1917.

⁸⁷ *Inquéritos Industriais de 1881 e de 1890*.

⁸⁸ *Inquérito Industrial de 1917*, in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, de 1926. Todos estes dados estatísticos são muito falíveis. Por exemplo, o *Inquérito Industrial de 1917* inclui dados respeitantes não só à indústria, como ao comércio. Ver também *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150, de 1931. Estas estatísticas incluem não só os vidreiros propriamente ditos, mas também todos os trabalhadores empregues nas fábricas de vidro.

⁸⁹ Proporção que aumentaria significativamente se considerássemos só os operários trabalhando em grandes fábricas de mais de 100 operários. Ver anexos 6-A e 7.

vidro no Norte, a produzir a preços cada vez mais baixos⁹⁰. E, o que era ainda mais ameaçador, enquanto na Marinha Grande, por inércia dos industriais e pela resistência operária, se mantêm os velhos processos de trabalho, as novas fábricas nascem com máquinas. As vantagens de que os novos industriais gozavam à partida eram muito grandes. A Marinha Grande terá agora de se defrontar com uma concorrência que virá a alterar profundamente o mapa da localização da indústria e a destruir o poder destes operários.

Em 1930 havia no País 31 fábricas de vidro, assim distribuídas: 11 no distrito de Leiria (8 na Marinha Grande, 2 em Alcobaça e 1 em Pombal), 9 no Porto, 7 em Aveiro (Oliveira de Azeméis), 2 em Coimbra, 1 em Setúbal (Seixal) e 1 em Lisboa (a Fábrica das Gaivotas)⁹¹. Quanto aos efectivos operários, contavam-se 3016 trabalhadores do vidro, dos quais somente 984 na Marinha Grande⁹². Enquanto, em 1917, a percentagem dos trabalhadores do vidro da Marinha Grande no total da classe era de 60 %, uma década depois essa percentagem baixaria para 33 %. A indústria deslocava-se rapidamente para fora da Marinha Grande, tendência que se acentuaria em anos subsequentes e que fará com que *O Século* se refira, em 1945, à concorrência do Norte como «uma espécie de *dumping* japonês» dentro do nosso próprio país⁹³.

A maioria das fábricas de vidro da Marinha Grande eram grandes unidades: das 10 empresas em laboração em 1920, 3 possuíam mais de 250 operários — a Santos Barosa 380, a Fábrica Nova 348 e a Fábrica Nacional 270. Havia ainda 5 outras grandes fábricas, todas elas com mais de 100 operários; apenas 2 ficavam aquém da centena (uma com 84 e outra com 62 operários)⁹⁴.

D) A CRISE

Não é fácil apontar brevemente as causas da crise económica que se começa a fazer sentir após a primeira guerra mundial, tanto mais que as razões variaram, na natureza e no tempo, nos três sectores. Ligada directamente ao vinho uma e à construção civil outra, a garrafaria e a vidraça tiveram os seus próprios ciclos de expansão e de depressão⁹⁵.

⁹⁰ *A Batalha* de 15 de Maio de 1921 refere as localidades onde se estão a instalar essas novas fábricas: Guia, Porto, Gaia, Figueira da Foz e Oliveira de Azeméis.

⁹¹ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150, de 1931. Ver também *Indústria Portuguesa*, n.º 58, de 1932. A Fábrica de Fontelas (Figueira da Foz) começara a produzir um grande número de garrafas utilizando processos mecânicos. Esta fábrica possuía em 1930 dois fornos e empregava 600 operários, além de 150 mulheres, sendo dirigida por um capataz francês, que viera de Bordéus para o Porto no princípio do século. Nas fábricas vizinhas havia também vários oficiais belgas. (Ver P. Descamps, *Le Portugal*, cit., p. 351.)

⁹² Ver anexo 6-A.

⁹³ *O Século* de 19 de Agosto de 1945.

⁹⁴ *O Marinhense* de 10 de Abril de 1920. Ver anexo 7.

⁹⁵ Em 1921, a crise vinícola é grave, embora os seus efeitos estejam, em Novembro, um pouco debelados. A garrafaria ressentia-se imediatamente. Começam a ir à falência ou a fechar temporariamente várias fábricas de garrafas. (Ver *O Marinhense* de 3 de Setembro de 1921 e *A Batalha* de 27 de Agosto de 1921 e 22 de Julho de 1924.

O excesso de capacidade instalada durante a guerra e a forte concorrência das novas zonas de produção bastariam, por si só, para suscitar graves problemas. Mas havia ainda o decréscimo global da actividade económica, os efeitos da crise internacional e a austeridade financeira do ministro das Finanças, que virá, mais tarde, a chefiar o Governo ⁹⁶. É provável que se exportasse menos vinho, o que afectava a garrafaria, que se construíssem menos casas, o que prejudicava a vidraça, que se comprassem menos objectos de luxo e que se continuassem a preferir os estrangeiros, o que agravava os crónicos problemas da cristalaria. De facto, a importação de objectos de vidro, mesmo se, em termos relativos, é pequena, não cessa de aumentar, enquanto decresce a exportação ⁹⁷. A revalorização do escudo, efectuada em 1924, torna o produto estrangeiro subitamente mais barato ⁹⁸. Veja-se, por exemplo, o que se passou no sector da vidraça e na garrafaria, a partir de 1925. Na vidraça, os quantitativos importados de «vidro em chapa não especificado» sobem sempre — de 20 113 m² em 1925 atingem, em 1930, 60 838 m². Por seu lado, o «vidro em garrafa e garrafões» aumenta também, passando de 313 743 kg em 1925 a 717 359 kg em 1930. Em cinco anos, a importação de chapa de vidraça passava para o triplo, a de garrafas para mais do dobro ⁹⁹. Importavam-se também objectos de luxo, atingindo-se em 1928 o máximo de importação de «vidro em obra corado, opaco, opalino, fosco, gravado, pintado, lapidado, irisado ou marmorizado», com 107 103 kg ¹⁰⁰.

Não dispomos de dados seguros sobre a evolução da produção durante o período do pós-guerra. Mas aqueles que possuímos, embora pouco fidedignos, permitem-nos avaliar, pelo menos, a extensão da crise. Segundo *A Batalha*, em 1926, o País havia produzido 16 000 000 kg de garrafas e consumido apenas 6 000 000 kg. A situação na cristalaria era um pouco melhor, mas também aqui havia sobreprodução: ter-se-iam produzido 1 590 000 kg de cristalaria e consumido apenas 1 200 000 kg ¹⁰¹. Já dois anos antes, *A Batalha* descrevera o local nos seguintes termos:

A Marinha Grande, que sorria quando vomitavam de fumo as suas 17 fábricas de vidro, não é hoje mais do que um lugarejo com um movimento fraco ¹⁰².

Contudo, não era só o jornal operário que alertava para a crise. Dela também nos falam os industriais. Num opúsculo escrito em 1932, o

⁹⁶ Ver, por exemplo, Albano de Sousa, «Crise industrial: seus factores e evolução, I Congresso Industrial», in *Indústria Portuguesa*, n.º 68, de Outubro de 1933.

⁹⁷ A única espécie de vidro que se exportava, «vidro em obra» (principalmente enviado para as colónias, Espanha, França, Marrocos), passa de 101 734 kg em 1925 a 79 000 kg em 1928 (*Estatística Comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925-30).

⁹⁸ Ver anexo 9.

⁹⁹ *Estatísticas Comerciais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925-30, e A. Arala Pinto, *A Crise Vidreira*, Leiria, 1932.

¹⁰⁰ *Ibid.*, id. A evolução desta rubrica apresenta, no entanto, problemas de interpretação. É possível que alguns dos objectos anteriormente classificados em «vidro em obra não especificado» tivessem, a partir de 1927, passado a ser incluídos na primeira rubrica. Ver também *O Século* de 20 de Outubro de 1920 e A. Arala Pinto, *A Crise Vidreira*, cit.

¹⁰¹ *A Batalha* de 12 de Fevereiro de 1926.

¹⁰² *Ibid.*, de 5 de Dezembro de 1924.

Eng. Calazans Duarte afirmava existirem em *stock* 7 000 000 kg de garrafas pretas e 3 000 000 kg de brancas, informando que também na vidraça e no cristal a situação era muito difícil. Segundo o director da Fábrica Nacional, isso devia-se ao facto de o número de empresas ser demasiado elevado. Quando o cristal fabricado no Centro e Sul do País excedia já o necessário, o Norte quadruplicava a sua produção ¹⁰³. Em 1934, um outro industrial queixava-se de no ano anterior haver produzido 9 500 000 kg de vidraça e de só ter vendido 2 600 000 kg ¹⁰⁴.

As crises de sobreprodução eram cada vez mais graves. «O País», escrevia *A Batalha* em 1925, «está a abarrotar de vidro por vender e as fábricas não podem aguentar-se, porquanto não têm capital com que possam vencer as dificuldades dos *stocks*.» ¹⁰⁵ Por um lado, pela fronteira voltava a entrar o produto estrangeiro; por outro, não havia hipótese de exportar um vidro caro e medíocre, feito em condições há muito ultrapassadas na Europa.

Os começos da década de 1930 constituíram um período de grave crise. Viviam-se anos de fome e insegurança. A indústria da Marinha Grande, que julgara, por uns breves momentos, poder expandir-se ilimitadamente, entra numa fase de agonia, que se irá sucessivamente agravando, até à intervenção radical do Estado Novo.

III — CLASSE E COMUNIDADE

A) UMA COMUNIDADE COESA

A Marinha Grande era uma pequena vila, situada na orla do pinhal de Leiria. Durante o século XIX fora gradualmente crescendo, acelerando-se esse aumento populacional a partir de 1850. Entre 1854 e 1864, a sua taxa anual de crescimento é dupla da nacional. E durante as restantes décadas do século, embora menor, a diferença mantém-se ¹⁰⁶. Em quarenta anos, de 1890 a 1930, a sua população duplica, passando de 4777 habitantes a 8601. À indústria do vidro, ali instalada no século XVIII, se ficava, em grande parte, a dever tal expansão. A Marinha Grande era, antes da instalação da fábrica, uma pequena povoação rural, em tudo semelhante aos lugares seus vizinhos. Em 1600 teria 200 fogos e em 1765 apenas 268; em 1804 tinha já 830 ¹⁰⁷. Este aumento foi profundamente alterado durante as Invasões Francesas; nos anos dramáticos de 1811-12, aos 74 habitantes mortos pelos Franceses há a juntar os 879 que perderam a vida devido a uma epidemia e os 100 que fugiram, horrorizados, para fora da Marinha Grande ¹⁰⁸. Só na década de 1850 a população voltaria de novo a ultrapassar os dois milhares.

¹⁰³ A. Calazans Duarte, *A Crise Vidreira*, Figueira da Foz, 1932.

¹⁰⁴ *Diário da Manhã* de 18 e 21 de Janeiro de 1934.

¹⁰⁵ *A Batalha* de 21 de Agosto de 1925.

¹⁰⁶ Ver anexos 11 e 12.

¹⁰⁷ V. Valente, *A Indústria do Vidro*, cit.; P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas de Algumas Vilas e Povoações de Portugal*, Lisboa, A. M. Pereira, 1871; *O Couzeiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, Leiria, Tipografia Leiriense, 1898.

¹⁰⁸ Visconde de Balsemão, *Memória sobre a Descrição Física e Económica do Lugar da Marinha Grande e Suas Vizinhanças Pertencentes ao Bispado de Leiria*,

À pequena oficina que, na primeira metade do século XVIII, o irlandês Beare transferira do Coima para a Marinha Grande segue-se, em 1769, a de Guilherme Stephens, que recebe do marquês de Pombal um grande apoio¹⁰⁹. A fábrica inicia a sua laboração com vários oficiais estrangeiros que trabalhavam na antiga oficina do irlandês, além de alguns mestres ingleses mandados vir por G. Stephens.

A vida da comunidade começa, a partir de então, a depender estreitamente da indústria do vidro, existindo até um ditado que diz que, na Marinha Grande, «quem não sopra o vidro já soprou»¹¹⁰. Um escritor que visitou a localidade em 1855, P. Brito Aranha, diz que «a povoação e a fábrica formam um todo harmonioso e, ao vê-las, por uma vez logo se pressupõe que uma é necessária à existência da outra»¹¹¹. A Marinha Grande transforma-se na «Manchester do distrito de Leiria», como, com alguma impropriedade, G. Stephens gostava de lhe chamar.

Até à década de 1860, o núcleo operário inicial vai crescendo com altos e baixos¹¹². Em 1813 era de 273, em 1818 de 386 e em 1827 de 500 vidreiros. Mesmo em termos europeus, tratava-se de uma grande fábrica de vidro. A evolução aproximada dos quantitativos do pessoal operário, entre 1813 e 1890, é a expressa no quadro da página seguinte¹¹³.

Apesar da insuficiência dos dados estatísticos, é possível verificar que, nascida grande, a fábrica se mantém estacionária durante a primeira metade de Oitocentos. Os grandes saltos na população vidreira ocorrerão sobretudo com a criação de novas fábricas nos inícios do século e, depois,

Lisboa, 1815. A fábrica de vidros, ainda por cima dirigida por um inglês, também foi afectada, tendo G. Stephens permanecido alguns meses na prisão. No entanto, em 1814, no inquérito feito pela Real Junta do Comércio, a indústria do vidro encontrava-se já em «estado progressivo» (B. Carqueja, *O Capitalismo Moderno e as Suas Origens em Portugal*, Porto, 1908).

¹⁰⁹ Na sequência de uma queixa do juiz do povo e da Casa dos Vinte e Quatro quanto aos prejuízos que a já relativamente grande manufatura do Coima estava a causar na área devido ao consumo de lenha, esta oficina é transferida, em 1748, para a Marinha Grande. Ver A. Castro, «Manufaturas», in *Dicionário de História de Portugal*, cit. Inicialmente, G. Stephens planeava construir a fábrica em Vieira, mas também aqui a população se opõe. J. Borges de Macedo, *Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963. J. Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, cit. Para a história da fábrica durante este período inicial ver, entre outros, J. Ratton, *Recordações*, Lisboa, s. d.; Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas*, cit.; A. Calazans Duarte, *A Indústria Vidreira na Marinha Grande*, cit.; J. Borges de Macedo, *A Situação Económica ao Tempo de Pombal — Alguns Aspectos*, Porto, 1951; A. Castro, «Vidro», in *Dicionário de História de Portugal*; C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, cit.

¹¹⁰ Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vi, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975.

¹¹¹ P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas*, cit.

¹¹² É muito difícil estudar-se a evolução quantitativa dos operários a trabalhar na Real Fábrica, uma vez que os critérios usados variam frequentemente: umas fontes incluem o pessoal auxiliar, outras excluem-no, umas integram o pessoal a trabalhar no abate e transporte de lenha, outras não. Os números exigem, portanto, uma leitura cautelosa.

¹¹³ V. Balsemão, *Memória sobre a Descrição Física e Económica do Lugar da Marinha Grande*, cit.; P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas*, cit.; A. Costa de Sousa Macedo, *Estatísticas das Fábricas no Distrito de Leiria*, cit.; *Inquérito Industrial de 1881 e de 1890*.

Anos	Número de operários
1813	273
1815	419 (excluindo carreiros)
1818	386
1827	500
1846	186 (excluindo carreiros)
1847	264(a)
1855	304
1862	213 (excluindo carreiros)
1865	450
1868-70	600
1871	584 (incluindo todo o pessoal)
1881	702(b)
1890	656

(a) O *Jornal da Marinha Grande* de 28 de Setembro de 1963 dizia que eram 286.

(b) Destes, só eram vidreiros, *strictu sensu*, 147 indivíduos, ou seja, 1/5 da força laboral da Real Fábrica.

durante a primeira grande guerra. Entre 1890 e 1907, os vidreiros passam de 656 a 1307, número que, em 1917, se eleva a 1690¹¹⁴.

Na realidade, a Marinha Grande está, desde os meados do século passado, a atrair gente de fora. O aumento populacional não se deve apenas ao crescimento natural da população: as suas taxas de crescimento são bastante mais elevadas do que as nacionais¹¹⁵. Há, pois, afluxo populacional, quer de concelhos vizinhos, quer, embora em menor escala, de concelhos mais distantes¹¹⁶.

Não é fácil saber-se, a partir das poucas fontes que possuímos, como seria a Marinha Grande oitocentista. Temos conhecimento, por Brito Aranha, de que, nos meados do século, a maioria das casas, de um só andar, tinham canteiros de flores ao lado das portas de entrada¹¹⁷, respirando-se um ambiente risonho e uma calma pré-industrial. No final do século, a Marinha Grande era ainda uma pequena vila de cerca de 5000 habitantes, perdida no Portugal rural¹¹⁸. Leiria, que dela distava 20 km, era uma cidade provinciana. As características e os ritmos da vida urbana eram desconhecidos na região. A concentração operária não dava à vila os traços que possuíam já Setúbal ou Xabregas. Quando comparada com outras zonas de acelerado crescimento demográfico, a Marinha Grande parecia ainda uma comunidade tradicional: não existiam ali bairros miseráveis e superpovoados, poluição, caos urbano.

O palácio dos Stephens, imponente residência pombalina, fazia parte do grupo arquitectónico que dominava a vila e integrava ainda a fábrica e suas dependências, separadas do exterior por um muro e um enorme

¹¹⁴ Ver anexos 1, 2, 3 e 4.

¹¹⁵ Ver anexos 12 e 13 e Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, cit.

¹¹⁶ Ver A. Amorim Girão e F. Lopes Velho, *Migrações Internas (1890-1914)*, Universidade de Coimbra, 1940.

¹¹⁷ Segundo Brito Aranha, isso seria uma cópia da arquitectura inglesa da época (P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas*, cit., p. 156, e A. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1875).

¹¹⁸ Para a evolução da população da Marinha Grande, ver anexos 11 e 12.

e majestoso portão de ferro. À volta destes belos edifícios encontrava-se a enorme quinta, que havia pertencido à Ordem de Malta.

Não se conheciam ainda alguns dos progressos técnicos que começavam a facilitar a vida colectiva nas grandes cidades. Apesar dos três candeeiros a petróleo que foram colocados no centro em 1893, os habitantes continuaram a queixar-se da escuridão e do perigo das velas. A luz eléctrica só viria a surgir em 1927¹¹⁹.

Até 1888 não estava ligada aos grandes centros urbanos, a não ser por São Martinho do Porto. Em 1864 havia sido construído um eléctrico que a ligava àquele porto e que substituiu a velha estrada construída ainda no tempo de G. Stephens. Mas a ligação mais importante só viria com a construção do caminho-de-ferro do Oeste, que a passou a ligar directamente a Lisboa. Localmente, os transportes foram até muito tarde rudimentares, embora, em 1892, o jornal *A Autonomia* se queixasse da chiadeira dos automóveis dentro da povoação¹²⁰. Amorim Girão, escrevendo em meados deste século, referia, como uma curiosidade da geografia marinhense, o facto de o transporte de lenhas ser ainda feito em carros de bois, do pinhal para a fábrica¹²¹.

Do ponto de vista agrícola, a Marinha Grande possuía poucas aptidões naturais, com solos arenosos, excelentes para o pinheiro, espécie de cintura florestal à volta da vila, e alguma vinha e cereais¹²². Mas, globalmente, a agricultura do concelho não era próspera, apesar das experiências inovadoras de G. Stephens, que ali introduzira o nabo, a alface e a luzerna, cultivadas pela primeira vez em Portugal na horta da sua fábrica.

Além da população propriamente vidreira, para quem a horta e o cultivo de pequenas parcelas na cerca era sobretudo um passatempo, havia algumas dezenas de pequenos camponeses para quem a fábrica era também uma fonte de rendimento: para ela cortavam e transportavam o combustível usado nos fornos. A indústria tinha assim um laço com o campo.

Nas primeiras décadas do século XX, a Marinha Grande era um dos centros populacionais com mais alta taxa de proletarização e de concentração numa só indústria¹²³. A população total do concelho da Marinha Grande era em 1930 de 12 258 habitantes: a população activa representava cerca de metade, taxa bastante mais elevada do que a média nacional. A população activa concelhia era assim constituída: 2844 trabalhadores em empresas privadas; 1237 por conta própria; 173 por conta do Estado ou Município; e 2249 familiares que auxiliavam o respectivo chefe¹²⁴.

¹¹⁹ *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927. Ver também *A Autonomia* de 13 de Abril de 1890 e de 12 de Março e 28 de Abril de 1893.

¹²⁰ *A Autonomia* de 14 de Fevereiro de 1892.

¹²¹ A. Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1960.

¹²² *A Autonomia* de 24 de Agosto de 1890. J. Barosa (*Memórias da Marinha Grande*, cit.) afirma que em 1909 a Marinha Grande produzia cerca de 800 pipas de vinho. O *Dicionário Geográfico* de 1758 diz, no entanto, que também se cultivava o milho e o *Dicionário* de Paulo Perestrelo da Câmara, de 1850, afirma serem os solos «amenos, abundantes de caça, grão e vinho». O pinhal real possuía muita caça — porcos bravos, coelhos, lobos e texugos. Além deste recurso, as povoações usufruíam também do velho direito de tirarem do pinhal a lenha de que necessitavam. Ainda no século XX tal ocorria, tendo por várias vezes a GNR de ser explicitamente advertida de que seria conveniente não interferir com tais práticas.

¹²³ O sector secundário ocupava 51 % da população activa.

¹²⁴ Se os dados se referissem à freguesia da Marinha Grande, quer a taxa de proletarização, quer a dependência do vidro, seriam bastante mais elevadas. Do

Trabalhavam no sector do vidro 1910 indivíduos ¹²⁵. Tendo em conta os inactivos dependentes, pode considerar-se que vivia do vidro cerca de metade da população marinhense.

A seguir à indústria do vidro, mas a grande distância, o sector industrial que mais emprego assegurava era o da madeira (194 indivíduos) e o da construção civil (161 indivíduos). No total, viviam da indústria 5537 indivíduos. A agricultura ocupava muito menos gente. Apenas viviam exclusivamente da terra ou da pesca cerca de 2570 pessoas. No comércio, transportes e funcionalismo público trabalhavam menos indivíduos ainda: do sector «serviços» viviam 1364 — 907 no comércio e transportes e 457 nos serviços públicos. Havia ainda, no serviço doméstico, 1444 indivíduos, de que as criadas de servir constituíam um significativo número. Finalmente, apareciam 638 indivíduos vivendo exclusivamente de rendimentos: tanto poderiam ser proprietários absentistas (ou outra situação similar) como erro do censo ¹²⁶.

Dada a escassez de elementos, não é fácil conhecer-se a estratificação social da comunidade marinhense; nem sequer, o que nos interessava sobremaneira, a posição social que os vidreiros nela ocupavam. Limitámo-nos a recolher as poucas informações que as fontes continham. Alguns elementos levam-nos a pensar que o topo da pirâmide social local era ocupado por lavradores do concelho, pelos altos funcionários e pelos médicos, notários e professores residentes na Marinha Grande e arredores. Já mais difícil se torna a avaliação da posição social dos patrões industriais, provavelmente um pouco abaixo em prestígio social, mesmo quando mais poderosos em termos económicos. A seguir vinha a pequena burguesia comerciante e o baixo funcionalismo. Numa posição intermédia, os vidreiros e, na base, os trabalhadores indiferenciados da indústria e os rurais.

Não é fácil avaliar com rigor o lugar que os vidreiros ocupariam na estrutura social. Estavam certamente acima dos trabalhadores sem qualificação que com eles conviviam diariamente na fábrica, para não mencionar já as profissões manuais e as rurais. Já é mais difícil saber se estariam claramente abaixo da pequena burguesia local. Como vimos, o artista vidreiro possuía um certo prestígio, a par de uma remuneração mais elevada, o que o distinguia dos companheiros que com ele trabalhavam na fábrica. A composição da lista que em Agosto de 1917 ganha as eleições locais é ilustrativa da posição social dos vidreiros: a lista do Partido Democrático era composta por um regente florestal, um regente agrícola, dois industriais, três comerciantes, um negociante, dois proprietários, um guarda-livros e quatro vidreiros ¹²⁷.

Ao contrário do que sucedia em França, onde existia uma grande mobilidade geográfica da mão-de-obra vidreira, os vidreiros portugueses possuíam fortes raízes comunitárias. Diversamente dos seus colegas de Carmaux, aqueles viam-se simultaneamente como vidreiros e marinhenses.

concelho fazia também parte a freguesia de Vieira de Leiria. *Recenseamento Geral da População*, 1930. Ver também *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150, de 1931, que apresenta dados bastante diferentes e organizados de forma diversa. Ver anexo 4.

¹²⁵ Esta indústria aparece na rubrica «indústrias cerâmicas»; a cerâmica propriamente dita não empregaria mais de 100 trabalhadores (*A Batalha* de 25 de Maio de 1924).

¹²⁶ O censo não discrimina o número de patrões da indústria vidreira.

¹²⁷ *O Marinhense* de 4 de Agosto de 1917.

descendentes de famílias do vidro vivendo na região há muitas gerações ¹²⁸. Ambas as fidelidades se entrecruzavam e fortaleciam. Não era apenas o trabalho em conjunto que contribuía para a formação da consciência dos vidreiros: era também a comunidade. Apesar das migrações internas, que para a Marinha Grande levam alguma gente, esta comunidade conseguiu manter uma forte coesão grupal.

A existência desse sentimento comunitário levou a que os Marinhenses, por várias vezes, se tivessem movimentado a favor da transformação da sua terra em cabeça de concelho. Em 1836, na sequência de uma visita da rainha D. Maria II e de um pedido do administrador das Matas, tenente-coronel Eng. Frederico de Wernagen, a Coroa havia-lhes conferido essa distinção. Retirado o privilégio em 1838, a população envia uma representação à rainha, expondo-lhe o seu desgosto e mágoa. Contudo, as autoridades não voltariam atrás, embora em 1892 lhe tenha sido concedida a categoria de vila ¹²⁹. Estas aspirações bairristas eram a expressão de interesses muito concretos: a passagem a cabeça de concelho trazia reais vantagens e os Marinhenses não desistem. Com a implantação da República crêem chegado o momento oportuno para, de novo, apresentarem a sua pretensão. Em Dezembro de 1910 vai a Lisboa uma delegação ¹³⁰. Mas teriam de passar ainda alguns anos antes que a República desse o que a Monarquia tão fugazmente atribuíra. E será só em 1917 que o concelho virá a ser restabelecido ¹³¹.

Os vidreiros do século XVIII formavam um pequeno grupo operário que se distinguiu pela sua cultura. Um dos encenadores teatrais convidados por G. Stephens para montar uma peça de Voltaire na sua fábrica comentava que lhe causara grande admiração observar que «uns rapazes que nunca viram teatro tivessem furor para cometerem a empresa de uma tragédia dificultosa e a executassem com pouca diferença do que na corte a representariam os actores de profissão» ¹³². No entanto, essa tradição teatral erudita só em parte se manteria.

À medida que os arrendatários e os novos patrões se desinteressavam do bem-estar e do nível cultural dos seus operários, novas e mais plebeias formas de ocupação dos tempos livres apareciam. Em 1918, as peças exibidas no teatro dos Stephens intitulam-se *Ninguém Vê o Argueiro no Seu Olho*, *O Senhor Contente*, *A Viúva* ¹³³. O edifício do teatro é agora muitas vezes usado para exhibir filmes. Os vidreiros entretêm-se, em Julho de 1921, com *Tarzan*, *o Homem Macaco* e *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, no meio de grande galhofa, o que indigna a burguesia local, forçada a frequentar a única sala de espectáculos ali existente ¹³⁴. Aquele edifício era ainda usado para saraus musicais, em que exímios meninos da pequena burguesia revelavam, frente a embevecidos familiares, os seus talentos musicais ¹³⁵.

¹²⁸ J. Wallach Scott, *The Glassworkers of Carmaux*, cit.

¹²⁹ J. Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, cit.; *Guia de Portugal*, cit.

¹³⁰ *O Marinhense* de 9 de Fevereiro de 1918.

¹³¹ *O Correio* de 31 de Março de 1978.

¹³² C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, cit.

¹³³ *O Marinhense* de 9 de Fevereiro de 1918. Também os vidreiros da Amora assistem a peças de cariz popular: *Da Miséria à Loucura*, *Herança Dum Marido*, um acto das *Folies Bergères*, in *A Voz da Amora* de 9 de Novembro e 24 de Dezembro de 1916.

¹³⁴ *O Século* de 19 de Julho de 1911.

¹³⁵ *O Marinhense* de 24 de Abril de 1920.

Um outro passatempo antigo eram as filarmónicas. Desde os Stephens, e ao longo de todo o século XIX, a Real Fábrica manteve sempre a sua banda musical, regida por vidreiros e elementos das bandas militares; os bombeiros tiveram também o seu sexteto, que abrilhantava muitos bailes ¹³⁶.

O operariado vidreiro parece ter sido relativamente instruído. Os dados mais uma vez não abundam. O *Inquérito Industrial de 1890*, que inclui estatísticas sobre alfabetização, não refere os vidreiros da Real Fábrica, apenas fornecendo elementos sobre os trabalhadores da Santos Barosa. Aí, em 40 operários, 20 sabiam ler, o que representa uma taxa elevada. Nesse mesmo ano e distrito, as taxas de alfabetização eram, noutras profissões, bastante inferiores: 39 % entre os alfaiates, 14 % entre os oleiros, 13 % entre os trabalhadores da moagem. Anos depois, a taxa de alfabetização entre os vidreiros mantém-se elevada ¹³⁷.

Mas, se cerca de metade dos vidreiros sabia ler, só um terço frequentara a escola na devida idade. Em 1930, a taxa de escolaridade era de 38 % (correspondendo à taxa média nacional) ¹³⁸. O essencial, para a maioria dos pais vidreiros, era a aprendizagem do ofício. Ao contrário do que se passava em tantos outros locais, a razão do não cumprimento da escolaridade obrigatória não era tanto a miséria absoluta, mas a existência de emprego infantil alternativo. A carreira de um vidreiro começava muito cedo — aos 6/7 anos. Ler podia vir mais tarde, se viesse. Havia, é certo, alguns pais que estavam dispostos a pagar do seu bolso explicações particulares para os filhos, regressados estes da fábrica ¹³⁹. Mas eram casos tão excepcionais quanto o dos pequenos vidreiros autodidactas. Um destes, um velho operário ainda hoje muito activo, conta-nos como aprendera a ler:

[...] tinha 11 anos quando fui dizer ao professor que não sabia ler [...] eu trabalhava na fábrica e ia lá quando acabava, cheguei à 3.ª classe [...]. Era a escola primária oficial. Mas a professora, como ficava ali a fazer o trabalho da 4.ª classe até às tantas, por exemplo até às 4 horas da tarde, se eu acabava às 3 ½ horas da tarde, ia lá num instante a correr, mostrava-lhe uma cópia que ela me tinha passado no outro dia e uma conta e dava-me uma lição e trazia para casa outro trabalho. Se era na semana que começava à meia-noite, eu ia lá de manhã às 9 horas, vinha para casa ao meio-dia, ia fazer uma empreitadazinha, fazia um trabalho doméstico em casa para ajudar a minha mãe, depois ia dormir, para ir para a fábrica e foi assim durante 8 meses que cheguei à 3.ª classe ¹⁴⁰.

É evidente que nada nos permite generalizar a partir deste caso isolado. Pelo contrário, é até muito provável que, saídas da fábrica, muitas crianças procurassem antes na brincadeira uma forma de rapidamente

¹³⁶ Entrevista 1; *A Autonomia* de 8 de Junho de 1890; *O Marinhense* de 1 de Dezembro de 1917.

¹³⁷ *Inquérito Industrial de 1890 e de 1917* (contando apenas os homens adultos).

¹³⁸ M. Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.

¹³⁹ Entrevista com M. Baridó.

¹⁴⁰ Entrevista 1 (cristaleiro nascido em 1917).

esquecer o monótono e rude quotidiano fabril. Artigos sobre a particular má-criação dos jovens marinhenses não faltam nos jornais locais. Não é só o conservador *A Autonomia* ou o democrático *O Marinhense* que se preocupam com os selváticos miúdos que aterravam por esses anos os pacíficos Marinhenses ¹⁴¹. Também *A Batalha* dedica alguns artigos aos perigos do vandalismo infantil. É, em parte, a seriedade do mundo adulto contra o «perigoso» e «nocivo» universo infantil que se exprime na maioria destes artigos. Educados entre a fábrica e a rua, estes miúdos não seriam particularmente dóceis e amáveis.

A necessidade de se saber ler e escrever não parecia grande numa classe e numa comunidade em que os colegas, patrões e familiares viviam, na sua grande maioria, perto. A par das dificuldades de financiamento de um jornal, talvez seja essa, aliás, uma das razões que explicam o facto — desastroso para o investigador — de os vidreiros não terem, como tantos outros grupos profissionais, o seu jornal. A dimensão da vila e o elevado grau de concentração da indústria permitiam-lhes chegar à maioria dos seus companheiros através da fala. As *Actas* das AC constituem uma notável excepção a esta tradição de oralidade e algumas delas atestam ainda uma certa inexperiência no mundo do alfabeto, quer na irregularidade da letra, quer nos erros de ortografia, quer ainda no próprio esforço para as elaborarem de acordo com a norma, a par de uma forte aspiração à respeitabilidade.

Apesar de tudo, o concelho dispunha de várias escolas primárias. Na década de 1920 existiam cinco escolas oficiais fixas e três móveis. Anteriormente, a Sociedade de Instrução e Recreio, fundada em 1895, tentara elevar o nível cultural dos Marinhenses. E em 1923, ligado à propaganda sindicalista ¹⁴², surge o Ateneu de Educação Popular. Pouco depois, a AC dos Manipuladores de Vidraça organiza também aulas liceais, facto bem significativo do carácter privilegiado deste subgrupo vidreiro ¹⁴³.

Durante o século XIX realizavam-se todos os anos algumas festas religiosas, de que a mais aparatosa era a da Nossa Senhora das Dores, que tinha lugar em Outubro, com missa, música e fogo de artifício. A vila vestia-se tradicionalmente de gala para acompanhar a procissão à fábrica, onde era proferido o sermão. As fachadas das oficinas eram profusamente iluminadas nessas duas noites, contribuindo os operários, durante o ano, com uma quota semanal para auxiliar os festejos ¹⁴⁴. Havia ainda as festas de Santo António e do Coração de Jesus, organizadas por comissões locais ¹⁴⁵.

Mas, à medida que os anos passavam, a influência da Igreja foi-se tornando cada vez menor. Mesmo antes da penetração da propaganda sin-

¹⁴¹ *A Autonomia* de 15 de Outubro de 1894 e *O Marinhense* de 5 de Abril e 25 de Outubro de 1919 e de 10 de Julho de 1922.

¹⁴² Em 1923 tinha 71 sócios (*A Batalha* de 14 e 23 de Outubro e 1 de Novembro de 1923).

¹⁴³ *A Batalha* de 7 de Abril de 1925.

¹⁴⁴ No século XVIII, os moradores da Marinha Grande haviam construído a Capela de Nossa Senhora do Rosário, a quem passaram a dedicar uma festa anual, organizada, em Setembro, pela confraria da capela. Em 1928, alguns cristaleiros lançam a ideia de se ressuscitar a festa, mas são alvo de críticas (*A Marinha Grande* de 26 de Agosto e 16 de Setembro de 1928).

¹⁴⁵ J. Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, cit. *A Batalha* de 17 de Setembro de 1924.

dicalista já havia quem notasse indícios de crescente ateísmo. É verdade que só um punhado de marinhenses ousariam considerar a Igreja «um sinistro abutre», mas essa minoria anticlerical estava, pelo menos na opinião de *A Batalha*, em crescimento acelerado¹⁴⁶. De resto, quer o jornal da CGT, quer *O Marinhense*, estimulavam quanto podiam esses sentimentos; o primeiro enchia páginas e páginas com artigos contra esse «símbolo da escravatura moral», o segundo montava a sua campanha particular contra o que designava «a fita de Fátima»¹⁴⁷.

As festividades religiosas irão sendo pouco a pouco substituídas por celebrações políticas e sindicais. Não se sabe a partir de que momento se começou a festejar o 1.º de Maio; ainda em 1891, a propósito daquelas comemorações no Porto, o jornal local *A Autonomia* se congratulava com a ausência de tal ocorrência¹⁴⁸.

Mas no após-guerra temos notícias de várias celebrações. Embora, tradicionalmente, a iniciativa coubesse mais aos socialistas que aos anarco-sindicalistas, estes também organizaram cortejos e comícios, tentando, no entanto, escapar ao carácter solene que os socialistas imprimiam aos seus festejos. Um certo ar respeitável não deixou de estar presente no 1.º de Maio que, em 1920, a AC dos Manipuladores de Vidraça organizou. Talvez valha a pena transcrever na íntegra aquele programa:

6 horas — Alvorada com morteiros.

8 horas — Chegada da filarmónica de Pataias. Visita às autoridades, colectividades locais e indústrias vidreiras.

10 horas — Saída do cortejo da sede da AC, tendo sido convidados a incorporar-se no cortejo as colectividades e as escolas. O cortejo percorre as ruas principais e depois vai numa piedosa romagem ao cemitério, onde discursam vários oradores à beira dos túmulos dos colegas.

3 horas — Passeio de confraternização ao local do Tremelgo, acompanhados da filarmónica¹⁴⁹.

Excepto o passeio final, que não se pôde realizar devido à abundante chuva e que foi substituído por uma festa em Pedreanes, em que se comeu bem e se dançou melhor, ao som da música tocada pela banda, tudo se passou como previsto.

Havia ainda as tradicionais excursões à Figueira da Foz e a São Pedro de Muel, a pesca, a caça, o futebol, as corridas de bicicleta¹⁵⁰. Mas, à frente, pela importância que ocupava nos lares operários, vinha a taberna, com os seus aliciantes: o vinho e o jogo. A atestar o papel que aquela desempenhava temos os inúmeros artigos de crítica inseridos nos jornais operários¹⁵¹ em que a taberna é apresentada como uma nefanda alter-

¹⁴⁶ *A Batalha* de 5 de Novembro de 1926 e de 17 de Setembro e 25 de Maio de 1924.

¹⁴⁷ *O Marinhense* de 5 de Outubro de 1927. Ver também comentários de P. Descamps à pouca religiosidade dos vidreiros em *Le Portugal*, cit.

¹⁴⁸ *A Autonomia* de 3 de Maio de 1891.

¹⁴⁹ *A Marinha Grande* de 8 de Maio de 1920 e *O Marinhense* de 19 de Maio de 1921.

¹⁵⁰ *O Marinhense* de 12 de Junho de 1920 e *A Batalha* de 25 de Março e 25 de Maio de 1924.

¹⁵¹ A título exemplificativo, veja-se «O operário e o álcool», in *A Batalha* de 15 de Abril de 1927.

nativa ao sindicato e à escola. Enquanto o operário «consciente», após duras e longas horas de trabalho, pegava no livro e ia às aulas nocturnas em busca da luz da educação «racional», o mau trabalhador embebedava-se nos antros de perdição. O álcool é sempre apresentado como um veneno difundido pelos patrões para manter intacta a sociedade burguesa.

Sobre a vida quotidiana dos vidreiros, as fontes são singularmente pobres. Muito pouco se sabe sobre a efectiva importância das várias formas de distração. Registe-se que a fundação, em 1921, da Colectividade Primeiro de Maio, por ex-emigrantes vindos do Brasil, tivera como motivação principal ajudar o operariado local a fugir do vinho ¹⁵².

A Marinha Grande gaba-se ainda hoje das suas fortes tradições associativas. Mesmo o Estado Novo não conseguiu, apesar da vontade e dos esforços nesse sentido, matar o vigor da vida associativa naquela localidade. Em vésperas da revolução de 1974 havia no concelho da Marinha Grande seis sociedades recreativas com bastante implantação ¹⁵³. Além destas, haviam existido também algumas cooperativas. Em 1899 existira uma pequena cooperativa de produção, chefiada pelo rolhista Domingos Silvestre Ferreira. Mas os vidreiros canalizaram as suas aspirações para o Governo, ao qual frequentes vezes pediram que lhes arrendasse a fábrica. Várias cooperativas de consumo, mais fáceis de manter do que as de produção, foram criadas, mas também não duraram muito ¹⁵⁴.

Antes de nos debruçarmos sobre as AC importa mencionar, até porque com elas relacionadas, as antigas mutualidades. Ainda em tempos de G. Stephens fora fundada uma caixa de socorros para os vidreiros doentes ¹⁵⁵. Posteriormente é criada, graças à iniciativa da direcção, uma Associação de Socorros Mútuos, que em 1870 teria 222 sócios, número que em 1911 subia para 375; os sócios de 1.ª classe pagavam 70 réis semanais, os de 2.ª classe 60 réis. Os sócios tinham direito a médico, remédios e algum socorro pecuniário ¹⁵⁶.

B) UMA CLASSE ORGANIZADA

Só em 1894 foi criada a primeira AC, a AC dos Operários Vidreiros ¹⁵⁷, que apenas sai do silêncio através de ocasionais notícias no jornal operário

¹⁵² Entrevista 7.

¹⁵³ Uma das maiores, o Sport Operário Marinhense, fundado em 1923, tinha em Fevereiro de 1974 cerca de 1100 sócios (*A Voz do Trabalho* de Fevereiro de 1974 e entrevista com um dirigente daquela cooperativa).

¹⁵⁴ *Jornal da Marinha Grande* de 25 de Abril de 1964 e *A Greve* de 5 e 6 de Junho de 1908. Ver também *O Sindicalista* de 1 de Outubro e 3 de Dezembro de 1911, *O Marinhense* de 1 de Maio de 1917, *A Restauração* de 6 de Maio de 1917 e *O Marinhense* de 21 de Agosto de 1920.

¹⁵⁵ De acordo com o contrato de arrendamento, os patrões ficavam obrigados a prestar assistência. Ver, por exemplo, Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, cit. e J. Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, cit.

¹⁵⁶ *Jornal da Marinha Grande* de 15 de Agosto de 1964. Para os estatutos, de 1896, ver *Boletim da Previdência Social*, n.º 3, de 1917. Eram admitidos quaisquer indivíduos com «profissão honesta», desde que pagassem 1000-2500 réis de jóia e uma quota entre 60 e 240 réis semanais.

¹⁵⁷ No século XVIII, os «vidraceiros» não se encontravam ainda embandeirados. As *Regulações* de 1537 e 1771 não incluíam este ofício no número dos que tinham

*A Greve*¹⁵⁸. Este informa existirem, em 1908, alguns operários sindicalizados em quatro fábricas, pertencendo a maioria à Real Fábrica. Temos de novo notícias suas em 1911, data em que teria 450 sindicalizados, pagando uma quota mensal de 30 réis. Informa-nos ainda o vidreiro J. Barosa que a Associação ocupava um belo espaço, todo um 1.º andar, com um vasto salão e todas «as comodidades necessárias para as suas reuniões». Sabemos, por outras fontes, que logo após a implantação da República se verificara uma renovação da vida associativa marinhense, tendo-se mesmo discutido as vantagens da organização de uma Federação Nacional dos Vidreiros¹⁵⁹.

Mas uma vida sindical com continuidade só viria a ter lugar durante a primeira guerra mundial e no período que se lhe segue. Pertencendo a um ofício com um número de membros relativamente reduzido, vivendo na mesma localidade, os vidreiros só sentiram a necessidade de se organizarem quando as suas regalias tradicionais foram ameaçadas. Por conseguinte, a criação das AC dos vidreiros não representa, ao contrário do que se possa pensar, uma prova de força. Os vidreiros organizam-se quando não conseguem já impor os seus direitos ou guardar informalmente o segredo do ofício. Fá-lo-ão, além disso, saindo do seu isolamento geográfico¹⁶⁰. Dada a sua localização, os vidreiros da Madinha Grande manter-se-ão, até bastante tarde, à margem da estrutura operária nacional. Por exemplo, enquanto os garrafeiros da Amora e Braço de Prata, operariado de formação mais recente, se fazem representar no II Congresso Sindicalista de 1911, os vidreiros da Marinha Grande estão ausentes.

Em Junho de 1917 surge a AC dos Manipuladores de Vidraça, em 1919 a dos Garrafeiros e em 1924 a dos Cristaleiros¹⁶¹. A data das respectivas fundações é representativa: revela uma hierarquia. De facto, é o subgrupo mais forte e prestigiado dentro da classe que primeiro se associa, ao aperceber-se do perigo da invasão do ofício por pessoal de fora. Associa-se para se fechar. O que desde tempos imemoriais se efectuava por via informal codificava-se. Para a AC dos Manipuladores de Vidraça não entra quem quer: aquela AC não só limita o ingresso na organização a determinados escalões da hierarquia das «obragens», como exclui o

assento na Casa dos Vinte e Quatro, o que não é de admirar, dado que o vidro só tarde deixaria de ser o produto de luxo que desde sempre fora (ver L. Mumford, *Technique et Civilization*, Paris, Seuil, 1950, ou F. Braudel, *Civilização Material e Capitalismo*, Lisboa, Cosmos, 1970). Só em 1826 serão os vidreiros incorporados na bandeira de São Gonçalo, depois de terem pertencido, conjuntamente com oleiros, ladrilhadores e picheiros, à bandeira de Santa Justa e Rufina. (Ver Franz-Paul Langhans, *A Casa dos Vinte e Quatro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, e *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: Subsídios para a Sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946.)

¹⁵⁸ *A Greve* de 20 de Julho de 1908 publica um manifesto dos operários da Real Fábrica apelando à sindicalização; ver também *A Greve* de 1 de Julho de 1908.

¹⁵⁹ *O Sindicalista* de 1 de Outubro de 1911 e *O Século* de 27 de Setembro do mesmo ano.

¹⁶⁰ É importante notar que os vidreiros marinhenses estão bastante ausentes dos noticiários, quer dos jornais nacionais, quer dos jornais operários.

¹⁶¹ Para os respectivos alvarás ver *Boletim da Previdência Social* de Abril/Agosto de 1917, Maio/Dezembro de 1919 e Janeiro/Dezembro de 1920. Ver também *O Marinhense* de 5 de Outubro de 1917, 10 de Janeiro de 1920 e 19 de Maio de 1921. Em Lisboa e na Amora, os vidreiros haviam também tentado organizar AC (ver *O Sindicalista* de 1 e 13 de Outubro de 1911).

pessoal adjacente (por exemplo da «estenderia») e de outros ramos do vidro (da cristalaria ou garrafaria)¹⁶².

Por outro lado, a criação de três, e não de uma AC revela a diferenciação tradicional da profissão. É verdade que no século XIX fora possível agrupar brevemente os vidreiros numa só AC, mas então existia apenas uma única fábrica e o grupo era ainda muito reduzido. Entretanto, a expansão da indústria e o aumento dos efectivos operários tinham provocado uma relativa segregação. As AC nascem respeitando a lógica dos ofícios. Durante a guerra têm lugar várias reuniões associativas, com vidreiros doutras localidades e representantes das confederações operárias, em que se foca a necessidade de criação de um organismo único representativo da classe¹⁶³. Mas a estratificação interior da profissão era demasiado profunda para que tal projecto fosse fácil de realizar¹⁶⁴. Um sindicato único só viria a surgir, já depois de instalada a Ditadura, em 1931¹⁶⁵.

Durante um período, *A Batalha* é muito crítica em relação ao associativismo vidreiro, salientando sobretudo a desunião desta classe: «Bem precisam os vidreiros», escreve em 4 de Junho de 1919, «de quem os elucide a este respeito, porque a desorganização aqui é extrema, sendo essa a causa a que se deve atribuir o desprezo a que a classe tem sido votada pelo patronato, que, assim, mais à vontade pode explorá-la.»¹⁶⁶ Mas, em 1920, a atitude modifica-se radicalmente, passando a CGT a louvar os vidreiros pela sua energia revolucionária¹⁶⁷.

Além das ligações com a central operária, a partir de 1920, os vidreiros procuram também organizar-se conjuntamente com outras associações locais, tentando em 1924 formar uma união sindical juntamente com os pedreiros e os metalúrgicos. A este esforço respondem os patrões com a tentativa de formação de uma frente comum. Se a concorrência feroz entre os industriais do vidro criava dificuldades a esta tarefa, as lutas operárias acabariam, no entanto, por obrigá-los a um mínimo de concertação, à medida que a raiva aos operários aumentava. Em Dezembro de 1924, um deles teria afirmado, segundo *A Batalha*, que, depois de fazer os seus trabalhadores «contorcerem-se com fome», ainda lhes havia de destruir os «redutos sindicais»¹⁶⁸. Neste clima, a imposição do reconhecimento da AC como entidade representativa dos operários não foi fácil¹⁶⁹.

¹⁶² Ver entrevistas 1 e 4.

¹⁶³ *A Batalha* de 15 de Maio de 1921.

¹⁶⁴ *Ibid.*, da mesma data.

¹⁶⁵ *Ibid.*, de 22 de Julho de 1924. Ver J. Gregório, *Sobre a Associação e o Movimento do Operariado Vidreiro*, «Cadernos Linha Geral», 1955, e entrevista 4. Seria uma quarta AC., entretanto criada — a dos Lapidários —, que serviria de motor à união das mais antigas, mantendo-se de fora a AC dos Manipuladores de Vidraça, que de início resiste à unificação.

¹⁶⁶ *Ibid.*, de 4 de Junho de 1919.

¹⁶⁷ Em Julho de 1920 publicam um artigo exaltando a militância dos vidreiros (*A Batalha* de 11 de Julho de 1920). Em 1924, a recém-criada AC dos Cristaleiros adere à CGT (*A Batalha* de 28 de Outubro de 1924). A AC dos Manipuladores de Vidraça, que havia sido a primeira a confederar-se, terá depois algumas discórdias com a central sindical, que em 1926 a acusa de ser uma sucursal do Partido Republicano Português (*A Batalha* de 8 de Janeiro de 1926).

¹⁶⁸ *A Batalha* de 5 de Dezembro de 1924.

¹⁶⁹ Em Junho de 1920 aparecem rasgadas e queimadas as minutas de várias actas da AC dos Garrafeiros, ocorrência que *O Marinhense* de 12 de Junho de 1920

É interessante analisarmos, com algum pormenor, o papel concreto que estes organismos desempenhavam, pois os seus objectivos eram bastante diferentes daqueles de que o sindicalismo se ocupa hoje. Num grupo que só podia manter os seus privilégios através da defesa inquebrantável do monopólio do saber técnico, o segredo da arte e a união eram vitais. Para se atingir este objectivo, a disciplina era fundamental. As ordens da AC eram para ser cumpridas à risca. Logo na sua terceira reunião sindical, os garrafeiros propõem que os sócios que não comparecessem às reuniões fossem castigados¹⁷⁰. Quando a persuasão não era suficiente para mobilizar a classe, e em períodos de crise raramente o era, a coacção aparecia como um recurso inevitável. As sugestões punitivas permanecerão um tópico permanente¹⁷¹, chegando até os garrafeiros a discutir e a aprovar, como pena última, a retirada de trabalho aos membros mal comportados¹⁷². Neste contexto, não admira que também tivessem concordado com a nomeação de um fiscal sindical por empresa, com o fim de vigiar o comportamento dos colegas¹⁷³, o que era tanto mais necessário quanto a profissão se havia alargado substancialmente e a crise tornava imperioso que se não ensinasse pessoal a mais, nem se produzissem as quantidades de vidro que os patrões queriam.

A apetência pelo uso da violência aumentará na exacta medida do agravamento da crise. Em 1925, numa assembleia geral, um cristaleiro defenderá abertamente a criação de um comité secreto da AC com o objectivo de meter os seus colegas na ordem¹⁷⁴. Perante dificuldades económicas crescentes e a desunião que o desemprego instalava entre os vidreiros, a repressão aparecia como o melhor recurso. As penas associativas tenderão a agravar-se — podendo ir da retirada de qualquer forma de auxílio até à exclusão da AC¹⁷⁵. Se a dureza na aplicação dos castigos aos «marotos» era nova, a severidade baseava-se, contudo, num antigo código ético, compreendido e aceite por todos. A AC aparece como um pai austero e rígido que tenta organizar uma classe ameaçada. A própria experiência profissional do vidreiro, centrada numa forte cadeia hierárquica, tornava-o aberto à aceitação deste tipo de disciplina. Assim como o oficial organizava a produção, assim a AC organizava a classe¹⁷⁶.

O primeiro fim da AC era, como vimos, a mobilização dos vidreiros para a manutenção dos ameaçados direitos tradicionais. Como tão significativamente escrevia, em 1924, *A Batalha*, os vidreiros deveriam «barri-car-se nos seus baluartes sindicais»¹⁷⁷. Se a defesa perante as tentativas patronais de redução salarial era um objectivo importante, estava longe

atribui aos patrões. Também em França, no princípio deste século, os patrões da metalurgia haviam queimado os papéis sindicais numa espécie de auto-de-fé vingativo [M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève (1871-1890)*, Paris, Mouton, 1973, p. 306].

¹⁷⁰ *Actas G* de 7 de Dezembro de 1919. Ver as multas que os vidreiros setecentistas ingleses também impunham em E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., p. 458.

¹⁷¹ *Ibid.*, de 24 de Fevereiro de 1920.

¹⁷² *Ibid.*, de 29 de Fevereiro de 1920 e de 3 de Abril de 1921.

¹⁷³ *Ibid.*, de 21 de Março de 1920.

¹⁷⁴ *Ibid.*, de 16 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1925.

¹⁷⁵ *Ibid.*, de 18 de Novembro de 1920.

¹⁷⁶ Os oficiais desempenhavam também um papel importante na organização da classe ao imporem aos ajudantes a sua sindicalização.

¹⁷⁷ *A Batalha* de 25 de Dezembro de 1924.

de ser o único. A AC preocupava-se também com a disciplina no local de produção, questão que assumia fundamental importância num período e numa classe que vira ingressar nas suas fileiras algumas centenas de novos e indisciplinados recrutas. Faltas, bebedeiras e desordens dentro da fábrica constituíam matéria sobre a qual a AC considerava que tinha uma palavra a dizer. Em 1921, a AC dos Garrafeiros aceita dar trabalho a um ajudante com a condição de ele «se portar bem e não cometer faltas ao trabalho», ameaçando-o mesmo: «[...] cometendo qualquer delito, seria castigado como a Associação entender.»¹⁷⁸ A outro, que faltara ao emprego, dizia que, de futuro, se o voltasse a fazer sem apresentar atestado médico, a AC o baixaria de posto. Além disso, algumas das funções vulgarmente atribuídas à gestão empresarial eram, na década de 20, reivindicadas pelas AC; em Março de 1920, a AC dos Garrafeiros designa um membro para ir à estação dos caminhos-de-ferro, a fim de conseguir obter vagões para escoar a produção.¹⁷⁹

A preocupação com a boa ordem nas fileiras operárias alargava-se à exigência de ser a AC a julgar quaisquer conflitos dentro das oficinas, pretendendo, desta forma, actuar como um tribunal de trabalho.¹⁸⁰ O oficial tinha um enorme ascendente sobre os ajudantes, uma vez que frequentemente os escolhia, os treinava e até os despedia. E tal posição ajudava naturalmente os seus subordinados a acatarem a ordem e a disciplina. Este tipo de organização da produção, tradicional no vidro, colocava o oficial numa posição muito especial. Mesmo se frequentes, os conflitos entre o oficial e os seus subordinados jamais eram graves, uma vez que os ajudantes sabiam que um dia viriam a ascender às posições superiores.

Era sobre estes conflitos do dia-a-dia que a AC pretendia decidir. Conflitos que minavam, por um lado, a autoridade dos oficiais e, por outro, a boa imagem que os vidreiros militantes queriam contrapor à imagem negativa que a sociedade global se fazia do operariado. Certamente que uma das formas que o patronato usava, consciente ou inconscientemente, para obter a aquiescência laboral era a humilhação permanente do operário. Mais: o que se pretendia não era apenas a obediência exterior, mas a internalização dessa imagem negativa pelo próprio operário. Em termos genéricos, o domínio sobre o operariado pressupunha a sua aceitação da imagem dominante (o «selvagem», o «desordeiro», o «bronco») sobre ele próprio. A reivindicação da dignidade operária, que implicava a inversão da ideologia dominante, constituía, por conseguinte, um objectivo importante para a AC. Era fundamental que os operários não dessem pretextos ao patronato para que estes os criticassem; era importante que nenhum vidreiro fosse selvagem, desordeiro e bronco, para que o patrão não pudesse, com impunidade, «fazer pouco do operariado»¹⁸¹. A luta pela dignificação da imagem do operário constituía um atributo importante destas organizações sindicais.

¹⁷⁸ *Actas G* de 26 de Junho de 1921.

¹⁷⁹ *Ibid.*, de 7 de Março de 1920.

¹⁸⁰ Também os vidreiros de Lião conseguem, no século XIX, montar uma organização semelhante: em 1877, cada fábrica da região possuía um conselho eleito e encarregado da arbitragem dos conflitos patrões-operários, sendo também a AC que quotidianamente tratava de questões disciplinares, que distribuía o pessoal, que decidia das promoções, etc. [ver Y. Lequin, *Les Ouvriers de la Région Lyonnaise (1848-1914)*, Presses Universitaires de Lyon, 1977, II, pp. 274-275].

¹⁸¹ *Actas G* de 21 de Março de 1920.

As AC eram estruturas em cujo interior funcionava uma disciplina rígida, o que não impedia que tudo ali fosse discutido aberta e longamente — da injustiça de algumas promoções aos meios a utilizar na luta contra os patrões ¹⁸². A paralisação de trabalho era muitas vezes objecto de discussão aprofundada, havendo casos em que a maioria dos presentes nas assembleias decidia contra a sua oportunidade ¹⁸³. Uma análise dos nomes incluídos nas comissões operárias revela-nos que, nomeadas caso a caso, tinham uma composição bastante diferenciada, derivando tal rotatividade não só de uma participação elevada na vida sindical, mas sobretudo da necessidade de escapar à repressão patronal sobre os chamados *cabeças de motim*.

Quantos operários vidreiros estariam sindicalizados? Infelizmente, é impossível conhecermos os quantitativos exactos. Sabemos que só certos trabalhadores e só a partir de certo grau na hierarquia profissional podiam ingressar nas AC. Aquelas representavam, pois, sobretudo o trabalho especializado e, dentro deste, os trabalhadores mais velhos e qualificados ¹⁸⁴.

Os dados sobre números de associados de que dispomos são muito falíveis e parcelares. Em 1908, *A Greve* informa que estavam associados 103 vidreiros, mas só 11 pagavam quotas ¹⁸⁵. Em 1921, o *Boletim da Previdência Social* diz existirem, numa classe que andaria, ao nível nacional, à volta de 2800, cerca de 613 vidreiros sindicalizados ¹⁸⁶. A acreditar nestes números, a taxa andaria à volta dos 22 % ¹⁸⁷, mas tal número não é pertinente, pois não sabemos o quantitativo dos trabalhadores especializados que de facto podiam ingressar nos sindicatos, e só em relação a esses faria sentido calcular-se a proporção ¹⁸⁸.

Pelas *Actas* fica-se a conhecer o montante das quotas em determinados períodos. Em Janeiro de 1924, uma proposta inicial (de 20 000 réis de jóia e 4000 réis de quota mensal) não é aprovada pela AC dos Cristaleiros, por ser demasiado elevada. A quota mensal virá a ser bem menor — de 1000 réis, tal como a jóia ¹⁸⁹. Em 1925, os cristaleiros passam a pagar o dobro — 2000 réis mensais, de que eram descontados 600 réis para a CGT ¹⁹⁰, o que, com base nos salários médios de 1925, representaria cerca de 10 % do salário diário.

Sonho de todos os profissionais qualificados, os vidreiros conseguem, ainda que apenas durante um breve prazo, impor aos patrões normas

¹⁸² Ver *Actas* G de 7 de Novembro de 1920, em que se regista o protesto dum trabalhador que fora castigado pela AC, e *Actas* C de 14 de Novembro de 1924, em que um operário, a quem fora recusado trabalho, é convidado, após a sua recusa em aceitar o castigo, a prestar declarações na assembleia geral.

¹⁸³ *Ibid.*, de 9 de Abril de 1920.

¹⁸⁴ *A Greve* de 4 de Julho de 1908.

¹⁸⁵ Também em Rive-de-Gier (França) só se podiam sindicalizar os vidreiros especializados (M. H. Hanagan, *The Logic of Solidarity*, cit.).

¹⁸⁶ *Boletim da Previdência Social* de Janeiro/Outubro de 1921 e *Inquérito Industrial* de 1917.

¹⁸⁷ Esta percentagem, bastante elevada à luz das taxas de sindicalização moderna, era realmente muito superior. Bastará verificar o elevado número de associados que compareciam às reuniões dos garrafeiros (em média 70-80). Ver *Actas* G.

¹⁸⁸ Por outro lado, não nos podemos esquecer de que os ajudantes, que, estatutariamente, não se podiam sindicalizar, estavam, de certa forma, sob a alçada do que se decidia nas AC. Não pagavam de facto quotas, mas, subordinados aos oficiais, obedeciam indirectamente às ordens sindicais.

¹⁸⁹ *Actas* C de 21 de Janeiro de 1924.

¹⁹⁰ *Ibid.*, de 3 de Fevereiro de 1925 e *Boletim da Previdência Social* de 1925.

relativas à produção. Era do saber que os vidreiros retiravam o poder. A escassez da oferta de trabalho era essencial para a manutenção do seu estatuto privilegiado. Havia, pois, que impedir um crescimento desmesurado da mão-de-obra. De início, as regras tradicionais foram suficientes para impor barreiras. Fortalecidos pela existência de uma única fábrica e pela vizinhança, os vidreiros marinhenses não precisavam de criar associações formais. Estas só viriam a surgir quando o consenso tradicional sobre as regras do ofício começou a ser contestado. A coesão numa pequena vila era mais fácil de se formar, os laços de solidariedade mais naturais, o controlo sobre os concorrentes no mercado de trabalho mais simples. Assim se entrelaçavam, reforçando-se, factores comunitários e de classe. Paradoxalmente, o isolamento da Marinha Grande contribuía para o poder operário.

IV — AS LUTAS DO APÓS-GUERRA

Detectamos quatro grandes fases na história do operariado vidreiro. A primeira, que vai dos começos da Real Fábrica a finais do século XIX, representou a fase áurea, em que os vidreiros administravam informalmente o acesso à profissão e gozavam de uma situação privilegiada. Durante a segunda, que vai até à primeira guerra mundial, surgem as primeiras ameaças ao seu poder. A concorrência entre as empresas levou os patrões a tentarem quebrar o monopólio operário da mão-de-obra e a reduzirem os salários. Mas a guerra adiará o perigo por um momento. A terceira é a dos breves anos de guerra, durante os quais a indústria está a produzir em pleno, os salários mantêm-se ou aumentam e os operários conseguem impor de novo algumas das suas reivindicações. A quarta abarca a crise do após-guerra, fase em que os vidreiros tentam impedir que sobre eles caiam todos os custos da depressão. A fim de recuperar alguns dos seus direitos, nomeadamente no que respeita ao acesso ao ofício e ao controlo da produção, vão formalizar regras e organizar-se em AC. Mas são agora um grupo sitiado; o poder fogia-lhes. Os anos que iremos abordar seguidamente constituem esta fase derradeira de luta pela sobrevivência. Sem uma compreensão do que então se passou, o 18 de Janeiro de 1934 não é explicável.

A) BOICOTAGEM E GREVES

Durante todo o século XIX, os vidreiros raramente fizeram greve. Apenas conhecemos duas: uma nos finais da década de 1850¹⁹¹ e outra, de lapidários, em 1882, contra a introdução de uma tabela de tarefas que

¹⁹¹ Na comunicação ao Seminário sobre o Movimento Operário em Portugal (GIS, 1981), J. Tengarrinha referiu uma greve de vidreiros em 1859. Para a de 1882 ver *O Protesto Operário* de 8 de Outubro de 1882. Num total de 142 greves inventariadas por Fernando Emídio da Silva, entre Outubro de 1910 e Dezembro de 1911, os vidreiros da Marinha Grande só aparecem uma vez. O sector têxtil, à cabeça, aparece com 26 conflitos, a cortiça com 8 e a metalurgia com 6 (ver F. Emídio da Silva, *As Greves*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1912).

lhes reduzia os salários. Primeira surpresa para quem esperava encontrar, nesta vila reputadamente revolucionária, um proletariado sempre em vias de paralisar. A greve não era a única arma nas mãos dos trabalhadores. Nem talvez a mais importante. Pelo menos, nas mãos dos trabalhadores de ofício.

As greves vidreiras foram raras. Mas daqui não decorre que os vidreiros fossem uma classe particularmente cordata, submetendo-se com docilidade às exigências do patrão. Em 1908, os vidreiros da Marinha Grande eram vistos, no Norte, como «rebeldes, exigentes e malcriados»¹⁹².

Até ao momento em que a deslocação e a mecanização da indústria destroem a força dos vidreiros marinhenses, a ameaça, que os patrões sabiam real, da retirada de mão-de-obra era frequentemente mais do que suficiente para que aqueles, sem facilidade de encontrarem no País vidreiros alternativos, cedessem. A forma de luta típica dos vidreiros era o boicote, isto é, a proibição de trabalhar nas fábricas incluídas numa «lista negra» por eles elaborada. A força dos vidreiros vinha-lhes da sua capacidade para tornarem escassa a oferta de trabalho¹⁹³.

As AC surgidas durante e após a guerra arrogavam-se o direito de distribuir o pessoal existente, o que continha evidentemente a ameaça de suspensão da distribuição de mão-de-obra a qualquer patrão «antipático», ou até a recusa pura e simples de aumento dos efectivos operários. Normalmente, as AC elaboravam um quadro com as fábricas existentes, atribuindo-lhes um *quantum* de pessoal, conforme o solicitado pelos patrões e pela mão-de-obra disponível. Quando surgiam conflitos, a AC ameaçava pura e simplesmente o patrão de retirar a sua empresa dessa lista «boa». Em Março de 1920, por exemplo, por altura da discussão sobre a nova tabela salarial, um dos garrafeiros presentes na assembleia geral sindical diz:

Mas, se os industriais não quiserem assinar as tabelas, devemos estar bem organizados, para podermos dizer a esses industriais: «Pois, o senhor não quer assinar, assinam os outros industriais, que têm as suas fábricas em constituição, e fica a sua fábrica fora do quadro.»¹⁹⁴

Um outro industrial queixava-se à comissão de operários que se deslocara à fábrica para negociações: o presidente da AC teria dito que a sua empresa deveria parar por falta de pessoal; responde a comissão:

Se o senhor não acatar as ordens da Associação, está muito sujeito a isso¹⁹⁵.

Com o aumento da procura do vidro, há naturalmente pressões para que os vidreiros se prestem a ensinar gente na arte que só eles controlam¹⁹⁶.

¹⁹² A Greve de 4 de Outubro de 1908.

¹⁹³ Exemplo entre muitos é o boicote decretado, nos anos de 1920, à Companhia Nacional e à Fábrica Nova (A Batalha de 27 de Dezembro de 1923).

¹⁹⁴ Actas G de 23 de Março de 1920.

¹⁹⁵ Ibid., de 18 de Julho de 1920. Ver, a este propósito, Y. Lequin, *Les Ouvriers da la Région Lyonnaise*, cit., II, p. 274.

¹⁹⁶ Veja-se o anúncio que em 1917 o industrial Santos Barosa mandou colocar num jornal local, pedindo «cortadores de vidraça» e afirmando que se ensinariam quaisquer indivíduos. Note-se, no entanto, que eram cortadores, e não manipuladores (O Marinhense de 5 de Dezembro de 1917).

Enquanto a indústria está próspera e os salários não descem, os vidreiros fecham um pouco os olhos ao número de aprendizes. De outra forma, mal se explicaria o efectivo aumento de pessoal durante estes anos.

Se frequentemente as coisas não se passavam pacificamente, havia, no entanto, momentos de apaziguamento. O controlo da mão-de-obra qualificada nem sempre colocava em posições antagónicas patrões e oficiais. Em 1920, por exemplo, os manipuladores de vidraça tomaram o compromisso explícito, com os industriais locais, de não fornecerem pessoal a nenhuma fábrica fora do concelho, tentando assim impedir que se criassem fábricas concorrentes fora da região¹⁹⁷. De resto, já anteriormente os manipuladores de vidraça se tinham recusado a fornecer vidreiros à recém-criada fábrica da Figueira da Foz, forçada a recrutar oficiais espanhóis e franceses para treinar o seu pessoal¹⁹⁸.

Como se referiu, sem a concorrência estrangeira, a indústria revive durante a guerra a glória de outras eras: as encomendas crescem, o operariado tem trabalho. Mais do que isso, aparecem novas fábricas. No entanto, as tensões sociais não abrandam. Pelo contrário. A luta perde as antigas tonalidades paternalistas: «O industrial está no pé de defender os seus interesses, os camaradas estão também no seu pé de defender o seu»¹⁹⁹, adverte, nos anos de 1920, um garrafeiro.

É aliás interessante notar, no tom insultuoso em que frequentemente se processa o diálogo entre patrões e operários, o carácter próximo de indivíduos que, embora em posições antagónicas na estrutura produtiva, não estão longe, cultural e socialmente, uns dos outros²⁰⁰. Em relação a muitos dos patrões vidreiros, recentemente saídos das fileiras operárias, era raro encontrar-se, por parte do operariado, gestos reverenciais. A atitude mais usual era antes a que transparece do diálogo que a seguir se trancreve. A uma comissão operária que insiste em que é à AC que compete distribuir o pessoal, um industrial responde que só assinará a tabela salarial desde que o trabalho fique «livre», respondendo-lhe um vidreiro: «Isso não pode ser.» E o industrial: «Lá vais comprar alguma fazenda com esses dois réis a mais.» Resposta do operário: «Não compro porque o senhor já as comprou todas, mais os outros industriais.»²⁰¹ Tais «intimidades» não impediam (talvez até reforçassem) a convicção operária de que «eles agora negociam com o nosso trabalho e depois com o nosso sangue»²⁰². Apesar de próximo, o patrão era um inimigo.

Como resposta à luta diária travada pelos operários, os patrões sentiam-se muitas vezes atraídos por retaliações mesquinhas. Este tipo de acção directa patronal podia ir desde apagar os fornos até desleixos propostos nos abastecimentos, quer de matérias-primas quer de ferramentas. Ao queixar-se ao patrão de que não tinha «canas»²⁰³ em número suficiente,

¹⁹⁷ *O Marinhense* de 5 de Abril de 1920.

¹⁹⁸ *A Batalha* de 4 e 7 de Fevereiro de 1925 e P. Descamps, *Le Portugal*, cit., p. 351.

¹⁹⁹ *Actas* G de 10 de Setembro de 1920.

²⁰⁰ Contraste-se, por exemplo, com o tom mais respeitador usado pelos chapeleiros oitocentistas para com os seus patrões (ver M. F. Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», cit.).

²⁰¹ *Actas* G de 18 de Julho de 1920.

²⁰² *Ibid.*, de 11 de Julho de 1920.

²⁰³ Os tubos de ferro com que sopravam o vidro.

é dito sarcasticamente a um oficial que «as fosse buscar ao canavial»²⁰⁴. Por vezes, a ira assumia dimensões cómicas: outro patrão, obrigado a elevar os salários, «em se ver vencido já arranhava na cabeça e soprava furioso»²⁰⁵; outro ainda proclamava furioso que os operários eram todos uns «brutos» e que «não tinham vergonha». As reacções de parte a parte têm um forte conteúdo emocional, assumindo o conflito quase sempre um carácter transparente.

A luta entre os vidreiros e os seus patrões era uma luta quotidiana e corpo a corpo, sem tréguas, mas também sem avanços irreversíveis. Tudo era quotidianamente decidido: as vitórias ou recuos tinham de ser mantidos diariamente, regalias obtidas num dia eram frequentemente postas em causa no dia seguinte e eventuais concessões verbais podiam também ser, na prática, ultrapassadas, caso a correlação de forças se alterasse. As declarações e os acordos verbais têm de ser vistos a esta mutável luz.

Em último caso, os operários recorriam evidentemente à greve. Mas só em circunstâncias excepcionais, sendo, em muitos casos, as greves tanto mais curtas quanto mais forte era a sua posição. Veja-se, por exemplo, o que sucede em Janeiro de 1921, quando os garrafeiros entram em greve por uma nova tabela salarial; após um dia, a tabela é aceite.

Na ausência de um jornal profissional, é possível que tenham ocorrido greves de que não temos conhecimento. Mas é legítimo pensar-se que as mais importantes apareceriam noticiadas nos grandes jornais nacionais ou operários: o *Protesto Operário*, *A Batalha* ou *O Sindicalista*. É preciso não esquecer ainda que as greves dos vidreiros envolviam pouca gente. Além disso, raras vezes se desejavam gerais, uma vez que era necessário ter parte da profissão a trabalhar para assim subsidiar os restantes colegas. Durante este período, alguns conflitos assumiram formas espectaculares²⁰⁶. É o caso do motim que ocorre em Junho de 1918, por ocasião da passagem de um comboio de trigo a caminho de Lisboa²⁰⁷. E o de um levantamento popular em Outubro de 1920. Este último tem como pano de fundo a animosidade contra um patrão que tentara reduzir os salários, bem como o ódio crescente à GNR²⁰⁸. A causa próxima foi a morte de um manipulador de vidraça por um soldado, no seguimento de uma discussão entre o primeiro e um empregado de escritório da fábrica onde ambos trabalhavam sobre os horrores da exploração. Muito ferido com a sova que lhe é infligida pelos guardas, o operário vem a

²⁰⁴ *Actas* G de 4 de Julho de 1920.

²⁰⁵ *Ibid.*, de 27 de Junho de 1920.

²⁰⁶ O antagonismo social nem sempre assumiu a forma de boicote ou greve. Uma outra forma tradicional de protesto viria a desempenhar, na Marinha Grande, um papel importante — as manifestações de massas, as já referidas marchas a Leiria para, defronte do Governo Civil, exporem os seus protestos. Fizeram-nas os operários da Real Fábrica em 1905 e 1908, imponentes e ameaçadoras, pedindo trabalho ou subsídio. Fâ-las-ão de novo, no início da década de 1930, quando o desemprego assume uma dimensão catastrófica. Sobre estas marchas iniciais ver *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 2, de 1907, *O Século* de 6, 7, 8, 9, 11, 21 e 22 de Outubro de 1905, *A Greve* de 20 de Julho de 1908, *O Século* de 3, 5, 8 e 21 de Maio de 1908 e *O Marinhense* de 9 de Maio de 1908.

²⁰⁷ *O Marinhense* de 1 e 8 de Junho e 23 de Novembro de 1918.

²⁰⁸ O papel da GNR na protecção aos «amarelos» agrava significativamente a situação. Em 1925, a população exige mesmo a retirada dos guardas (*A Batalha* de 18 de Julho de 1925).

morrer 48 horas depois, em Lisboa. Ao saber da sua morte, «o povo, profundamente indignado, faz cessar a laboração das fábricas, tocando os sinos a rebato, e, em grossas massas, acorreu a determinados postos, trocando tiroteio com a guarda»²⁰⁹. A luta deve ter assumido uma certa dimensão, a ser verdadeira a versão de *O Marinhense*, que afirma:

O pessoal sanitário, assim como os maqueiros, estiveram sempre no seu posto, dando voltas à vila em procura de feridos.

A 8 de Novembro, o cadáver é trazido para o local, a expensas da AC dos Manipuladores de Vidraça, não havendo memória, segundo *O Marinhense*, de acompanhamento tão numeroso, tendo sido depostas no caixão três coroas — uma da família, outra dos ajudantes de vidraça e ainda outra dos garrafeiros.

A importância do tema que suscita o conflito — a discussão sobre o desemprego, a má-fé patronal e o ódio à guarda — explica que o espancamento de um colega tenha despoletado uma forte dose de indignação. Tocaram-se sinos, os trabalhadores saíram em massa para a rua. Era o ofício que estava a ser roubado por intrusos vindos de fora; era o povo que estava a ser espancado pela Guarda.

A partir de 1920, os patrões começam a tentar organizar-se, a fim de resistirem colectivamente às crescentes reivindicações salariais. Cada vez mais frequentemente, às ameaças de greve respondem com *lock-outs*²¹⁰, tanto mais apetecíveis quanto o período de prosperidade ia ficando para trás. Em Julho de 1921, os industriais dizem não poder continuar a competir com os produtos manufacturados a preços inferiores na Figueira da Foz e no Norte. Paralisa a maioria das fábricas de garrafas e vidraça da Marinha, ficando desde logo cerca de 1500 operários no desemprego, no seguimento da recusa operária em aceitar o corte salarial de 30 % proposto pelos patrões, e ameaçados outros 1500 postos de trabalho²¹¹.

No início de Setembro de 1923 tem lugar uma grande greve dos manipuladores de vidraça. Após a recusa do industrial Santos Barosa em aceitar as suas tabelas salariais²¹², os operários decidem entrar em greve. A greve alastra às outras fábricas de vidraça, cujos patrões também negavam aumentos. Após os patrões terem tentado substituir os vidraceiros por garrafeiros e cristaleiros, o que não conseguem, a greve termina, a 22 do mesmo mês, com vitória operária. Seria uma das últimas.

B) A DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

A partir de 1924, a situação vai-se agravando. Em Outubro desse ano verifica-se uma grande crise de trabalho, afectando em particular os cris-

²⁰⁹ *O Marinhense* de 19 de Outubro de 1920 e *A Batalha* de 17 dos mesmos mês e ano.

²¹⁰ *A Batalha* de 4 de Agosto de 1921.

²¹¹ *Ibid.*, de 24 de Julho e 2 de Agosto de 1921. *A Batalha* sugere que por detrás desta ofensiva se encontrava uma confederação patronal, afirmando, em Julho de 1924, ter conhecimento duma associação local formada para organizar *lock-outs* e defender os interesses patronais.

²¹² Um aumento de 4 centavos por quilograma de vidraça, o que representava, segundo dados de *A Batalha*, cerca de 50 % de aumento relativamente a 1914.

taleiros. Recentemente organizados, estes irão lutar contra o desemprego, mobilizando-se sobretudo por causa da distribuição do emprego existente ²¹³.

Não obstante as afirmações em contrário proferidas por *A Batalha*, a crise que a indústria atravessava era real. Não provinha de meras maquinações dos patrões ou da sua maldade congénita; nem tão-só, como escreviam num comunicado os manipuladores de vidraça, de meras combinações feitas entre os industriais ²¹⁴. Como vimos, a maior parte das fábricas de vidro estavam em péssima situação económica.

Começam a discutir-se substanciais reduções salariais: a Fábrica Nova propõe aos seus operários trabalharem oito semanas sem receber, ou reduzirem para metade os seus salários. Muitas fábricas encontram-se à beira da paralisação ²¹⁵.

Enquanto *A Batalha* lança uma campanha contra alegadas tentativas monopolistas ²¹⁶, os operários sonham com a transformação da Marinha Grande numa espécie de «região demarcada do vidro» ²¹⁷. Perante um mercado em retraimento e cercados por inimigos internacionais e nacionais, os cristaleiros da Marinha Grande, habituados a serem os únicos produtores do ramo, virão a adoptar uma política muito semelhante à dos chapeleiros dos finais de Oitocentos ²¹⁸: pedem ao Estado a protecção pautal e sobretudo que o mercado interno continue a pertencer à «mãe do vidro». A sua política surge bem clara nas *Actas* dos cristaleiros: em 1926 é o Norte na sua totalidade, patrões e operários, que aparece como o grande inimigo da indústria vidreira na Marinha Grande. Os patrões locais deixam de ser apontados como os únicos inimigos a abater. Há assim indícios de um regionalismo claro, fruto da crise e do desemprego ²¹⁹.

O pedido de pautas ressuscita depois de longos anos de silêncio:

Não podendo a especialidade cristaleira competir com o estrangeiro, o que se impõe? Positivamente uma reforma de pautas ²²⁰.

Os garrafeiros reclamam, além da actualização da pauta em conformidade com a da vidraça, que o Governo estude a forma de aumentar a exportação de vidro. Cada vez com maior frequência, as fábricas têm de interromper a laboração por excesso de *stocks* não vendidos. O desemprego, de início uma característica sazonal, é a breve prazo crónico. O número de desempregados, a partir de 1924, é sempre muito alto, embora seja difícil de conhecer com rigor. Em Novembro de 1924 há 700 vidreiros

²¹³ Entretanto pedem também o auxílio da Câmara e um aumento da pauta alfandegária (*A Batalha* de 6 de Novembro de 1924). Em 1892 haviam-se verificado movimentações de vidreiros (lapidários) originadas pela questão pautal (ver *O Comércio de Portugal* de 27 de Janeiro e 7, 9 e 10 de Fevereiro de 1892).

²¹⁴ *Boletim da Previdência Social*, n.º 32, de 1925.

²¹⁵ *Actas C* de Outubro de 1924).

²¹⁶ *A Batalha* de 3 de Março de 1926.

²¹⁷ *Actas C* de Maio de 1925.

²¹⁸ Ver M. F. Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», cit.

²¹⁹ *Actas C* de Maio de 1925.

²²⁰ Ver, por exemplo, *Actas C* de Fevereiro de 1931. *A Batalha* de 21 de Fevereiro de 1926 critica que os operários se envolvam nesta luta. Ver também *Actas C* de Janeiro de 1926.

desempregados ²²¹; em Fevereiro de 1925 só cristaleiros há 250 ²²² e em Dezembro desse ano estão sem trabalho todos os manipuladores de vidraça. Em 1929, das 4 fábricas de cristal, só 2 laboram ²²³. Segundo estatísticas oficiais, em 1931 haveria 569 vidreiros desempregados na Marinha Grande ²²⁴.

Esta situação não era obviamente propícia a greves. Em Fevereiro de 1925, os cristaleiros, reunidos em assembleia geral, discutem se devem ou não paralisar o trabalho, mas aceitam que, em face das difíceis condições da indústria, a greve seria um desastre e decidem-se pela negativa ²²⁵. Posteriormente temos conhecimento de apenas duas greves: uma, em Setembro de 1926, de aprendizes de cristalaria ²²⁶; outra, em 1932, de terceiros-ajudantes, na Fábrica Pereira Roldão.

O tema da distribuição do trabalho, ou seja, da repartição do subemprego, será um dos tópicos centrais de discussão ²²⁷. Alguns elementos da classe tentam impor a divisão das obras a executar. Em Outubro de 1924, a AC dos Cristaleiros, após discussão, opta pela divisão de trabalho, em detrimento do subsídio de desemprego ²²⁸.

Os patrões não aceitarão a ideia, mesmo quando, para evitar animosidades, a admitiam, na esperança de que os operários não fossem capazes de a pôr em prática ²²⁹. Mas, à medida que a ideia vai ganhando algum eco, as posições patronais endurecem: em Outubro de 1924, o tema ressurgue como um dos pontos principais sobre o qual se debruçarão os cristaleiros; e, em Dezembro, o industrial G. Pereira Roldão ameaça

²²¹ As pautas haviam sido modificadas, num sentido protecctionista, em 1923 (F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978), o que, juntamente com a desvalorização do escudo, protegia a produção nacional (ver Decretos n.º 14 321, de 26 de Setembro de 1927, que beneficia a cristalaria, e 14 712, de 10 de Dezembro de 1927, que o revoga). A revista *Indústria Portuguesa* publica pouco depois um artigo em que confirma que esta indústria, que vivera tradicionalmente em regime de protecção, havia visto reduzidos os seus privilégios (ver também *A Marinha Grande* de 25 de Dezembro de 1927).

²²² *A Batalha* de 29 de Novembro de 1924. Estão então 6 fábricas fechadas e apenas 2 em laboração.

²²³ Em Fevereiro de 1925, os operários dirigem sobre o assunto uma carta aberta aos industriais das Fábricas Marquês de Pombal, Lusitana e Central, em que denunciam as suas manipulações no que diz respeito à distribuição do emprego (*A Batalha* de 24 de Fevereiro de 1925).

²²⁴ *Vanguarda Operária* de 22 de Setembro de 1929.

²²⁵ Numa resposta a um inquérito lançado por *A Batalha*, os AC da Marinha Grande propõem, como solução para o desemprego, a reabertura da Fábrica Nacional, o trabalho nas matas ou estradas e que, por conta do Município, se iniciasse a construção de um bairro social, se procedesse à limpeza das ruas e se construísse um lavadouro municipal, um mercado de peixe, mictórios e uma estação telégrafo-postal (*A Batalha* de 17 de Fevereiro de 1924).

²²⁶ Estas crianças vidreiras em greve terão de se defrontar com a oposição dos vidreiros mais velhos (*A Batalha* de 16 de Setembro de 1926). Entrevista 1; J. Gregório, *Sobre a Associação e o Movimento do Operariado Vidreiro*, cit., pp. 13-14. Sobre greves de menores em França ver M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève*, cit., pp. 316 e segs.

²²⁷ Em 1924, *A Batalha* defende que devem ser os vidreiros a dividir entre si o trabalho existente, como forma de superar os efeitos da crise (*A Batalha* de 29 de Novembro de 1924 e 22 de Fevereiro de 1925).

²²⁸ O tema, que raramente aparece nas *Actas* dos garrafeiros (de 1920-21), está presente em quase todas as *actas* sindicais dos cristaleiros (*Actas* C de Outubro de 1924).

²²⁹ Ver, por exemplo, *Actas* C de Fevereiro de 1925.

expulsar da sua fábrica qualquer operário que se mostre favorável a tal projecto²³⁰. Em Fevereiro de 1925, numa carta ao ministro do Trabalho, os cristaleiros reiteraram o seu propósito de distribuir o trabalho por todos²³¹.

Mas obrigar operários com emprego a dividir trabalho e salário com colegas era um objectivo muito difícil. Os constantes apelos à união apenas revelam a dificuldade em transformar a aspiração de «pão para todos, e não para meia dúzia», numa realidade²³². As resistências acabam por enervar alguns dos mais entusiastas, que passam a advogar o uso da violência como alternativa à persuasão.

Em 1925, um cristaleiro propõe que se forme um comité secreto «que obrigue os camaradas a entrar na ordem». Sabemos, através das entrevistas, terem-se de facto criado esses grupos, com o objectivo de, através da pancada, «convencer» os operários a não trabalharem mais do que a respectiva quota. Um dos entrevistados explica como se passaram as coisas:

Enfim, o que acontecia [...] nesse tempo havia traidores, tipos que traíam as ordens sindicais, até porque eram pessoas que não vinham aos sindicatos, nem nunca vieram, odiavam mesmo a própria organização da classe que defendia os seus interesses. Volta e meia havia indivíduos que, se havia uma tabela de 400 peças, eles punham na arca 420 ou 450 [...] Eu lembro-me, era rapazinho [...] cheguei a vir às reuniões e isso era ali discutido. [...] Havia indivíduos que transgrediam, que não aceitavam as ordens, mas fingiam aceitar, e então sabe o que aconteceu a alguns? Como iam trabalhar de noite, a alguns chegaram-lhes a aparecer umas máscaras, pessoas encapotadas, e ameaçavam-nos, quando eles estavam a apanhar, só diziam: «Aguenta, que é sola grossa», «Ai, ai, que me matam», «Aguenta que é sola grossa». E levava umas tareias de porrada, até que isso acabou. Acabou. Houve uns três ou quatro que apanharam.

Sobre um desses «traidores» informa ainda que lhe deram tanta pancada que o tiveram de levar, «todo escangalhado», para o hospital, comunicando, feliz, que os resultados haviam sido óptimos:

Depois disto, o próprio oficial que levava porrada, quando estava a trabalhar, dizia para o rapaz: «Ouve lá, ó pá, vê lá na tabuleta quantas faltam», comentando o velho vidreiro que «nem uma queria pôr a mais, está a ver o respeito»²³³.

Através de tais práticas, alguns esperavam conseguir dissuadir os «açambarcadores de emprego»²³⁴, enquanto outros, mais prudentes, temiam que o uso da violência pudesse contribuir para que «viesse por aí alguma força para manter a ordem»²³⁵. Mas a luta não será ganha. O desemprego

²³⁰ Ver, por exemplo, *Actas C* de Outubro de 1924 e de Janeiro de 1925, *Vanguarda Operária* de 9 de Fevereiro de 1930 e *A Batalha* de 14 de Dezembro de 1924.

²³¹ *A Batalha* de 22 de Fevereiro de 1925. Os operários pretendiam enviar para as Fábricas Marquês de Pombal, Central, Lusitana e Nacional operários que pertenciam às fábricas paralisadas.

²³² Ver *Actas C* de Janeiro e Fevereiro de 1925.

²³³ Entrevista 1a.

²³⁴ *Actas C* de Janeiro de 1925 (n.º 42).

²³⁵ *Ibid.*, de Fevereiro de 1925.

provocava brechas inultrapassáveis entre os operários e não desagradava aos patrões. Nem os apelos nem a violência seriam suficientes para unir os operários. Em Março de 1925, pouco solidários com a política de distribuição do trabalho, os vidreiros da Fábrica Marquês de Pombal, empresa em que as relações de trabalho haviam sido desde sempre vincadas por um forte cariz paternalista, saem da AC²³⁶. Quem tinha trabalho dava-se por feliz. E fechava os olhos, fazendo por esquecer as antigas normas de solidariedade, nascidas num tempo menos cruel.

C) O 18 DE JANEIRO DE 1934

No início da década de 1930, a crise económica mantém-se muito grave, sendo a miséria tanto mais difícil de aguentar quanto, ao contrário do que se passava com outros trabalhadores, não aparecia aos olhos dos vidreiros como um estado natural e inevitável. Os áureos tempos oitocentistas e o êxito das lutas do após-guerra estavam ainda suficientemente perto, na memória colectiva, para que o silêncio e a resignação pudessem ser facilmente aceites.

Também do ponto de vista político-sindical a situação se agravava consideravelmente. As prisões de dirigentes sindicais e os atentados constantes às liberdades assumiam uma dimensão desconhecida. Afinal, e contra o que a Confederação Geral do Trabalho proclamara em 1926, a queda do regime republicano constituía um revés para o movimento operário. Fechado o Parlamento e proibido o sufrágio, as outras liberdades ficaram também ameaçadas. Em 1926, ao ter conhecimento da notícia do fecho do Parlamento, *A Batalha* exclamara, orgulhosa da sua linha pura e dura: «Somos sindicalistas, não somos democratas.» O desprezo pelo sufrágio universal e pela luta legal, tradicional entre anarco-sindicalistas, contribuíra para os tornar impotentes para resistir com eficácia ao avanço da direita. Reprimido durante toda a I República, o movimento anarco-sindicalista acabara por se apegar às formas de luta a que, em parte, tinha sido obrigado a recorrer. A violência revelava-se a única arma eficaz contra uma ordem social esmagadora e um sistema político incapaz de integrar as aspirações operárias.

Na Marinha Grande também os vidreiros cedo se começaram a aperceber de que a luta mudara. O patronato vidreiro, endurecido nas lutas da década anterior, respirava, sob o olhar paterno do Estado Novo, uma propícia atmosfera. O medo do «bolchevismo», mesmo se fomentado pelos salazaristas, tinha obviamente raízes profundas e era tanto mais real quanto vivas haviam sido as lutas dos trabalhadores. Não é difícil imaginar-se que os desejos de vingança por parte dos patrões marinhenses cedo viessem à superfície no novo clima político. Até 1933 tiveram de se defrontar com uma força laboral tenaz e aguerrida, movimentando-se ainda com uma relativa liberdade. Apesar da crise económica e do novo ambiente político, as lutas continuavam. As greves não desapareceram totalmente. Formavam-se alguns comités operários nas fábricas. O Estado Novo não iria permitir que tal estado de coisas persistisse.

²³⁶ Actas C de Março de 1925. Sobre a política patronal muito particular desta empresa ver *O Marinhense* de 23 de Agosto de 1919.

O 18 de Janeiro de 1934 é uma data mítica. Segundo a versão corrente, naquele dia ergueram-se, de punhos fechados e metralha no bolso, algumas dezenas de trabalhadores, lutando, gloriosamente sós, contra a exploração e a opressão. Derrotados, os operários sublevados permanecem heróis, aureolados de uma poderosa carga lendária. O soviete da Marinha Grande passou à história como um episódio de afirmação proletária, como uma tentativa de tomada de poder pelo operariado, tanto mais bela e corajosa quanto esmagada.

A revolução de 1974 permitiu trazer ao conhecimento do público este acontecimento, até então relativamente clandestino. Não admira, assim, que sobre o que realmente ali aconteceu pouco se saiba, passados que foram mais de quarenta anos. A historiografia académica não se tem ocupado muito do 18 de Janeiro, em parte devido aos obstáculos aos estudos portugueses contemporâneos, para todos os efeitos em vigor durante o regime salazarista. A. H. de Oliveira Marques descreve-o como «uma greve geral de tipo revolucionário parcialmente bem sucedida». E é tudo ²³⁷. É ainda hoje muito difícil, se não impossível, o acesso às fontes primárias mais importantes — o espólio da PIDE, do PCP, da CGT, e o material existente nos tribunais e arquivos do Exército ²³⁸. Por outro lado, dada a severa censura a que estavam sujeitos, não existe nenhum jornal da época que possa ser considerado uma fonte minimamente objectiva, não suprimindo a imprensa clandestina a falta de notícias, na medida em que aquela não pretendia tanto informar como mobilizar. Os relatos que possuímos esclarecem-nos sobretudo sobre os seus autores. Não sobre o que efectivamente aconteceu.

Tentaremos resumir o que alguns dos documentos mais acessíveis contêm e propor um princípio de explicação ²³⁹. Na noite que antecedeu o dia 18 de Janeiro de 1934, uma fria e enevoadada quinta-feira, alguns vidreiros armados assaltam, com êxito, a sede dos correios e o quartel da GNR da Marinha Grande. Cerca das 3 horas da madrugada, com a vila adormecida, os operários, após ouvirem um tiro que lhes serviria de sinal, saem silenciosamente dum barracão branco, em cuja porta estava pintada uma cruz vermelha e onde haviam escondido o armamento, situado na periferia da vila, em Casal Galego. Os responsáveis por cada brigada levam uma braçadeira vermelha. Após semanas de ansiedade, à espera das ordens de Lisboa, o comité revolucionário local recebera, por fim, autorização para avançar ²⁴⁰.

²³⁷ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas, 1973, vol. II, p. 338. Ver também M. Filomena Mónica, «O sonho da Marinha Grande», *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro de 1981, e «18 de Janeiro: a anarquizada ou traição», *Diário de Notícias*, 3 de Fevereiro de 1981.

²³⁸ No Arquivo Histórico do Ministério do Exército nada se encontrou sobre o episódio.

²³⁹ Utilizámos, como fontes para este relato, as seguintes obras: *O 18 de Janeiro de 1934: do Movimento de Resistência Proletária à Ofensiva Fascista*, ed. por L. H. Afonso Manta, Lisboa, Assírio e Alvim, 1975, *O 18 de Janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, ed. por A. T. de Aquino et alia, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; B. Gonçalves, *Os Comunistas*, Lisboa, A Opinião, 1976; J. Gregório, *Sobre a Associação e o Movimento Operário Vidreiro*, «Cadernos Linha Geral», 1955. Dos jornais diários consultámos *O Século*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário de Notícias*, o *Diário da Manhã*, *A Voz* e *As Novidades*; consultámos ainda a colecção do *Avante!* da clandestinidade, que muito recentemente foi tornada acessível. E, por fim, entrevistámos alguns vidreiros.

²⁴⁰ J. Gregório, *op. cit.*

Mesmo se obedecendo a uma dinâmica particular, o 18 de Janeiro não foi apenas uma insurreição local. Fazia parte dum plano de luta nacional elaborado por uma Frente Única (composta pela Comissão Intersindical — CIS —, pela CGT, pela Federação das Associações Operárias — FAO —, pela Comissão dos Sindicatos Autónomos e pela Comissão dos Trabalhadores do Estado)²⁴¹, criada com o fim de organizar a luta contra a legislação laboral do Estado Novo²⁴². É certo que foi na Marinha Grande que o movimento se revestiu de formas mais espectaculares; mas outros locais houve onde se verificaram também acções de sabotagem e concentrações operárias. Registraram-se descarrilamentos de comboios, por exemplo, em Braga e na Póvoa de Santa Iria, houve cortes de energia eléctrica, tendo Coimbra ficado totalmente às escuras, verificaram-se manifestações de operários em Silves, Barreiro, Seixal, Almada, Alfeite, Cacilhas e Setúbal. Em Lisboa foi declarado o estado de sítio na noite de 17 para 18: a partir das 11 horas da noite são fechados todos os cafés e a parte ribeirinha da cidade é patrulhada pela Polícia. É aí, em Chelas, que se verifica uma estrondosa troca de tiros: operários armados de bombas pretendiam assaltar a fábrica de pólvora ali situada. São efectuadas na capital dezenas de prisões. No entanto, para o pacífico cidadão, o 18 de Janeiro pouco representou. As ruas lisboetas estavam já «pacificadas» ao alvorecer e os jornais do dia traziam a notícia de que o tremendo plano, sanguinário e vingativo, fora completamente jugulado.

Naquela noite, numa pequena e isolada vila, alguns homens pegam em armas. Parte destas — caçadeiras, revólveres, pistolas — tinham sido ali recolhidas. Mas o material mais importante — onze bombas de choque e rastilho — havia-lhes sido enviado pela CGT²⁴³. Estes homens tinham recebido instruções nas várias reuniões que tiveram lugar na sede dos Bombeiros Voluntários, pois que o Sindicato, muito activo em anos anteriores, tinha sido encerrado pelas autoridades.

Cada uma das brigadas tinha um objectivo específico: atacar o quartel da GNR e o edifício dos Correios e colocar toros de árvores nas vias férreas e nas estradas. O ataque ao alvo mais importante, o posto da GNR, era dirigido por António Guerra, que comandava cinco brigadas (compostas cada uma por cinco homens). O posto, situado no centro da vila, é completamente cercado: uma brigada coloca-se na porta da frente, uma a cada topo da rua e duas na retaguarda. Surpreendidos e atemorizados, os guardas não disparam um único tiro. No seguimento da conversa telefó-

²⁴¹ A CIS estava filiada na Internacional Sindical Vermelha, a CGT na Internacional de Berlim e a FAO na II Internacional.

²⁴² Em meados de 1933, o PCP, através da Comissão Intersindical, decide formar uma Frente Única para protestar contra o anunciado Estatuto do Trabalho Nacional, tendo inicialmente os anarco-sindicalistas recusado qualquer colaboração, argumentando que tal Frente tinha apenas como objectivo destruir a «frente» já existente, a CGT. Mas em Dezembro acedem a colaborar. (Ver a carta-convite da CIS de 7 de Agosto de 1933 em L. H. Manta, *O 18 de Janeiro de 1934*, cit.)

²⁴³ As bombas para o 18 de Janeiro haviam sido em parte fabricadas numa pequena fundição montada por um anarco-sindicalista, A. Tomás de Aquino, no seu quintal em Lisboa. Ajudado por um amigo, fundidor da Carris, compravam sucata a um ferro-velho de Alcântara e, através de um outro amigo, proprietário de uma tabacaria no Alto de Santo Amaro, conseguiam obter o material explosivo, muito difícil de se arranjar. Com a aproximação do 18 de Janeiro, a fabriquetaria tornara-se insuficiente, tendo tido de se mudar para Almada. (Ver *O 18 de Janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, cit., e *A Voz* de 24 de Janeiro de 1934.)

nica com os operários, já então na posse dos Correios, o comandante decide render-se. Não houvera, de parte a parte, mortos ou feridos graves.

Os guardas são conduzidos para dentro de uma dependência da Fábrica Nacional. O sargento, que comandava o posto, fica preso à vista de dois operários armados, tendo a sua mulher e filha sido levadas para uma pensão, onde encontraram «cama, comida e o devido respeito pela sua honra e vida»²⁴⁴. Eram 6 horas da manhã.

A Marinha Grande estava na posse dos operários. As armas apreendidas são distribuídas. O entusiasmo é enorme. O tiroteio acordara muitos dos habitantes do centro da vila, que saíram para ver o que se passava; vão também chegando, para o trabalho, alguns operários que residiam na periferia. No largo principal reúnem-se muitos trabalhadores comentando o sucedido. «Após a tomada do posto e das armas», diz-nos o comunista J. Gregório, «a alegria foi indiscutível por parte dos operários que [tinham] desempenhado esta missão, dos outros que já tinham regressado, assim como pela parte das dezenas e dezenas dos outros que se tinham juntado no centro da vila. [...] Os vivas repetiam-se e os seus ecos atroavam como em dias de grande festa popular.»²⁴⁵ Controlados os pontos estratégicos, reabre-se o Sindicato e reúne-se o comité. Felizes e exaustos, os militantes vão a casa comer. A revolução estava ganha.

Ainda é noite quando se ouvem as primeiras rajadas das metralhadoras inimigas. Conhecedores da «senha» dos revolucionários, alguns soldados governamentais conseguem, a coberto do denso nevoeiro, passar o piquete operário que vigiava uma das entradas da Marinha Grande²⁴⁶. Era a artilharia ligeira 3, de Leiria, que penetrava na vila insurrecta. Nos dias seguintes chegarão a infantaria 5, caçadores 2, artilharia ligeira 4 e o pelotão de cavalaria da Escola Prática de Torres Novas. E a aviação. E a PVDE.

A resistência foi praticamente nula. Às 9 horas da manhã, a Marinha Grande está totalmente cercada e é bombardeada pela artilharia. Surge o primeiro ferido. A luta era impossível. É o fim.

Grande número de operários fogem para os pinhais que circundam a vila. Às 10 horas, num esconderijo, reúnem-se alguns dirigentes do Comité. Ouvem, com tristeza, o ruído dos comboios que já circulam²⁴⁷ e, pior ainda, sabem pelos jornais que, ao nível nacional, o movimento insurreccional fracassara. Era impossível continuar. Repartem entre si o pouco dinheiro que possuem e separam-se. A aviação governamental sobrevoa os pinhais. Às 11 horas as forças armadas dominam totalmente a vila.

A vila ficará sob comando militar durante alguns dias. As prisões começam. São presos operários que efectivamente participaram no movimento, juntamente com bêbados que numa taberna cantavam a Interna-

²⁴⁴ O facto de as senhoras terem sido respeitadas é sempre salientado, resposta provável à sempre renovada ideia da «selvajaria» natural do operariado. Referem também as fontes operárias que nenhum patrão fora agredido. No entanto, alguns jornais informam que aparecera uma bomba por explodir na casa do industrial Emílio Galo (*O Século* de 20 de Janeiro de 1934 e *Diário da Manhã* da mesma data).

²⁴⁵ J. Gregório, *Sobre a Associação e o Movimento Operário Vidreiro*, cit.

²⁴⁶ *Diário de Notícias* de 19 de Janeiro de 1934.

²⁴⁷ A bomba que explodira cerca das 7.30 na linha do Oeste (entre Martin-gança e Pataias) apenas danificara um contracarril, pelo que foi muito fácil reparar a via. Numa entrevista diz-se que o bombista encarregado de dinamitar a via retirara a bomba à última hora, ao saber do fracasso do movimento.

cional. É também preso o Eng. Calazans Duarte e alguns pacíficos habitantes. Apreende-se toda e qualquer arma, de bombas a forquilhas ²⁴⁸. O esquadrão de cavalaria da GNR realiza batidas nos pinhais, enquanto, no centro, o capitão Pereira Lourenço, director da PVDE, prossegue com as interrogações.

A revolta termina em ocupação militar ²⁴⁹. Restava agora a fuga e a prisão. Alguns, poucos, conseguem fugir para Espanha ou para a clandestinidade. Muitos outros, contudo, sem qualquer apoio, entregar-se-ão à Polícia, desmoralizados e cansados da vida clandestina ²⁵⁰. Embora nada se saiba ao certo quanto à origem do incidente, uma semana após o levantamento arde o edifício da Câmara, obra de um deus justiceiro ou gesto de revolta impotente.

Quantos operários e quais estiveram directamente envolvidos no movimento? É difícil saber-se ao certo. A avaliação dos jornais governamentais oscila entre 150 e 300 homens ²⁵¹. Se nos cingirmos às informações de J. Gregório, participaram nas brigadas armadas cerca de 50 operários ²⁵². O número dos que, ao longo da noite, ajudaram ou aplaudiram foi certamente crescendo, à medida que os jovens mais entusiastas acorriam a oferecer-se e que a madrugada trazia à vila os trabalhadores. Finalmente, para outros, o 18 de Janeiro foi um acontecimento que os ultrapassou: a memória dessa data limitar-se-ia, para muitos, à imagem e ao som dos cavalos montados pela Guarda ²⁵³. É hoje impossível saber-se ao certo quantos vidreiros prepararam o movimento: quer as fontes governamentais, quer as militantes, têm as suas razões para exagerar a sua amplitude e violência ²⁵⁴.

Embora a imprensa governamental tivesse, por várias vezes, insinuado que a participação dos manipuladores de vidraça fora nula ²⁵⁵ e que teriam

²⁴⁸ *O Século* de 22 de Janeiro de 1934.

²⁴⁹ O balanço do 18 de Janeiro não é tarefa fácil. É evidente que os vidreiros insurrectos falharam: não tomaram o poder nem nas fábricas, nem na rua. Mas, em termos relativos, este grupo foi, nas décadas subsequentes, poupado ao agravamento brutal das condições de vida verificado noutras indústrias. Vejam-se os salários do contrato colectivo assinado em 1943. A imagem da Marinha Grande como barril de pólvora social acabou, em parte, por funcionar a seu favor, na medida em que relembra aos governantes as desordeiras predisposições dos vidreiros marinhenses. Para evitar desacatos, o Estado Novo estava pronto a deixar que, paralelamente a uma especial supervisão e repressão, os patrões lhes concedessem algumas regalias económicas e que o Eng. Calazans Duarte permanecesse na Fábrica Nacional.

²⁵⁰ Entrevista 1.

²⁵¹ *Diário de Notícias* de 20 e 24 de Janeiro de 1934 e *Novidades* de 23 de Janeiro de 1934. É provável que, quer do lado governamental, quer operário, se tenham exagerado os números e a violência da sublevação. Por exemplo, o jornal *Novidades* (21 de Janeiro de 1934) refere «renhidos combates» causando muitos feridos; *O Século* (19 de Janeiro de 1934) fala em «longos rastos de sangue». Por motivos óbvios, convinha ao Governo transformar este incidente numa grande derrota do bolchevismo.

²⁵² J. Gregório, *Sobre a Associação e o Movimento Operário Vidreiro*, cit.

²⁵³ Entrevistas 1, 4, 8 e 10.

²⁵⁴ Numa entrevista que Manuel Henriques Rijo deu, em 1974, a L. Salgado de Matos, aquele dirigente anarco-sindicalista afirmou que o número de marinhenses envolvidos no 18 de Janeiro de 1934 havia sido bastante exagerado.

²⁵⁵ Quer *O Século* quer o *Diário da Manhã* dão a entender que os cristaleiros haviam sido os mais activos participantes no movimento; pelo contrário, para o *Diário de Notícias* teriam sido os «vidraceiros» os mais revolucionários.

sido principalmente os cristaleiros a participar no golpe, não se podem tirar quaisquer conclusões sobre a militância diferenciada dos vários sub-grupos. Essa alegada ausência dos manipuladores ficou a dever-se, em primeiro lugar, ao facto de, em termos absolutos, este subgrupo ser menor do que qualquer dos outros dois; além disso, a maioria das fábricas de vidraça locais estavam, na altura, sem funcionar, pelo que um número importante de manipuladores se encontravam a trabalhar na Guia, a alguns quilómetros. Sabemos, por exemplo, que foram presos, como dirigentes, tanto homens da vidraça como da cristalaria e da garrafaria.

O plano da Frente Única fracassara. A estratégia legalista do PCP não se coadunava com a luta clandestina e violenta que a CGT preferia. Sem acordo quanto ao essencial, aquela organização nunca funcionou bem. A data da eclosão da greve foi várias vezes adiada, acabando, contra a opinião da CGT, por ser anunciada pelo PCP, que distribuiu manifestos em várias zonas do País, o que facilitou naturalmente o trabalho da Polícia ²⁵⁶. Nas vésperas do dia marcado são feitas prisões de importantes dirigentes anarco-sindicalistas. O Governo conhecia, assim, o dia e a hora da eclosão do movimento, tendo-se limitado a esperar e a preparar a repressão.

O 18 de Janeiro inseria-se numa estratégia nacional de defesa do sindicalismo autónomo e de derrube do Estado Novo. Não será fácil, contudo, saber-se se o estímulo para a acção nasceu prioritariamente dum ódio local aos patrões e às forças repressivas ou da fé inabalável na construção de um Portugal proletário. Os vidreiros marinhenses viam-se como um destacamento num exército operário, mas agiam também por desejos de vingança muito precisos contra os seus tiranos. O «soviete» da Marinha Grande não teria assumido a forma que assumiu se não tivesse recebido os apoios e a orientação de Lisboa; mas o ter ocorrido ali não é desprezável.

Seguramente que o facto de se tratar de uma vila industrial pequena e antiga foi um motivo importante, uma vez que ali existiam múltiplos factores conducentes à coesão e à formação de uma forte cultura operária. Não menos importante, contudo, terá sido o seu isolamento. À margem do que em Lisboa se passava, é possível que os vidreiros marinhenses, mais depressa do que os outros proletários, tivessem acreditado estar iminente uma revolução ²⁵⁷.

O 18 de Janeiro foi um momento de revolta. Revoltaram-se, em 1934, não operários da indústria moderna, mas uma velha aristocracia operária, ameaçada económica, social e politicamente. A tese usual de que o 18 de Janeiro fora uma tentativa revolucionária levada a cabo por uma vanguarda formada por modernos proletários não é correcta ²⁵⁸.

²⁵⁶ Dias antes eram distribuídos n'A *Voz do Operário* e em Almada comunicados indicando a data da greve geral.

²⁵⁷ A este propósito ver o subcapítulo «Le noyau ouvrier en milieu rural», do artigo de A. Touraine e B. Mottez «Classe ouvrière et société globale», in *Traité de Sociologie du Travail*, Paris, Armand Colin, 1962.

²⁵⁸ Veja-se a informação de que, após a tomada do posto da GNR, os vidreiros teriam corrido a abrir o Sindicato. Simpatizantes do PCP ou entusiastas da CGT, grande número dos que saíram para a rua viam-se, acima de tudo, como trabalhadores e sindicalistas. É ainda J. Gregório que indirectamente o confirma, ao criticar os comunistas:

Para além dos dados estruturais — a comunidade e o ofício — e do contexto nacional da luta, que teria acontecido naquele princípio de 1934 para ali rebentar uma insurreição armada? Só o poderemos compreender se incluirmos o acontecimento na história das lutas vidreiras. A partir do fim da guerra, os vidreiros são um grupo aristocrático sitiado, tentando recuperar posições ameaçadas. É por isso que formalizam direitos consuetudinários: não por força, mas por fraqueza. Fortes e altivos eram os artesãos dos Srs. Stephens; orgulhosos, os vidreiros que disseram de sua justiça à Comissão de Inquérito de 1859; pobres, mas dignos, os que, em 1908, vão a Leiria pedir trabalho no mester que sabem executar.

A guerra de 1914-18 criara-lhes, por um breve momento, a ilusão de um retorno à época maravilhosa em que a profissão era uma «arte» bem paga, segura e hereditária. Mas os tempos que se seguiram foram duros. O ano de 1934 representa um momento particularmente explosivo, em que a memória das benesses «milicianas» era ainda suficientemente forte para, juntamente com as lutas que se lhe seguiram, criar um clima de desespero activo. É esta combinação entre as «expectativas crescentes» e as tradições de luta que provará ser importante na eclosão do movimento. Em 1934, os vidreiros pressentiram que a sua derradeira arma, as AC, lhes ia ser definitivamente retirada.

O ano de 1934 foi um ano decisivo. Logo a seguir, o Estado Novo, enquanto reprime os operários, põe ordem nos industriais do vidro. Nasce, fora da Marinha Grande, novas fábricas mecanizadas, enquanto se recrutam trabalhadores fora das velhas linhagens de vidreiros.

Vimos como grande parte dos conflitos vidreiros tiveram como origem a tentativa patronal de alteração da ordem tradicional, em particular no que respeita ao monopólio operário do mercado de trabalho. Em momentos de prosperidade, os vidreiros abriram um pouco os controlos e deixaram iniciar na arte novos membros. Mas, em fases de recessão, a luta endureceu. Nos anos 20, os vidreiros organizam-se para obter o que anteriormente era consuetudinariamente aceite. As AC foram baluartes essenciais na luta contra os patrões. Não admira pois que a retirada das liberdades sindicais representasse um duro golpe. Não lhes era difícil antever que o decreto do Estado Novo os liquidaria. E contra essa ameaça ergueram-se em armas.

prestar-lhes contas da sua acção. [...] Criou-se o hábito de ver as coisas, não sob o ponto de vista do Partido, mas sim na base individual, na base da legalidade sindical. [Ver J. Gregório, *Sobre a Associação e o Movimento Operário Vidreiro*, cit.].

Não é possível saber-se com o mínimo de exactidão quantos militantes comunistas e anarco-sindicalistas existiam. J. Gregório diz-nos que não havia células comunistas e que o contacto com a direcção se fazia raramente, existindo apenas «um núcleo de camaradas». Os anarco-sindicalistas reivindicarão sempre que o papel dos partidos fora mínimo e que o 18 de Janeiro fora obra dos sindicatos. Surpreendentemente, Mário Castelhana, numa carta escrita em 1935, na prisão de Angra do Heroísmo, afirma que a influência bolchevista na Marinha Grande era maior do que a anarco-sindicalista, afirmação que servia para provar a generosidade da CGT ao enviar bombas para ali. Foi a única vez que vimos defendida tal tese, pelo que deve ser tomada com cautela, aliás como a do próprio J. Gregório. (Ver *O 18 de Janeiro e Alguns Antecedentes*, cit.)

CONCLUSÃO

Ao longo desta investigação pudemos observar que a situação dos vidreiros da Marinha Grande se configurou como a de uma «aristocracia operária», enquanto nela se verificaram as seguintes características:

- 1.º A existência de um trabalho qualificado, isto é, complexo, não seriado, difícil de executar;
- 2.º A existência de uma carreira profissional e de uma fase de aprendizagem;
- 3.º Um salário relativamente elevado;
- 4.º Uma certa segurança de emprego;
- 5.º Algum controlo sobre o processo produtivo, quer no seu aspecto qualitativo (a perfeição da obra), quer no seu aspecto quantitativo (o número de peças fabricadas);
- 6.º Algum controlo sobre o acesso ao ofício, promoções e mobilidade geográfica.

Cremos, pois, que a expressão «aristocracia operária» pode ser aplicada — embora porventura não exclusivamente — a qualquer grupo de trabalhadores que, possuindo uma variedade de qualificações técnicas, controle a sua aquisição. Este tipo de operários trabalha geralmente em grupos altamente hierarquizados e a profissão possui uma carreira bem caracterizada que, no topo, confere aos respectivos membros um salário, uma estabilidade e um prestígio desconhecidos nos escalões inferiores do mundo operário.

Nem todas as características acima apontadas são igualmente importantes. Mas a capacidade de controlar a admissão a um ofício é certamente um dos indicadores fundamentais. Ao não ser fácil substituir os vidreiros, estes adquiriram poder. Para que esta benéfica situação se mantivesse era necessário que os patrões não dispusessem de uma reserva laboral. A força dos trabalhadores de ofício residia no facto de serem insubstituíveis. Se tecnicamente eram relativamente móveis dentro da arte, não eram, no entanto, permutáveis com trabalhadores de fora.

Assim se compreende que as lutas travadas à volta da questão do controlo do acesso ao ofício fossem vitais. Tratava-se de um aspecto fulcral para a manutenção de regalias ancestrais. Desde sempre existira um esquema de ensino, no local de produção, controlado pelos próprios e eles sabiam, por experiência, que qualquer cedência neste ponto acarretava a invasão do ofício por gente que, cedo ou tarde, lhes faria concorrência no mercado de trabalho.

Mas o poder dos vidreiros não derivava apenas de factores meramente tecnológicos: as normas ancestrais também não devem ser esquecidas. As qualificações técnicas estavam imbuídas de uma cultura que os ajudava a resistir às estratégias patronais e lhes conferia um notável grau de autonomia no local de produção. Não é pois de admirar que estes operários fossem levados a sonhar com uma administração da produção, de que os patrões, parasitas e exploradores, fossem excluídos. Por outro lado, o facto de pertencerem a uma comunidade pequena e isolada permitiu aos vidreiros marinhenses criarem uma organização particularmente eficaz, ao conferir-lhes capacidade para imporem normas aos colegas.

O controlo operário que analisámos era sinónimo de controlo por parte de trabalhadores de ofício. A luta travou-se entre estes e patrões que

queriam alterar o *status quo*, isto é, que queriam romper o monopólio operário do mercado de trabalho. Durante certos períodos, os vidreiros marinhenses obtiveram vitórias importantes: por vezes nem precisaram de entrar em greve para obter o que queriam. Na realidade, não foi tanto a greve que lhes deu regalias, mas a possibilidade de equilibrar a seu favor a *ratio* procura-oferta de trabalho. Equilíbrio mantido, durante um longo período, informal e tacitamente. As AC só surgem tardiamente, representando um último e desesperado esforço para codificar normas antigas.

A partir do fim da primeira guerra mundial, os vidreiros são um grupo sitiado. As lutas da década de 1920 são disso reveladoras. Mesmo o 18 de Janeiro é um gesto de desespero. Mais do que uma tentativa revolucionária, aquela insurreição foi uma revolta de um grupo de operários de *élite* ameaçados económica, social e politicamente. Foi uma acção de vidreiros organizados a quem, num momento de crise global, o Estado Novo retirava a derradeira arma — o sindicalismo livre.

No período do após-guerra, a situação da indústria na Marinha Grande atravessara crises cada vez mais graves, provocadas pela concorrência do vidro estrangeiro e sobretudo do produto nacional produzido fora daquela vila, a preços muito inferiores. Numa escassa dezena de anos, a parte dos vidreiros marinhenses no total da classe passa de dois terços para um terço. A reserva local de vidreiros desempregados aumenta todos os anos. A formação de nova mão-de-obra, efectivamente impedida ao nível da comunidade, fizera-se recorrendo a mestres estrangeiros e fora das suas muralhas. O poder operário contribuíra afinal para que a produção de vidro se espalhasse pelo País. A deslocação espacial da indústria ficava-se, em parte, a dever à procura de mão-de-obra barata e dócil, adequada à mecanização. A este desejo juntava-se a vontade patronal de quebrar a força desta comunidade incómoda.

No fim dos anos 30, a Marinha Grande era apenas um de entre os vários locais onde se produzia o vidro. Os gloriosos anos do monopólio haviam desaparecido para sempre. E, com eles, o raro privilégio do controlo operário.

ANEXO 1

Evolução do número de fábricas e operários na Marinha Grande^(a)

Anos	Número de fábricas	Número de operários
1813	1	273
1818	1	386
1827	1	500
1855	1	304
1865	1	450
1881	1	702
1890	2	656
1894	4	768
1907	—	1307
1908	7	—
1910		
1917	10	1690
1920		
1930	11	984

(a) Estes números não são rigorosamente comparáveis, pois os critérios seguidos variaram muito: tão depressa se incluíram como se excluíram os transportadores de lenha, umas vezes contaram-se as mulheres, outras não, etc. Foi-nos também impossível obter dados fidedignos sobre os efectivos propriamente vidreiros.

ANEXO 2

Pessoal empregue na Real Fábrica em 1871^(a)

Administração (incluindo os empregados superiores na Marinha Grande, os do escritório e dos depósitos e agências em Lisboa e outras terras)	24
Oficina de cristal	120
Empalhadeiras de cristal	18
Oficina de vidraça	48
Empalhadeiras de vidraça	6
Oficina de lapidários	24
Oficina de foquistas, lavrantes e desenhadores	8
Oficina da composição	23
Oficina da olaria	26
Oficina de acessórios	10
Trabalhadores na cerca da fábrica	11
Fachineiros	60
Carreiros em conduções de fazenda fabricada para os depósitos de Lisboa e Porto	25
Ditos em ditas de areia e barro para a fábrica	7
Ditos em ditas de lenha para a fábrica	150
Serradores	12
Aposentados e enfermos	572
	584

(a) Quadro tirado de P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas de Algumas Vilas e Povoações de Portugal*, cit.

ANEXO 3

Pessoal em 1905: relação fornecida pela direcção da companhia arrendatária (a)

Natureza do serviço e classes		Com garantias	Sem garantias	Total por classes
Vidraceiros	Oficiais	9	18	—
	Ajudantes	10	36	73
Estendedores	Oficiais	5	6	—
	Ajudantes	6	2	19
Cortadores		3	2	5
Cristaleiros	Oficiais	17	12	—
	Ajudantes	75	19	123
Oficinas acessórias do cristal	Cortadores	5	2	—
	Pintores	2	10	7
	Foscador	1	—	12
	Rolhistas	4	1	1
	Floristas	2	—	5
	Lapidários	15	—	2
Totais gerais		154	108	262

(a) C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, cit., p. 120.

ANEXO 4

Pessoal empregado nos diversos estabelecimentos industriais da Marinha Grande em 1930 (a)

IV — Indústria dos metais e da construção mecânica	144
V — Indústria cerâmica e de materiais para construção	48
VI — Indústria vidreira	984
VIII — Indústrias da alimentação	9
X — Indústria de vestuário e acessórios	6
XI — Indústria de peles e artigos de peles	8
XII — Indústria da madeira e da mobília	86
XV — Indústrias gráficas e do livro	3
XVII — Pequenas indústrias e diversas	15
Mistas	68
Totais	1371

(a) *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150, de 1931. Estes dados são bastante diferentes dos apresentados no Recenseamento de 1930, que agrupa as indústrias de forma diversa.

ANEXO 5

A indústria do vidro e sua distribuição regional em 1917^(a)

Concelhos	Número de estabelecimentos	Número de operários
Marinha Grande	10	1712
Lisboa	5	155
Seixal	1	627
Gaia	1	—
Oliveira de Azeméis	2	383
Totais	19	2877

^(a) *Inquérito Industrial de 1917.*

ANEXO 6-A

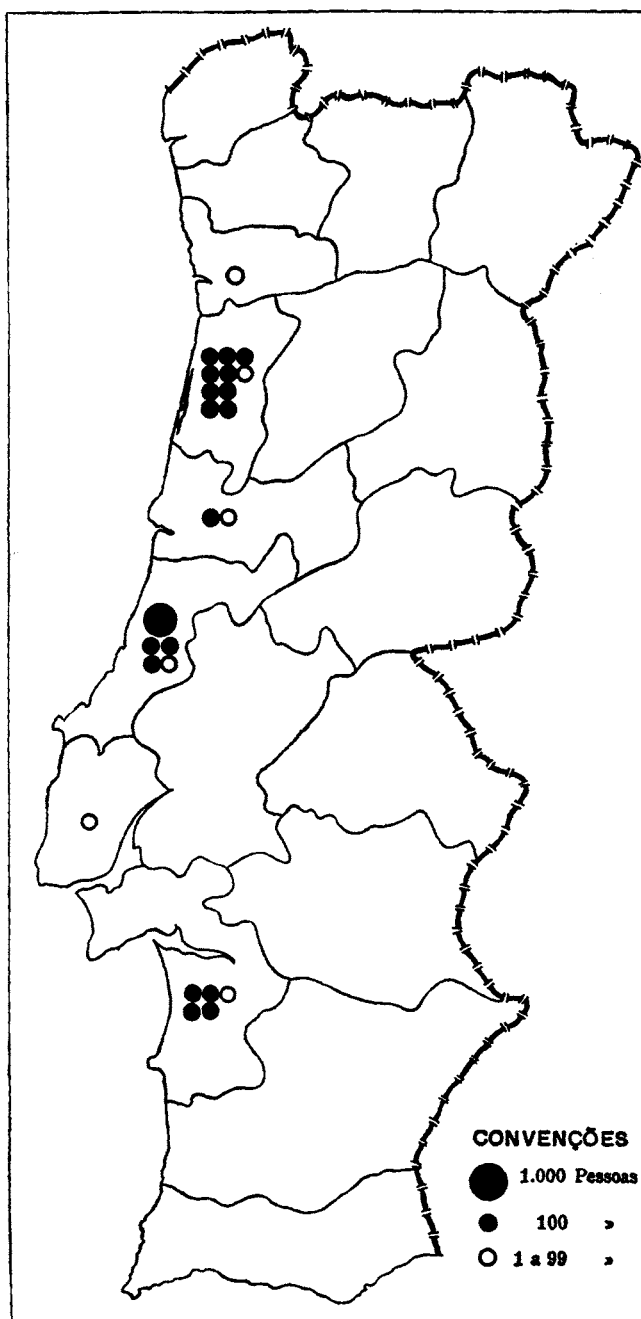
A indústria do vidro e sua distribuição regional em 1930^(a)

Distritos	Número de fábricas	Número de operários
Aveiro	7	996
Coimbra	2	170
Leiria	11	1320
Lisboa	1	79
Porto	9	41
Setúbal	1	410
Totais	31	3016

^(a) *Boletim do Trabalho Industrial, 1930; Indústria Portuguesa, n.º 58, de 1932.*

ANEXO 6-B

A indústria do vidro em 1930(a)



(a) Boletim do Trabalho Industrial, n.º 130, de 1931.

ANEXO 7

Número de operários por fábrica na Marinha Grande em 1920(a)

Fábrica Santos Barosa	380
Fábrica Nova	348
Fábrica Nacional	270
Fábrica Boavista	255
Fábrica Ricardo Galo	230
Fábrica Gomes & C. ^a	190
Fábrica Marquês de Pombal	158
Fábrica Central	102
Fábrica Almeida e Morais	84
Fábrica Oliveira, Gomes e Marques	62
	2079

(a) O *Marinhense* de 10 de Abril de 1920.

ANEXO 8

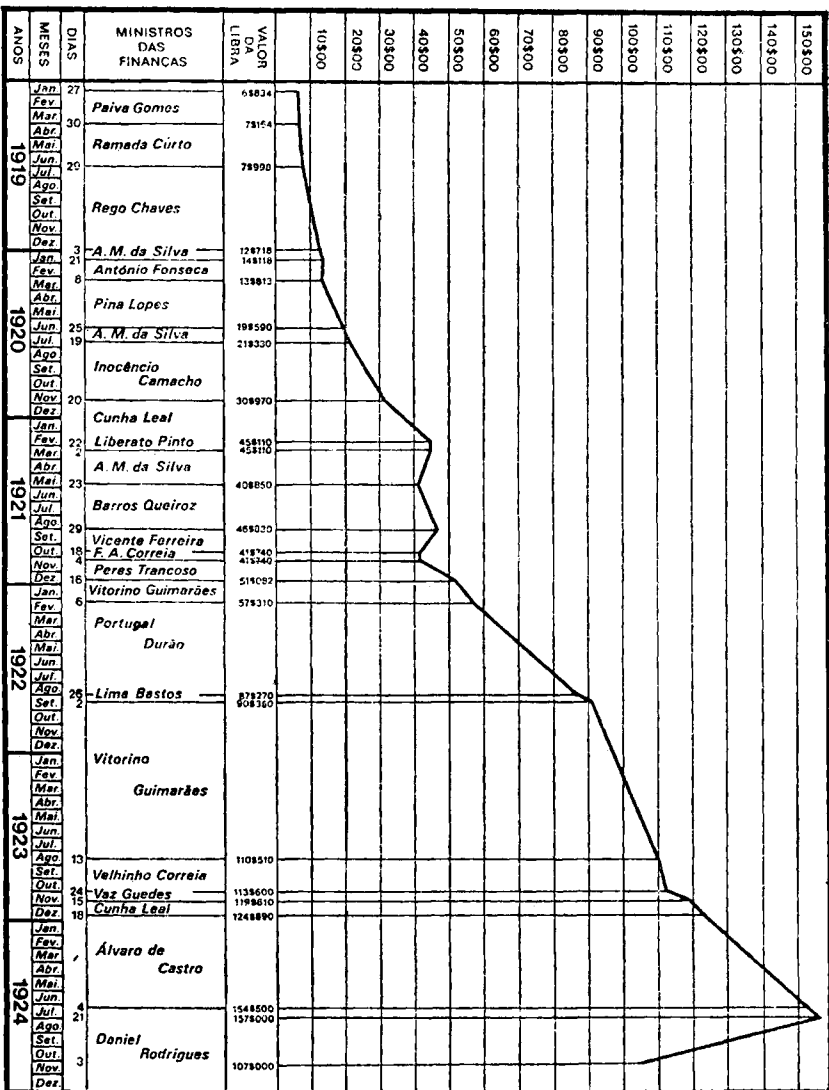
Fábricas de vidro da Marinha Grande — datas da sua fundação (1769-1914) (a)

1769	— Real Fábrica
1880(?)	— Fábrica Santos Barosa
1894	— Fábrica Nova
	Fábrica Central, de José Pereira Custódio
1895	— Companhia Industrial Portuguesa
1899	— Fábrica de Santos Galo
1905	— A. Morais & C. ^a
1906	— Fábrica Boavista, de G. Pereira Roldão
1914	— Fábrica Marquês de Pombal

(a) O *Jornal da Marinha Grande* de 22 de Junho de 1963 fornece algumas datas que nem sempre coincidem com as acima indicadas.

ANEXO 9

Evolução do valor da libra (1919-24) (a)



(a) Quadro tirado do artigo de Jorge Borges de Macedo, «A problemática tecnológica no processo de continuidade República - Ditadura Militar - Estado Novo», *Economia*, III 3, Outubro 1979.

ANEXO 10-A

Salários dos vidreiros marinhenses entre 1920 e 1929

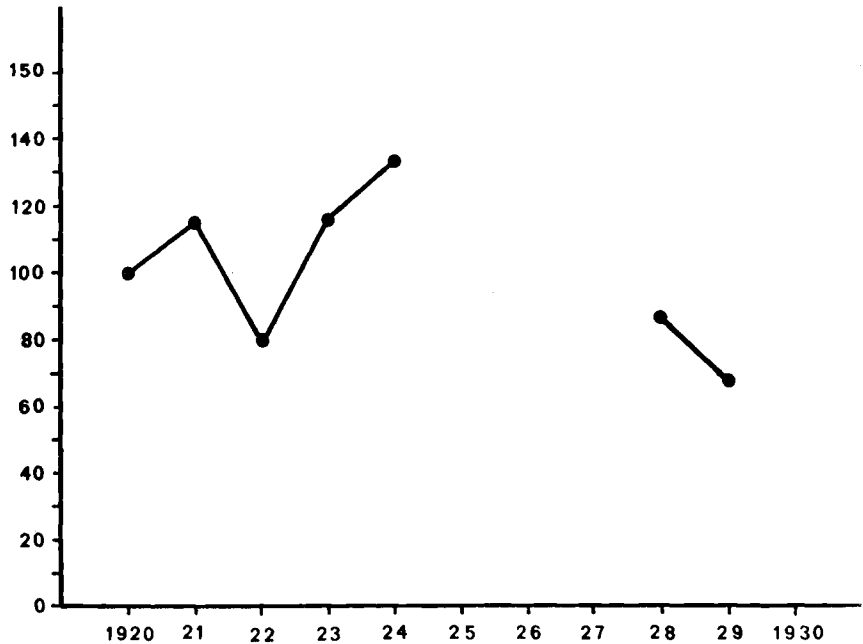
Anos	Índice do custo de vida do continente(a)		Salários dos vidreiros		
	1914=100	1920=100	Salários nominais: médias dos homens adultos (Julho)(b)	Salários reais	Índices de salários reais
1920	552	100	5 500	5 500	100
1921	817	148	9 500	6 365	115
1922	1 128	204	9 000	4 410	80
1923	1 720	312	20 000	6 400	116
1924	2 652	480	35 000	7 350	133
[...]					
1928	2 294	416	20 000	4 800	87
1929	2 354	426	16 330	3 756	68

(a) *Anuários Estatísticos, 1920-30.*

(b) Como as séries sobre salários não eram completas, optou-se por usar o mês relativamente ao qual mais indicações possuíamos. Os dados salariais foram retirados do *Boletim da Previdência Social* (salários médios por indústria, por distrito).

ANEXO 10-B

Evolução dos salários reais dos vidreiros (1920-29) (a)



ANEXO 11

População existente na Marinha Grande (freguesia) (1600-1950) (a)

Anos	Número de habitantes	Número de fogos
1600	—	200
1758	—	268
1811	2 121	511
1812	1 068	445
1850	1 930	—
1854	2 525	666
1864	3 157	716
1890	4 777	1 149
1900	5 666	—
1911	6 828	—
1920	7 035	—
1930	8 601	—
1950	13 038	—

(a) Recenseamentos Gerais da População de 1864, 1900, 1911, 1920, 1930, 1950; *Dicionário Geográfico de 1758*, de Paulo Perestrelo da Câmara; *Dicionário Histórico*, cit.; J. Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, cit.; P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas*, cit.

ANEXO 12

Expansão demográfica: no continente e na Marinha Grande (a)

Anos	População do continente	Taxa anual de crescimento	População na Marinha Grande	Taxa anual de crescimento
1854	3 499 000	0,8	2 525	2,3
1861	3 693 000	1,2		
1864	3 830 000	0,6	3 157	1,6
1878	4 160 000	0,9		
1890	4 660 000	0,7	4 777	1,7
1900	5 016 000	0,9	5 660	1,7
1911	5 548 000	0,9	6 828	0,3
1920	6 033 000	1,2	7 035	2,0
1930	6 826 000		8 601	

(a) Miriam H. Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, cit., e recenseamentos (1864-1930).

ANEXO 13

Migrações internas: variação em relação à população total (a)

Anos	De outro concelho do mesmo distrito (percentagem)	De outra naturalidade (percentagem)
1890-1900	0,6	1,3
1900-11	1,1	-0,6
1911-20	6,5	1,9
1920-30	-6,2	-1,2
1930-40	6,2	3,8

(a) A. Amorim Girão e F. Lopes Velho, *Migrações Internas (1890-1914)*, Universidade de Coimbra, 1940.

ANEXO 14

Resenha dos arrendatários da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande ¹

De 7 de Julho de 1769 a 12 de Maio de 1803	Guilherme Stephens e João Diogo Stephens.
De 13 de Maio de 1803 a 11 de Novembro de 1826	João Diogo Stephens.
De 12 de Novembro de 1826 a 31 de Maio de 1827	Testamenteiros de João Diogo Stephens.
De 1 de Junho de 1827 a 31 de Maio de 1847	Barão de Quintela e António Esteves Costa (conde de Farrobo).
De 1 de Junho de 1847 a 22 de Outubro de 1848	Sem laboração.
De 23 de Outubro de 1848 a 23 de Outubro de 1859	Manuel Joaquim Afonso.
De 24 de Outubro de 1859 a 19 de Setembro de 1860	Sem laboração.
De 20 de Setembro de 1860 a 27 de Outubro de 1862	Casimiro José de Almeida.
De 28 de Outubro de 1862 a 14 de Fevereiro de 1864	Sem laboração.
De 15 de Fevereiro de 1864 a 6 de Janeiro de 1894	Jorge Croft (visconde da Graça) e comendador António Augusto Dias de Freitas (visconde de Azarujinha). Em 1866, os arrendatários Jorge Croft e António Dias Freitas, com os Srs. Nuno Paulino de Brito Freire, José Luís de Oliveira, Miguel António Leitão de Lima Falcão e António Correia da Silva Marques, formaram uma parceria por 30 anos com o capital de 90 contos, sob a denominação de Empresa da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

De 19 de Junho de 1896 a 20 de Junho de 1896	Parceria Bracourt.
De 21 de Junho de 1896 a 21 de Agosto de 1907	Companhia Nacional e Fábrica Nova de Vidros da Marinha Grande. Administradores: Carlos Soares Cardoso, Carlos Augusto Pereira e Adolfo Burnay (director). Em 3 de Fevereiro de 1901, esta companhia fez a fusão com a Empresa Vidreira Lisbonense, de Braço de Prata, passando então a figurar a firma Henry Burnay & C. ^a .
De 22 de Agosto de 1907 a 15 de Setembro de 1908	Sem laboração.
De 16 de Setembro de 1908 a 7 de Abril de 1919	Sociedade constituída por António de Bastos Nunes, Francisco Xavier Esteves, Júlio Vieira da Cruz, Sebastião Aguiar, António Ferreira de Freitas e outros, sob a denominação de Empresa Exploradora da Antiga Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande, S. A. R. L.
De 12 de Abril de 1919 a 4 de Janeiro de 1928	Comissão administrativa constituída por 30 operários, 2 vereadores e 2 representantes do Estado.
De 5 de Janeiro de 1928 a 3 de Outubro de 1954	Administração directa do Estado.
De 4 de Outubro de 1954 aos nossos dias	Administração directa do Estado, sob a denominação de F. E. I. S. (Fábrica-Escola Irmãos Stephens).